



Anais da Assembléia

N.º 162

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 17 DE DEZEMBRO DE 1981

ANO VII

3a SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA DA 149ª SESSÃO ORDINÁRIA
(CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA)
REALIZADA EM 17 DE DEZEMBRO DE 1981
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, secretariada pelos Srs. Deputados Augusto Carneiro e José Domingos.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Werner Wanderer, Wilson Fortes, Nilso Sguarezi, Mário Celso e Waldyr Pugliesi (52), achando-se ausentes os Srs. Deputados Aguinaldo Pereira Lima, Carlos Zanlorenzi, Deni Schwartz, José Domingos Scarpellini, Pinto Dias e Tadeu Lúcio Machado (06).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Ofícios.

Sob os números DTL/166, 167, 168 e 169/81, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei, sob os seguintes números:

110/81 — Do Poder Executivo, que envia proposta de orçamento anual para o exercício financeiro de 1982, o qual convertido em Lei tomou o número 7536. - Anote-se. Arquive-se.

77/81 — Do Sr. Deputado ERONDY SILVÉRIO, que declara o ANO DA DEFESA AMBIENTAL DO PARANÁ, o ano de 1982, o qual convertido em Lei tomou o número 7537. - Anote-se. Arquive-se.

115/81 — Do Sr. Deputado FLORIVALDO PALÁCIOS, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES FÍSICOS DO PARANÁ, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o número 7538. - Anote-se. Arquive-se.

125/81 — Do Sr. Deputado FRANCISCO ESCORSIN, que declara de utilidade pública o LAR DAS MENINAS NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO, com sede e foro nesta

Capital, o qual convertido em Lei tomou o número 7539. - Anote-se. Arquive-se.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e de conformidade com o Regimento Interno da Casa, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento da jovem CERES CUNHA KRUKOSKI, ocorrido na noite do dia 16 do corrente nesta Capital, em trágico acidente envolvendo pessoas desocupadas e irresponsáveis.

Requer outrossim, que da decisão desta Casa se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 17 de dezembro de 1981.

(a) GILBERTO AGIBERT FILHO

JUSTIFICATIVA:

Nós, como Parlamentar e amigo da família enlutada, apresentamos este requerimento em forma de um voto de profundo pesar, para nos associarmos neste momento de dor, pela violenta morte da jovem Ceres Cunha Krukowski, mais uma vítima do trânsito irregular das grandes cidades, que ocasionou revolta às pessoas que presenciaram a terrível tragédia ocasionada por indivíduos irresponsáveis e desocupados.

Perdemos assim, mais uma grande amiga, uma jovem promissora e destacada cidadã de nossa sociedade, razão pela qual se justifica plenamente nossa manifestação de solidariedade à família enlutada.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata da sessão de hoje, um voto de congratulações por motivo de nomeação para Desembargador em nossa Alta Corte de Justiça, do Dr. JOÃO CID PORTUGAL, uma das mais ilustres figuras do mundo jurídico paranaense.

Sala das Sessões, em 17 de dezembro de 1981.

(a) ADALBERTO DAROS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de congratulações à Primeira Turma de Formandos do Curso Científico, do Novo Colégio Estadual do Paraná, comemorando, nesta data, 25 anos de formatura.

Sala das Sessões, em 17 de dezembro de 1981.

(a) TÚLIO ZANCHET

JUSTIFICATIVA:

Em 16 de dezembro de 1956, formava-se a primeira Turma do Curso Científico, do Novo Colégio Estadual do Paraná. Hoje, transcorridos 25 anos, os jovens formandos daquela época ocupam posição de destaque em diversos setores da vida paranaense e nacional.

Associamo-nos às manifestações de júbilo e congratulamo-nos com os formandos, que nesta semana novamente juntos, comemoram o jubileu de prata com uma extensa programação

festiva e religiosa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, uma vez ouvido o Plenário, seja consignado um voto de regozijo ao Professor ALVACIR ALFREDO NICZ, pela publicação da obra "A LIBERDADE DE INICIATIVA NA CONSTITUIÇÃO".

Requer outrossim, que da decisão desta Casa seja dado conhecimento ao homenageado.

Sala das Sessões, em 17 de dezembro de 1981.

(a) GABRIEL SAMPAIO

JUSTIFICATIVA:

Na data de hoje, em solenidade a ser realizada na Secretaria da Cultura e do Esporte, será levado a efeito o lançamento da obra "A Liberdade de Iniciativa na Constituição".

Trata-se de um aprofundado trabalho do Professor Alvacir Alfredo Nicz, renomado mestre de vários estabelecimentos de ensino superior, como são os casos das Universidades Federal do Paraná e Católica do Paraná, onde ministra conhecimentos sobre Direito Constitucional, e na Fundação de Estudos Sociais do Paraná.

O seu reconhecimento entre os cultores do Direito, vai, além divisas, e a obra, como toda a vida do professor Alvacir Alfredo Nicz, reveste-se de grande densidade e elevado saber.

Possuidor de sólida cultura, acumulada através de acurados estudos, o Professor Nicz, embora ainda jovem, destaca-se entre tantos expoentes, com a láurea de "Mestre em Direito do Estado", conquistada mercê à sua dedicação, ao cabo de longo e substancioso estudo.

A obra que ora vem a lume, traduz os vários anos de pesquisas e observações, paciente, como soe acontecer com um verdadeiro cientista social.

Exercendo diversos cargos e funções no serviço público estadual, como Chefe de Gabinete do Departamento de Edificações e Obras Especiais; Assessor da Casa Civil; Procurador Fiscal do Estado, em Londrina; e Assessor para Controle de Resultados da Secretaria de Administração, sempre com invulgar brilho, não obstante a sua modéstia, quase timidez.

Mais recentemente, no desempenho das atividades de Assessor Jurídico da Secretaria de Estado da Administração e, atualmente, como Assessor Jurídico da Secretaria do Planejamento, aquele mestre, vem emprestando com grande proeficiência, o melhor dos seus dotes culturais em favor da causa do Estado, com sobriedade, acuidade e largo descortínio.

O livro ora lançado, consubstancia um tema vasto, de alta indagação, exigindo uma minuciosa investigação e perscrutação do autor sobre os diversos momentos por que passou o Estado, estudando-se as principais Constituições estrangeiras, passando por todas as Cartas Magnas brasileiras, detendo-se mais acentuadamente na Constituição de 1967 e Emenda Constitucional n.º 1, de 1969, nos aspectos relacionados ao título que empresta denominação à obra.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de publicação da Redação Final para os projetos de resolução aprovados na sessão de hoje, em 3a. Discussão, sem emendas no decurso de suas votações.

Sala das Sessões, em 17 de dezembro de 1981.

(a) DAVID CHERIEGATE.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER envio de ofício à SUNAB, solicitando que fiscalize o cumprimento da tabela sobre o pagamento do leite ao produtor; ao DIPOA, rigor na fiscalização da tipificação do leite; à Delegacia Regional do Trabalho, denúncia da espoliação de trabalhadores rurais, e à Secretaria das Finanças, um alerta sobre a possibilidade de haver fraude no recolhimento indevido ou incorreto de tributos pela empresa Kamby.

Sr. Presidente.

O Deputado subscritor, no uso de suas atribuições, REQUER sejam enviados aos seguintes órgãos acima citados, alertas, denúncias e solicitações, sobre os fatos que vêm ocorrendo na região leiteira de Nova Santa Rosa, Oeste do Paraná.

Como foi noticiado amplamente, a empresa Kamby S.A., Indústria de Produtos Alimentícios, vem explorando os produtores de leite de diversos municípios paranaenses, utilizando-se de uma série de expedientes.

Como comprovam documentos anexos, a Kamby emite notas fiscais em valor superior aos pagamentos dos fornecedores, o que pode ser verificado através dos cheques que lhes são entregues com até 120 dias de atraso, e sem a quitação posterior do débito registrado.

A empresa alega haver um acordo entre partes, inexistente pela ausência de provas. Além dos débitos não saldados, a empresa vem realizando a tipificação do leite sem obedecer os critérios de avaliação oficiais, classificando-o sempre como da pior qualidade, e remunerando-o a partir desta classificação; isto evidencia a exploração dos trabalhadores rurais, além da possibilidade de haver incorreções no recolhimento indevido ou inferior de tributos por parte da empresa, já que as operações financeiras se dão de forma flagrantemente irregular.

Assim, solicita que sejam enviados:

- à Delegacia Regional da SUNAB, pedido de fiscalização do cumprimento das tabelas, que indiretamente são burladas, já que os pagamentos sempre são inferiores ao valor emitido em nota, sem quitação dos débitos;
- à Delegacia Regional do Trabalho, denúncia da espoliação dos trabalhadores rurais, pois, ao que tudo indica, há apropriação indébita do resultado de sua produção e solicitação de imediatas providências;
- à Secretaria das Finanças, alerta sobre a possibilidade de haver incorreção no recolhimento de tributos e, ao DIPOA, órgão do Ministério da Agricultura, pedido de fiscalização da qualidade do leite, para evitar a tipificação incorreta e sempre por padrões inferiores, para que se justifique o pagamento com valores irreais.

Sala das Sessões, em 17 de dezembro de 1981.

(a) NELTON FRIEDRICH.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Ilustríssimo Sr. AMÓSIS CORREIA DE FREITAS, solicitando aumento da cota de 150 para 300 registros de nascimentos concedidos a pessoas carentes de Cascavel.

Sala das Sessões, em 17 de dezembro de 1981.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

O volume de nascimentos que são constatados em Cascavel diariamente é cada vez mais crescente, tendo em vista que se trata de um município, cuja sede abriga um progressivo crescimento populacional motivado, entre outros fatores pelo êxodo rural da região.

Em face do exposto, eleva-se também a orla de pessoas

e famílias sem recursos e sem emprego que, na esperança de contratos de trabalho se fixam na cidade. Estes fatores causam dificuldades para os pais promoverem os assentos de nascimentos em face dos seus custos, e por tais razões, é necessário um reexame na fixação da quantidade concedida mensalmente a Cascavel.

A medida pleiteada não esgotará o volume de assentos gratuitos a pessoas necessitadas, mas no entanto permitirá maior mobilidade na ação do oficial, para contribuir com sua parcela de esforço na regularização do problema.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER expressa manifestação do Plenário, para solicitar do Excelentíssimo Senhor Secretário da Segurança Pública, providências no sentido de diligenciarem seja localizado o jovem HÉLIO LEMOS que, presos pela autoridade policial de Paranaguá em meados de outubro próximo passado, se encontra desde então desaparecido.

Que da decisão se dê ciência ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça e à Comissão de Justiça e Paz do Paraná.

Sala das Sessões, em 17 de dezembro de 1981.

(a) NILSO SQUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

Em meados de outubro passado, policiais de Paranaguá, compareceram com viatura policial na residência de Dona IOLANDA LEMOS, moradora na Auto Estrada nos fundos da Cia. Mogiana de Armazéns Gerais e de lá levaram preso o jovem HÉLIO LEMOS, irmão de Dona Iolanda.

A família, preocupada com o rapaz que é epilético, não sabe de seu paradeiro e a autoridade policial com evasivas não tem informado o que realmente vem acontecendo.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná sobre as ações concretas e planos realizados em 1981 no sentido de amenizar e erradicar o desemprego no Estado, cujos índices oficiais são flagrantemente graves. E, diante dos investimentos feitos pelo BADEP, quais os resultados em empregos diretos por eles gerados.

Sr. Presidente.

O Deputado subscritor, no uso de suas atribuições regimentais, solicita informações sobre as questões abaixo relacionadas:

Segundo dados oficiais, sobe a 778 mil o número de desempregados no País, e somente o Paraná conta com 140 mil desocupados e dispensados do mercado de trabalho.

Sabe-se que o quadro real é bem grave, e que entre desempregados no campo e na cidade e subempregados, há em tomo de 25 milhões de brasileiros.

Diante disso, solicitamos as seguintes informações:

- 1) quais as ações concretas do governo para evitar o aumento no número dos desempregados no Estado?
- 2) Para onde foram direcionados os recursos disponíveis para criação de empregos?
- 3) Dos investimentos realizados pelo BADEP, quantas vagas foram geradas e qual o custo de cada vaga aberta na indústria, comércio e serviços?
- 4) Sabe-se que, pelos dados oficiais, cerca de 12.500 paranaenses foram demitidos mensalmente. Quais os programas desenvolvidos para assimilação deste contingente?
- 5) A Comissão Executiva do Encontro das Classes Trabalha-

doras entregou ao Governo do Estado, em 01 de outubro, um documento solicitando providências contra o desemprego no Paraná, qual o motivo para ausência de respostas, sendo que as entidades integrantes da Plenária Democrática de Curitiba entraram com outro pedido de providências, sem obter resposta?

Sala das Sessões, em 17 de dezembro de 1981.

(a) NELTON FRIEDRICH.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER informações da Rádio Estadual do Paraná sobre suas condições de prestar serviços para órgãos públicos e que vêm sendo contratados a empresas particulares, especialmente o contrato firmado entre a Fundação Cultural de Curitiba e a Rádio Clube Paranaense.

Sr. Presidente.

O Deputado subscritor, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que se encaminhe à direção da Rádio Estadual do Paraná, Radipar, as seguintes considerações e informações:

- 1) sendo a Radipar uma empresa pública, mantida com recursos provenientes do Tesouro, entre outras fontes, e destinada à difusão cultural e de serviços de interesses públicos, quais as suas condições atuais de cumprir estes objetivos, e como os vem cumprindo?
- 2) É a carência de condições técnicas ou de outros recursos que vem marginalizando a emissora das iniciativas de órgãos públicos? Exemplo disto é o contrato entre a FCC e a Rádio Clube Paranaense?
- 3) A direção da Rádio Estadual do Paraná foi formalmente consultada pela Fundação Cultural de Curitiba, sobre suas condições para prestação dos serviços contratados à Rádio Clube Paranaense?
- 4) Há contradições entre a política cultural adotada pela direção da Radipar e os objetivos pretendidos pela Fundação Cultural de Curitiba?
- 5) Era do interesse da Radipar assumir os encargos de um contrato como este firmado entre a FCC e a Rádio Clube Paranaense?
- 6) Pela avaliação do contrato em anexo poderia a Radipar prestar esse serviço à Fundação Cultural de Curitiba, e a que custos?
- 7) A direção da Radipar considera que a empresa deva ter prioridade na contratação de serviços por outros órgãos que se utilizam de recursos públicos no Paraná?

Sala das Sessões, em 17 de dezembro de 1981.

(a) NELTON FRIEDRICH.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com base no artigo 156, parágrafo primeiro, inciso II, do Regimento Interno e tendo em vista que já falaram sobre a matéria três oradores, requeiro o encerramento da discussão do Projeto de Lei n.º 164/81.

Sala das Sessões, em 17 de dezembro de 1981.

(a) NELSON BUFFARA.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 173/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — A Câmara Municipal de Pato Branco, passa a contar, a partir da próxima legislatura, com 11 (onze) Vereadores.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de dezembro de 1981.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

Apoiamento:

NILSO SGUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

O crescimento populacional de Pato Branco está a exigir que o número de seus representantes acompanhe este crescimento, a fim de que o poder político municipal não sofra diminuição de sua atuação na defesa dos interesses da sua população.

Assim é que nos termos do previsto na Lei Orgânica dos Municípios, Lei Complementar n.º 2, estamos apresentando o presente projeto de lei, que esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N.º 174/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Toledo, o imóvel de propriedade do Estado, constituído pelo lote de terreno n.º 05, Quadra n.º 25, da Cidade de Toledo, com área de 750 m² (setecentos e cinquenta metros quadrados), contendo um prédio de alvenaria em mau estado de conservação e confrontando ao Norte com o Largo São Vicente de Paula, numa extensão de 30,00 m; a leste com o lote urbano n.º 07, na extensão de 25,00 m; ao sul com o lote urbano n.º 04, na extensão de 30,00 m; e a Oeste com a rua Almirante Barroso, na extensão de 25,00 m; imóvel esse transcrito sob o n.º 12.463, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Toledo.

Art. 2.º — O imóvel constante da doação prevista no Art. 1.º, desta lei, será destinado exclusivamente para fins sociais, revertendo ao patrimônio do Estado caso tal destinação não seja cumprida pelo município.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de dezembro de 1981.

(a) NELTON FRIEDRICH.

JUSTIFICATIVA:

O imóvel em questão serviu, durante muitos anos, para as instalações da Delegacia de Polícia de Toledo, que atualmente transferiu-se para outro prédio.

Esse imóvel foi doado ao Estado do Paraná pela Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A - MARIPÁ, conforme escritura lavrada em 08 de outubro de 1979, nas notas do Tabelião Walmir Grande, do Município de Toledo e Comarca do mesmo município.

A colonizadora MARIPÁ é a firma que implantou o projeto de colonização de Toledo e região, estruturando aquela cidade nos mais diversos setores.

A excelente localização do imóvel, no centro da cidade de Toledo, poderá ser aproveitada pela administração municipal, que poderá realizar ali atividades comunitárias, as mais diversas, o que, por si só, justifica a doação do mesmo ao município.

Acresce-se ainda, que o Município de Toledo é um dos mais progressistas do Paraná, possuindo uma das maiores arrecadações do Estado, além de contribuir com grande parte da soja e do trigo exportados pelo País.

Toledo possui, também, um dos maiores rebanhos suínos do País, além de ser o município que possui o maior número de cabeças de aves no Estado. Este pequeno, mas significativo, demonstrativo serve para mostrar o quanto Toledo contribui para com a economia do Paraná. E a doação do imóvel em referência é uma maneira de retribuir àquele município pelo

muito que tem dado ao Estado.

Deve-se ressaltar, também, que esta Casa tem aprovado inúmeros projetos de lei que autorizam o Poder Executivo a doar imóveis a municípios, como recentemente o fez em relação ao Projeto de Lei n.º 102/80, do Deputado Erondy Silvério.

Por outro lado, é válido lembrar que essa doação não onerará em nada o Estado, pois o imóvel nada custou ao erário público, uma vez que foi, como dissemos acima, doado pela colonizadora MARIPÁ.

Portanto, a doação é justa, pelo que Toledo representa no Estado, e necessária, pelas necessidades que a cidade tem de locais para a realização de atividades comunitárias.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao primeiro orador inscrito, nobre Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Os Deputados Lineu Turra, Nelson Friedrich e este parlamentar, estão solicitando informações ao Governador do Estado, para esclarecimentos sobre a exoneração de cargo do Sub-Chefe de Comunicação Social da Casa Civil, Cleto de Assis. (Lê):

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER envio de pedido de informações ao Governador do Estado, para esclarecimento sobre a exoneração do cargo de Sub-Chefe da Comunicação Social da Casa Civil, Cleto de Assis.

Sr. Presidente.

O Deputado subscritor, no uso de suas atribuições, e ouvido o Plenário, REQUER pedido de informações ao Governador do Estado, sobre os motivos que levaram à exoneração do cargo de Sub-Chefe de Comunicação Social da Casa Civil do Governo paranaense, o artista plástico Cleto de Assis.

Recentemente, uma série de dúvidas foram levantadas sobre a aplicação de verbas governamentais destinadas à divulgação do Executivo Estadual. Sendo o Sub-Chefe da Comunicação Social da Casa Civil o responsável pela administração de tais verbas, causou estranheza sua exoneração sem divulgação dos motivos. Diante disto, solicitam estes Deputados, respostas às seguintes questões:

- 1) Considerando-se que em torno das atividades da Sub-Chefia da Comunicação Social havia dúvidas e questionamentos sobre a aplicação de verbas e recursos, perguntamos: quais as causas que determinaram a exoneração do Sr. Cleto de Assis, do seu cargo?
- 2) A exoneração do Sr. Cleto de Assis estaria ligada à ausência de respostas do Governo sobre os fatos denunciados nesta Assembléia Legislativa, e que apontaram irregularidades nas administrações daquele órgão?
- 3) A substituição do Sub-Chefe da Casa Civil permitirá ao Governo responder as questões levantadas nesta Assembléia e até hoje sem respostas convincentes?
- 4) Que tipo de dissensões, denunciada por Cleto de Assis, entre ele e o Chefe da Casa Civil, determinou a exoneração do primeiro? Problemas de ordem administrativa? Divergências sobre o uso dos recursos públicos?

Sala das Sessões, em 17 de dezembro de 1981.

(a) NELTON FRIEDRICH

Apoiamento:

FIORI LUIZ e LINEU TURRA."

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Concedo a palavra

ao Sr. Deputado Renato Bueno.

O SR. RENATO BUENO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Por considerar honroso para mim ter recebido uma correspondência do Embaixador do Brasil na ONU, Organização das Nações Unidas, vou ler esta correspondência, Sr. Presidente, e anexo uma cópia dirigida ao Presidente deste Poder para que estas cartas constem, se insiram nos Anais desta Casa. (Lê):

Deputado Renato Loures Bueno
Assembléia Legislativa do Estado
80000 Curitiba - Paraná.

Caro Renato:

Muito agradeço o encaminhamento do convite para a sessão comemorativa do centenário do nascimento do nosso Dídio e, junto, lhe mando cópia da minha carta ao Presidente da Assembléia Legislativa.

Se recebido em tempo aquele convite, eu teria ido a Curitiba de qualquer maneira, pois desejaria associar-me à homenagem prestada ao meu querido tio e padrinho, demonstrando o grande afeto e respeito que sempre tive por ele.

Infelizmente, as vicissitudes da minha carreira e da minha vida me distanciaram dos meus primos-irmãos, o que lamento profundamente. Teria sido, também, a oportunidade de revê-los e retomar o fio da nossa boa amizade.

Quando estiver com eles, não deixe de dizer-lhes o quanto senti não os haver acompanhado no dia 25 de agosto último.

(a) SÉRGIO CORRÊA DA COSTA"

(Lê carta endereçada ao Sr. Presidente desta Casa.

17 de novembro de 1981.

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado Fabiano Braga Côrtes
Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná
CURITIBA — PARANÁ
Sr. Presidente.

Somente com muito atraso, chegou-me o convite para a sessão comemorativa do centenário de nascimento do Almirante Dídio Affonso da Costa, em 25 de agosto último.

Creia que teria sido para mim motivo de satisfação muito especial haver assistido àquela homenagem a uma figura tão expressiva de seu tempo e cuja memória cultivo com grande devoção. A ele me senti mais intensamente ligado pelo afeto do que pelo parentesco. Sua integridade como militar e homem público, os seus elevados padrões morais e espírito público foram para mim fonte de ensinamento e exemplo marcante em minha infância e juventude. Até mesmo no gosto pelos estudos históricos sinto até hoje a influência do meu tio e padrinho. E foi sobretudo como homenagem à sua memória que aceitei recentemente o convite para colaborar na redação da "História Naval Brasileira", edição do Serviço de Documentação Geral da Marinha, que Dídio virtualmente criou e, durante tantos anos dirigiu com zelo exemplar.

Grato pela lembrança do convite, apresento-lhe os meus cordiais cumprimentos.

(a) SÉRGIO CORRÊA DA COSTA

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente quero protestar porque nem bem eu havia começado a falar, Vossa Excelência já colocou esse AI-5 aí para correr contra, o meu tempo, então tenho 15 segundos de tempo.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Mesa volta a registrar a partir de agora.

O SR. JOSÉ TAVARES — Muito obrigado Sr. Presidente pela sua postura democrática.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, volto à tribuna nesta tarde, para justificar a apresentação de uma emenda ao Projeto de Lei Complementar n.º 37/81, que é o Estatuto da Polícia Civil, vazada nos seguintes termos: "inclua-se onde couber o seguinte artigo — "Aos ocupantes de cargos privativos de portador de diploma de curso superior do quadro de pessoal da polícia civil, fica atribuída a gratificação de produtividade, no valor de Cr\$ 21.526,00.

Esta emenda, Sr. Presidente, somente agora é que está sendo apresentada, tendo em vista o interesse desse Deputado e creio que dos demais Deputados aqui presentes de se corrigir uma distorção existente no funcionalismo público do Paraná.

Existe a gratificação de produtividade atribuída a determinados cargos, dentro do funcionalismo público do Estado. O Advogado de carreira percebe; o engenheiro de carreira percebe; o dentista de carreira percebe; o economista, o psicólogo, o dentista, e nós não podemos conceber que para uns se atribui a gratificação de produtividade e para outros simplesmente se omite.

E aproveitando o ensejo que existe uma matéria intimamente ligada a este assunto em andamento nesta Casa que é o Estatuto da Polícia Civil, e sentindo que esta reivindicação faz parte também dos anseios dos detentores de diplomas de curso superior da Polícia Civil, é que nós entendemos da oportunidade de se apresentar esta emenda, à qual nós, de antemão gostaríamos de contar com o apoio e a simpatia dos demais Deputados que compõem este Poder.

Nós temos criticado muito a Polícia, principalmente no que tange à corrupção, e temos sentido e ouvido de muitos que um dos fatores, não o mais importante, que contribui para este aumento acelerado de corrupção no seio policial, é o baixo salário. E eu acho que na medida do possível nós, Deputados, tendo instrumentos e condições de melhorar o salário dos policiais, nós deveremos fazer.

E é exatamente dentro desse espírito e dentro deste propósito que nós estaremos apresentando esta emenda, para com isto corrigir uma distorção e até uma injustiça que vem sendo praticada contra policiais civis detentores de diploma de curso superior.

Creio que é uma iniciativa que contará com o apoio dos Deputados do PDS nesta Casa, porque trata de uma medida altamente justa e necessária na medida em que se visa melhorar as condições salariais de um grupo de funcionários que prestam relevantes serviços à causa pública.

Por esta razão, Sr. Presidente, é que nós voltamos à tribuna na tarde de hoje, para justificar, encaminhar esta emenda que na discussão apropriada que será de amanhã, faremos apresentar, chegar à Mesa para que ela possa ser objeto de discussão, análise e espero aprovação por parte deste Poder.

Com isso, nós estaremos corrigindo uma injustiça, estaremos corrigindo uma distorção que existe dentro de um grupo de funcionários categorizados da Polícia Civil do nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Parlamentares.

Lamentavelmente, o País tem assistido a uma série de calamidades da própria natureza neste começo de verão, a enlutar, de uma forma ou de outra, centenas de famílias brasileiras.

Não bastassem, entretanto, os efeitos das catástrofes naturais, provocadas exatamente em razão das dimensões continentais deste País, mas acima de tudo, Sr. Presidente,

aumentadas em grande parte pelo descaso com que um Governo, pretendendo se sustentar em cima de obras faraônicas, esquece-se de que a grande maioria das populações urbanas, concentradas na periferia da miséria e da pobreza não têm, ambientalmente, condições de fazer frente a estes cataclismas.

Mas não bastasse apenas isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, além disto o Poder Público, criando e mantendo uma estrutura ineficiente, incapaz e incompetente, em algumas comarcas do Interior do Paraná, no setor da segurança pública, vem trazendo também a catástrofe que, não sendo natural, revolta e enluta dezenas e dezenas de famílias.

ASSIM "NA ÚLTIMA SEMANA" A COMARCA E A Cidade de Alto Paraná foram sacudidas por mais um lamentável episódio, fazendo com que a comunidade de Alto Paraná se sinta hoje em um clima de intranquilidade, de desassossego e de total insegurança.

Já no ano de 1980, pistoleiros pertencentes a uma das quadrilhas com atuação naquela região, conhecidíssimas sobejamente pelas autoridades estaduais, atuando, se não com a complacência, ao menos com a total omissão das autoridades do setor, um dos pistoleiros desta quadrilha assassinou, friamente, o Sr. Valdir Boni. Mas não bastasse isto, quase um ano depois, este mesmo pistoleiro, que durante um ano ficou na Cidade de Alto Paraná confraternizando e acompanhado sempre pelo Delegado de Polícia daquela cidade, acabou por também cometer mais um homicídio. E agora, com a total complacência do Delegado de Polícia daquela cidade, o pistoleiro conhecido pelo nome de "Tonião", perseguiu um cidadão respeitado na comunidade de Alto Paraná, ligado aos movimentos eclesásticos daquela cidade perseguiu este cidadão desde a Rodoviária, disparando diversos tiros pelas ruas daquela cidade, até que ele se refugiou em uma residência de um amigo seu, e lá, este pistoleiro com mais dois comparsas, acabaram por seqüestrar o cidadão Emílio Boni. E levando-o para a Estrada de Alto Paraná, a Nova Esperança, acabaram por assassiná-lo com dois tiros.

E, Sr. Presidente, a quem se deve recorrer num caso desses? O Delegado de Polícia, servindo claramente aos interesses dessa quadrilha de contrabandistas de carro e contrabandistas de café, confraternizando-se nos bares, nos locais públicos de Alto Paraná com os pistoleiros que prestam serviços a esta quadrilha. A Juíza de Direito de Alto Paraná, residindo na Cidade de Paranavaí, nós podemos dizer que a população daquela cidade, tem motivos fundamentados, para estar no estado de intranquilidade e acima de tudo, de temor público, pelo que passa. Porque um cidadão sendo seqüestrado em pleno centro da cidade, contando com a cobertura de retaguarda da Polícia Civil de Alto Paraná, realmente foi criado um clima de intimidação, de forma que mais de 200 pessoas assistiram ao seqüestro e não se encontra hoje tenha a coragem, na Delegacia de Polícia, diante daquele delegado, reconhecer os três bandoleiros que cometeram este crime e este homicídio.

Mas, Alto Paraná, Presidente, Srs. Deputados, infelizmente, não é uma peça isolada do contesto paranaense. É preciso que apenas episódios lamentáveis, como o de Londrina no último sábado; o de Alto Paraná na última sexta-feira, não possam servir de gancho, para que o Sr. Luiz Chemim Guimarães, passe a passear pelo Estado do Paraná, a gargantear medidas que não serão tomadas, providências que não terão conseqüências, e acima de tudo, uma prestação séria da sua responsabilidade, para com a comunidade paranaense.

A verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que este Estado, cujas projeções apontadas pela Secretaria do Planejamento, davam um contingente demográfico de 10 milhões e 500 mil habitantes, acabado o recenseamento de 1960, o IBGE constata a ausência de praticamente 3 milhões de paranaenses, prova claramente que este Estado está governado através de um planejamento mirabólico, muito eficiente, muito

hábil, na sua conta de publicidade, na sua forma de tentar comprometer os canais de comunicação, com a opinião pública, mas incompetente, ineficiente e incapaz de acompanhar os quadros novos que se desenham sobre o Estado do Paraná. Estado este que na década de 1970, até 1980, foi indiscutivelmente a Unidade da Federação brasileira, de menor crescimento vegetativo, observada em todo o recenseamento de 1980.

Ora, este Estado, que foi durante tanto tempo, o líder absoluto da produção e da exportação de café, este Estado que teve através da iniciativa particular, a possibilidade de mostrar um verdadeiro modelo de reforma agrária, em grande parte do Norte do Estado, é entretanto incapaz hoje, através do grupo palaciano que tomou conta deste Estado nos últimos 20 anos, e é incapaz de dar sustentação ao verdadeiro agente desse progresso e desse desenvolvimento, que foi o povo pioneiro que de todas as partes do Brasil veio para este pedaço do País à demonstrar que motivado, um povo pode produzir, um povo pode crescer e um povo pode caminhar sempre à frente, inclusive, da iniciativa oficial.

Mas, aí estamos com a nova paisagem do Paraná. Um Estado responsável por mais de 1/4 de todos os agro-dólares que o Brasil tem no mercado internacional e no seu processo de exportação. Um Estado tendo tantos recursos na sua retaguarda, não tem entretanto a capacidade de observar que esvaziados os seus campos, abandonando as suas lavouras as suas cidades médias e grandes, vão crescendo assustadoramente. Mas, um crescimento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que fica distante do verdadeiro desenvolvimento. Um crescimento que fica distante daquele sonho que todos nós tivemos, quando em décadas anteriores escolhemos por uma opção livre e pensada e refletida, o Paraná como o nosso Estado, como o nosso lugar de se viver e tentar participar do processo social brasileiro.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

O assunto de Vossa Excelência na tribuna é realmente muito importante Deputado Renato Bernardi, porque o Paraná está mergulhado numa insegurança total.

O cidadão que paga impostos diretos e indiretos, ele não vê o retorno que seria, em termos de uma certa tranquilidade, de uma segurança à família.

Londrina é hoje o exemplo título dessa situação de violência, de criminalidade no Estado do Paraná.

Eu diria até da impunidade, porque não se pune ninguém. E normalmente, quando existe o marginal vestido de policial e este marginal tem certas ramificações, tem certos apoios oficiais e até políticos, a situação chega ao ponto que chegou em Londrina, uma cidade que vive num pânico eterno; uma cidade que tem medo; uma cidade de 350 mil habitantes, cujos bares fecham às 10 horas da noite. Os pais que tem que ir até o colégio para buscar seus filhos, para acompanhá-los até as suas casas. São residências fechadas a partir das 8, 9 horas da noite. É uma cidade que vive a síndrome do medo, do pânico, da insegurança.

Eu entendo que este problema da criminalidade teve um aumento acentuado em função do problema social que o País enfrenta. Desta desigualdade onde poucos ficam cada vez mais ricos e a grande maioria cada vez mais pobres, mais miseráveis.

Mas, entendo também que nós deveríamos e o Governador Ney Braga com a experiência que teve como chefe de polícia, deveria promover imediatamente uma devassa nos meios policiais do Estado do Paraná.

Mas, o que vemos. Vemos um dos cabeças de uma quadrilha de ladrões de automóveis no Norte do Paraná, sendo do setor de segurança do Centro Cívico do Palácio Iguaçu, acobertado inclusive, por um Secretário de Estado. Vemos o Chemin, em Londrina, numa reunião com a comunidade londrinense, dicen-

do que vai tomar providências.

Mas a verdade é que, de promessas Londrina está cheia. E eu me apego à Londrina, cidade onde eu vivo, e sei realmente do grande drama.

O Secretário de Segurança chegou em Londrina, culpou a imprensa de comunista. O Coronel Haroldo Ferreira Dias disse que a imprensa era comunista, e ele prometeu os módulos e as delegacias distritais. Ficou só na conversa, no papo furado, na promessa.

Agora Chemin está em Londrina, prometendo, também, e Londrina exige um mínimo de retorno, porque é a segunda cidade do Estado do Paraná, e a desigualdade de atendimento de organismos policiais é gritante entre Curitiba e Londrina.

Londrina está abandonada, marginalizada pelo poder estadual; a cidade promete fazer a sua polícia, fazer justiça com suas próprias mãos, e nem isso sensibiliza o Governador Ney Braga, nem o Secretário da Justiça, e, muito menos, esse tecnocrata, Coronel Haroldo Ferreira Dias, que está à testa da Secretaria de Segurança Pública.

Então o problema está colocado assim: a cidade vive o medo constante, diário. Se a polícia recolhe um carro, há no pátio da Delegacia, em Londrina, em cinco minutos, eles roubam os pneus, toca-fitas, estepe, tudo. Então é a própria polícia que rouba. Então, são marginais vestidos de policiais, e eu canso de dizer: polícia não pode ser ladrão, e ladrão não pode ser polícia.

Toda esta "cambada" que anda aí posando de autoridade, com estrela no peito, deveria estar atrás das grades.

Então, a polícia está falida, corrompida, é uma polícia corrupta, acobertada, inclusive, por meios oficiais, e ninguém toma uma providência. A polícia é podre, a polícia fede, cheira mal, é corrupta. E, se fizermos uma devassa neste Estado do Paraná, vão ficar, quando muito cinco pessoas, mas o Secretário de Segurança, Coronel Haroldo Dias, ou não tem competência, ou não tem qualidade, ou não tem coragem de fazer uma devassa nos organismos policiais do Estado do Paraná, muito menos o Sr. Governador do Estado.

Está lá o Tenente-Coronel do 5.º Batalhão da Polícia Militar em Londrina, Hidelberto Lopes, que declarou à imprensa: "Eu não morro de amores por Londrina, não tenho nada a fazer por esta comunidade". Então, que volte para Curitiba. Já pedimos a exoneração dele e do Delegado Durval Teixeira, de Londrina, porque à medida em que ele assumiu a 10.ª Sub-Divisão Policial levou com ele um bando de marginais vestidos de policiais, para soltar ladrão de madrugada, para roubar e dividir com eles.

Os "cabeças" dos roubos de café, de veículos que levam para o Paraguai, tem policiais no meio e tem militares também, alguns até bem graduados. O País está falido moralmente, em honestidade, seriedade, da administração da coisa pública. O País está no fundo do poço, está no caos. É este o problema. Muito obrigado.

O SR. RENATO BERNARDI — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e devo dizer, Deputado Fiori Luiz, que neste Estado discutir-se Segurança Pública, com o Coronel Haroldo Ferreira Dias, com o Dr. Luís Chemin Guimarães, no mínimo eu diria, é absoluta perda de tempo.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a verdade é que este Estado é incapaz de acompanhar os tempos novos que aí vêm. É incapaz de entender o processo de urbanização acelerada porque estão passando os nossos centros urbanos. É incapaz de sentir que existe um percentual cada vez mais alto, e em gradativo processo de aumento, de uma população que está marginalizada do processo social brasileiro.

É preciso que se entenda isso. Não seria necessário, Sr. Presidente, que fosse em Londrina, assassinado um jovem pertencente a uma outra classe social que não aquela que está sendo, constantemente, esmagada, oprimida, arrochada e acha-

tada, pela situação social, pela situação econômica, pela situação política, mas, e muitas vezes, também pelo braço da segurança que o Executivo deveria dar a todas as camadas da situação. Não seria necessário, Sr. Presidente, que houvesse o assassinato de um líder de comunidade, na cidade de Alto Paraná, para que a nossa sociedade se alvorçasse a pedir esclarecimentos, a pedir providências. Não seria necessário que mais mortes ocorressem de pessoas ligadas à classe "a" ou à classe "b", para que o Sr. Luís Chemin Guimarães aproveitasse para mais um roteiro turístico por este Paraná, a mostrar sua fisionomia, a sua face, nos vídeos na TV do Norte do Estado.

É preciso que eles atentem também para milhares de irmãos nossos que estão sendo, hoje, achatados, violentados e oprimidos, nos anéis de miséria da periferia, das cidades médias e grandes deste Estado.

Quantas pessoas são torturadas hoje e ninguém se levanta para abrir a sua boca, para levantar a sua voz, porque sabem que dentro deste concerto social, desta hipocrisia desse sistema político que aí está, eles são os desassistidos da sorte, são os oprimidos de que fala a Igreja, em Medellín e em Puebla, mas não têm lugar no panorama social do Estado do Paraná. São 600 mil menores, Srs. Deputados, carentes, abandonados, desassistidos, formando uma matéria-prima ágil, fértil e promissora para o mundo do crime, da delinquência e da marginalidade, para os próximos anos.

Mas, este Estado fica o tempo todo preocupado com o "pacote de novembro", como preocupado esteve com a função cartorial de formar partidos, de extinguir partidos, de garantir militares no plantão do Planalto, por mais seis anos, de garantir estrelas alugadas, para mais empresas multinacionais, até o ano 2.000.

O sistema aí está a fazer com que a sociedade civil discuta a fusão, incorporação, adesão de partidos, vinculação de voto de vereador a governador, porque, enquanto isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o povo está sendo esmagado, está sendo oprimido pelo custo de vida, que faz encher as poucas vagas existentes do setor de psiquiatria, aumentam os suicídios, aumenta a desagregação da família, aumenta a marginalização dos nossos jovens, aumenta o desespero das nossas jovens. A família se desespera. E nós, classe política, temos que ficar a discutir incorporação de partidos, "pacote de novembro", o humor do "General Cavaleiro Figueiredo", as artimanhas dos feitiçeiros do Palácio do Planalto. O jogo está bem marcado, mas não é, Srs. Deputados, um jogo do povo brasileiro, é um jogo, isto sim, de uma elite que está encastelada no poder e dele não quer arriar pé, e dele não quer abrir um espaço, por menor que seja para que esta sociedade possa participar do processo decisório do seu destino!

O Sr. José Tavares — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Bom companheiro Deputado Renato Bernardi, Vossa Excelência com muita propriedade traz à tona um assunto polêmico, um assunto do momento e muito sério, que é o problema da violência e da criminalidade, em nossos dias.

Eu, quando ouvia atentamente suas palavras, recordei-me do depoimento que fiz no mês de junho do ano passado, na CPI que investiga a violência urbana, suas causas e seus efeitos, no Senado Federal, e, naquela oportunidade, perante inúmeros Srs. Senadores e Deputados Federais por duas horas e meia de depoimento, nós tivemos a oportunidade de deixar ali um testemunho vivo, como forma de contribuição para melhorar, minimizar os problemas de violência e de criminalidade em nosso País; infelizmente, parece que o nosso depoimento, somado a outros depoimentos, ficaram só nos depoimentos, mas a grande verdade, nobre Deputado, é que, naquela oportunidade nós fazíamos uma análise realística de como nós víamos, como ex-policia, como nós vemos, como Advogado e como político, a escalada criminal em nossos dias. Muitas são

as causas da violência e da criminalidade — a começar pelo modelo econômico, elitista, desumano, concentrador, gerador de injustiças, formador de misérias; indiscutivelmente, talvez a causa maior. Mas, quando nós assistimos e talvez esse é o objeto mais dirigido do seu pronunciamento, violência praticada pela própria polícia, violência praticada por maus policiais e, em socorro desses maus policiais vem um Sr. Secretário de Segurança, um Diretor da Polícia Civil, um Comandante de Batalhão de Área, isto é que nos entristece, porque nós dizíamos já naquela época e temos repetido aqui incansavelmente, que, a impunidade, o acobertamento de maus atos praticados por maus policiais, isto constitui um fator de geração de violência e de criminalidade. Um soldado que sabe que não deu nada para um seu colega que matou alguém injustamente, ele não pensa muito, em razão de uma série de fatores, para cometer um outro delito assemelhado àquele. O Sr. Secretário tem dito e nós temos aqui contestado, que, não se pode julgar uma instituição, por um ato de um mau policial, mas até parece que, o Sr. Secretário, quando faz tal afirmação, ele o faz no sentido de acobertamento, de pré-julgamento de inocência, daquele policial. Porque nós não podemos jamais, eu concordo, julgar uma instituição altamente necessária para a vida em comunidade, por um ato de um mau policial, mas infelizmente, nobre Deputado, eu me recordo e Vossa Excelência também, esta Casa também, são tantos os atos praticados por maus policiais, diariamente, neste Estado, que é por isto que a imagem da polícia é a pior possível, o povo não acredita na polícia, por quê? Porque vê um jovem ser assassinado covarde e friamente sem nenhuma razão plausível, porque vê um chefe de família assassinado há pouco mais de seis meses, em Londrina, covarde e friamente, porque vê uma jovem aqui em São José dos Pinhais ser morta pelas costas, com um tiro de arma de grosso calibre, covarde e friamente. Então, não é um ato de um mau policial e de nada adianta virem as autoridades superiores, no dia seguinte, diante da repercussão dos fatos, dizerem o seguinte: — lamentamos profundamente, este elemento que portava esta arma não tinha, realmente, condição para tal, porque ele não era policial de carreira, nós vamos responsabilizar aquele que atribuiu a ele, essa tarefa.

Agora eu pergunto: e a vida daquela jovem, a vida deste jovem que faleceu recentemente em Londrina, daquele chefe de família, e de tantos outros casos, como é que fica, nobre Deputado?

É aí que fica a nossa revolta, é aí que reside o nosso inconformismo. Nós não podemos jamais nos calar diante desses abusos e desses absurdos.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem) Peço a Vossa Excelência que conceda ao orador que está na tribuna o horário da Liderança do PMDB, para a sequência de sua importante locução.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Deferido e continua com a palavra ao nobre Deputado Renato Bernardi.

O Sr. José Tavares — Eu já concluirei.

É muito fácil dizer o que vem dizendo, e não é de agora, as autoridades superiores da Segurança Pública do Paraná. O Dr. Luís Chemin Guimarães, Diretor da Polícia Civil, Procurador da Justiça, o que ele disse ontem em Londrina, quando lá esteve? Que é profundamente lamentável o que houve e que esta figura esdrúxula do alguete não poderia nunca existir no meio da Polícia, e que ele vai, daqui para frente, proibir que alguetes continuem a prestar serviço para a Polícia. Como coisa que o Dr. Chemin não sabia que isso vinha acontecendo, sendo que ele, até ele dá carteira de alguete, nobre Deputado.

Agora, ele vem dar esta declaração, pensando que o povo é burro, é estúpido, pensando que ninguém sabe das mazelas que acontecem na Instituição que ele dirige.

Ora, vamos respeitar um pouco mais as pessoas, vamos res-

peitar um pouco mais. Vamos ficar aqui, nobre Deputado, a acompanhar as palavras tanto do Secretário, quanto do Diretor em decorrência desse episódio de Londrina e possivelmente em decorrência desse episódio que Vossa Excelência está narrando, porque temos certeza que é só dar tempo ao tempo que eles vivem falando, falando e nada mais.

Cumprimento Vossa Excelência pelo assunto, pela oportunidade de trazer este assunto a esta Casa e quero mais uma vez dizer que ou as autoridades superiores deste Estado, principalmente, o Senhor Governador, tomam medidas concretas, objetivas no setor da Segurança Pública, ou então essa Instituição continuará cada dia que passa, na escalada do descrédito, do desrespeito e da desconfiança.

O SR. RENATO BERNARDI — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e quero na sequência, agradecer a grandeza com que o Líder da nossa Bancada nos concede o seu horário, para que possamos inclusive responder as colocações que Vossa Excelência, com tanta propriedade, fez neste instante.

Quando entretanto, Deputado José Tavares, esta figura que é o Secretário de Segurança Pública, diz que não podemos responsabilizar a Instituição por fatos isolados, mas quando esses fatos isolados se concatenam com tantos outros fatos isolados, formando muito mais do que um arquipélago, formando um compacto continente de motivos de apreensão, de intranquilidade, e veja bem Vossa Excelência, afetando apenas a burguesia paranaense, sem contar os fatos isolados que machucam, violentam e enlutam centenas de famílias de classe "c" e classe "d", que não tem o acesso aos meios de declaração como tiveram esses casos de Londrina, o caso de Alto Paraná, o caso de São José dos Pinhais.

Então nós vamos ver que isolados eles não são tanto assim. Eles provam claramente aquela palavra bíblica que diz: "Não pode a árvore boa dar maus frutos, mas não pode a árvore má dar bons frutos". E aí está, e o Senhor Luís Chemin Guimarães não fala nada também da verdadeira batalha campal ocorrida entre policiais de Maringá e de Marialva, por questão de território do jogo do bicho. Ocorrido na Boate Barrocos na noite de 06 para 07 de setembro de 1980. Isso simplesmente ignora. Como ignora também, que aquela pistola que disparou em duas oportunidades diferentes em Alto Paraná, estava a serviço de pessoas que ele conhece bem, confraternizando um pistoleiro com o delegado que ele colocou em Alto Paraná. Porque atende os seus interesses, atende ao interesse oficial de comando. Mas, não atende a sua função precípua que é de dar paz, verdadeira tranquilidade e condições de trabalho, de progresso, de desenvolvimento para aquele município.

Eu aceito Srs. Deputados, o acidente isoladamente, como um episódio que pode ocorrer em uma equipe de trabalho. Não posso aceitar a assiduidade, a continuidade dos acidentes, sob pena de dizer que quem preside a Instituição, preside mal, com incompetência, com incapacidade ou pior do que isso — com má fé, com má intenção e com o desejo de privilegiar o pequeno grupo que se privilegia e esmagar a grande maioria que esmagada é, permanentemente, por este estado de insegurança em que aí estamos. A ponto de uma mãe falar, que prefere ver a filha analfabeta em casa a ser estuprada do caminho da sua casa até a escola ou do retorno da escola até sua casa.

Triste País esse, que chega ao limiar do século XXI, mas tem uma mãe preferindo a incultura, a escuridão, as trevas do analfabetismo, a ver a integridade moral e física das suas crianças correndo risco pela insegurança institucionalizada que o vírus da corrupção, lançou sobre a Polícia do Paraná, sobre a Secretaria de Segurança Pública.

E, quando olhamos Srs. Deputados, que há realmente, um verdadeiro desejo, uma verdadeira intenção dentro dos batalhões da Polícia Militar do Estado do Paraná no sentido do seu aperfeiçoamento, da sua melhoria, da elevação do nível de re-

curiosos humanos, — o seu material — e externamente, a opinião pública de alguns agentes despreparados a colocar por terra tudo aquilo que vem sendo feito. Nós chegamos à conclusão que o Governador Ney Braga é também, ineficiente e incapaz, quando não enxerga o que faz o Coronel Haroldo Ferreira Dias e o que faz o Dr. Luís Chemin Guimarães.

Quando se sente que dentro da Polícia Civil do Paraná, existe um verdadeiro pugilo de policiais honestos que procuram o aperfeiçoamento da sua corporação. Procuram realmente, poder servir a coletividade mas, em contra-partida, alguns agentes isolados cometem esses verdadeiros desmandos e colocam o Estado do Paraná, coberto pela neblina, pela fumaça da corrupção, da institucionalização da corrupção. Então, se sente, que esses policiais, devem se sentir muito mais frustrados, muito mais arrasados do que nós representantes da sociedade civil, quando aqui chegamos para denunciar.

Porque nós temos a Tribuna e eles, infelizmente, enfrentam ainda na sua vontade de limpar a Instituição, de aperfeiçoar os seus serviços, sentem ainda a força dos corruptos a tentar de toda a forma impedir que eles ascendam no quadro funcional da corporação.

Cumprindo, mais uma vez a palavra da profecia que dizia: "Os filhos das trevas são muito mais espertos do que os filhos da luz".

O Sr. Nilton Friedrich — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Deputado Renato Bernardi, eu permitiria nessa sua oportuna alocução inserir uma posição até um pouco diferenciada, mas que sei que Vossa Excelência também pensa como nós.

Há um verdadeiro choque de interesses num País como o nosso quando se fala em segurança. Afinal, nós sabemos hoje que a segurança do Estado está sendo a insegurança do homem brasileiro. A inversão é absoluta do valor maior, que seria exatamente fazer com que a Segurança do Estado não viesse a ser a insegurança do cidadão.

Porque quando a pessoa humana, a inteligência do homem forjou a política, o próprio Estado, a própria lei o fez com o objetivo exatamente de beneficiá-lo. Quando a inteligência humana produziu tudo isso fez com a visão clara de ter o Estado, a política, a lei como aliados e não como algozes. E hoje, a ordem e a segurança na verdade estão extremamente desvirtuados.

Nós encontramos isso com muita clareza quando lemos hoje na manchete, por exemplo, da Gazeta do Povo, que o chefe maior do Estado Maior das Forças Armadas melhor dizendo, diz que o Exército está pronto a agir para evitar o caos e a desordem no Brasil.

É a filosofia de um Governo que na verdade está aplicado numa manifestação desta. Que caos e desordem maior do que a miséria do povo brasileiro? Do que a violência e a insegurança do homem e a segurança absoluta do Estado? Porque o aparelho repressivo e a comunidade de informação está aí ou então aí fazendo com que o Estado tenha a vida de cada cidadão na mão, mas para manter os homens no Poder, e portanto manter este Poder que utiliza-se do Estado para escravizar uma Nação. Quando nós precisávamos que esse mesmo esquema fosse colocado para dar ao cidadão a segurança que ele precisa.

Mas ele não precisaria de comunidade de informação; não precisaria o cidadão brasileiro de aparelho repressivo se tivesse na verdade uma sociedade justa, uma sociedade igualitária construída em bases cristãs e efetivamente justas. Mas é aí que a coisa se inverte e aí a política, o Estado e a lei passam a ser algozes do homem. Porque na verdade a segurança do Estado está acima da segurança do homem e até a segurança do Estado gerou a insegurança do homem brasileiro.

Por que há recursos para o SNI montar o mais perfeito aparelho repressivo e informativo do terceiro mundo?

Como é que existe instrumental para detectar todas as opiniões ideologicamente diferenciadas que existem no País? E como é que o Estado brasileiro que tem no Poder aqueles que a Nação não os avalizou, que estão no Poder contra a vontade da Nação, portanto é um Estado de fato e não de direito, e portanto não tem poder porque o poder é ilegítimo. Quando tudo isso acontece, a insegurança do cidadão é apenas uma consequência a mais. É o efeito da causa maior de um Estado que tem no poder uma filosofia, uma doutrina de segurança nacional que é a insegurança da Nação.

Cumprimentos pelo seu pronunciamento porque hoje infelizmente nós temos que dizer no Alto Paraná, em Londrina, em Curitiba ou em qualquer cidade do Brasil quem nos protege da polícia? Nem quando um desembargador é atacado em ruas públicas de Curitiba. Porque poderia aí até haver uma reviravolta na prática de proceder a segurança do cidadão. Mas nada acontece porque está o Estado e estão os homens que estão no poder mais preocupados com a segurança ideológica, com a segurança política de manter-se no Poder a qualquer custo do que, na verdade, com a segurança propriamente dita de uma Nação que quer ser democraticamente livre, independente, soberana, mas para isto precisa ter paz. A paz é a filha legítima da justiça. Enquanto não tivermos justiça, seremos apenas vozes que são jogadas, porque o sistema é perfeito, porque prega que o exército está pronto, quando vier o caos e a desordem, mas nós nunca vivemos tanta desordem.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta à Liderança do PP se deseja fazer uso de seu horário. (Declina). Tendo declinado, consulta à Liderança do PTB. (Declina). Tendo declinado, consulta à Liderança do PDS. (Declina). Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 Srs. Deputados.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e solicita do Sr. 1.º Secretário a chamada nominal dos Srs. Deputados. (É feita a chamada).

O SR. PRESIDENTE — Responderam a chamada nominal 46 Srs. Deputados. Há "quorum" para votação.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nilton Friedrich, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 76/81, (Mens. Govern. n.º 57/81), que aprova os Convênios celebrados em 10/07/81, pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com os Municípios de Janiópolis e Rolândia, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana nos referidos municípios. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 76/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Ficam aprovados os termos de convênios celebrados em 10 de julho de 1981, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior, e os

Municípios de Janiópolis e Rolândia, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana nos referidos municípios.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1981.

aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

ANTÔNIO COTRIM — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 77/81, (Mens. Govern. n.º 60/81), que aprova convênio celebrado em 1.º/07/81, pelo Governo do Estado do Paraná, através do Departamento de Estradas de Rodagem e a Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRÁS, objetivando o fornecimento de materiais betuminosos, para aplicação em obras de pavimentação, no Sistema Viário do Estado do Paraná. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 77/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica aprovado o convênio n.º 02/81, celebrado em 1.º de julho de 1981, entre o Estado do Paraná, através do Departamento de Estradas de Rodagem, e a Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRÁS, objetivando o fornecimento de materiais betuminosos, para aplicação em obras de pavimentação, no Sistema Viário do Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1981.

aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

ANTÔNIO COTRIM — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 78/81, (Mens. Govern. n.º 56/81), que aprova convênios celebrados pelo Governo do Estado do Paraná através da Secretaria do Interior, com os municípios aqui nominados, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana nos municípios citados. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 78/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Ficam aprovados os convênios celebrados pelo Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, com os Municípios de Altônia, Alto Paraná, Alto Piquiri, Alvorada do Sul, Amaporã, Apucarana, Araruna, Astorga, Atalaia, Bandeirantes, Barbosa Ferraz, Boa Esperança, Bom Sucesso, Borrazópolis, Califórnia, Campina da Lagoa, (2), Campo Mourão, Cianorte, Congonhinhas, Cruzeiro do Oeste, Cruzeiro do Sul, Faxinal, Fênix, Florai, Floresta, Florestópolis, Flórida, Francisco Alves, Goio-Erê, Guairaça, (2), Icaraíma, Iguaçu, Inajá, Indianópolis, (2), Iretama, Itaguagé, Itambé, Itaúna do Sul, Ivaiporã, Ivatuba, Jaguapitã, Jandaia do Sul, Japurá, Jardim Alegre, Jardim Olinda, Jataizinho, Jussara, Kaloré, Loanda, Lobato, Lupianópolis, Mamborê, Mandaguaçu, Mandaguarí, Maria Helena, Marialva, Marilândia do Sul, Marilena, Mariluz, Marumbi, Mirador, Munhoz de Mello, Nova Cantu, Nova Esperança, Nova Fátima, Nova Londrina, Ourizona, Paçandu, Paranacity, Paranaipoema, Paranaíba, Peabiru, Porto Rico, Presidente Castelo Branco, Primeiro de Maio, Querência do Norte, Quinta do Sul, Rancho Alegre, Rio Bom, Roncador, Rondon, Sabáudia, Santa Amélia, Santa Cecília do Pavão, Santa Cruz de Monte Castelo, Santa Fé, Santa Inês, Santa Mariana, Santo Antônio do Caiuá, (2), Santo Inácio, São Carlos do Ivaí, São Jerônimo da Serra, São João do Ivaí, São Jorge do Ivaí, (2), São Pedro do Ivaí, São Sebastião da Amoreira, São Tomé, Sertaneja, Ser-

tanópolis, Tamboara, Tapejara, Tapira, Terra Rica, Terra Roxa, Tuneiras do Oeste, Uniflor, Uraí e Xambrê, celebrados em 22/06/81; com os Municípios de Cafeara, Grandes Rios, Guaraci e Iporã, em 26/06/81; com o Município de Miraselva, em 24/06/81; Leopólis, em 29/06/81; Itambaracá, em 30/06/81 e Engenheiro Beltrão e Ubatã, em 03/07/81, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana nos referidos municípios.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23 de novembro de 1981.

aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

ANTÔNIO COTRIM — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 79/81, (Mens. Govern. n.º 86/81), que aprova o Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado em 20/07/81, entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de São João do Triunfo, objetivando a execução de obras no Terminal Rodoviário daquele município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 79/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica aprovado o termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado em 20 de julho de 1981, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e o Município de São João do Triunfo, objetivando a execução de obras no Terminal Rodoviário do referido município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1981.

aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

ANTÔNIO COTRIM — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 81/81, (Mens. Govern. n.º 88/81), que aprova o Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Indústria e do Comércio, com o Município de Umuarama, objetivando aplicação de recursos financeiros em obras de infra-estrutura na área industrial do citado município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 81/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica aprovado o convênio celebrado em 10 de agosto de 1981, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, e o Município de Umuarama, objetivando aplicação de recursos financeiros em obras de infra-estrutura na área industrial do referido município.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1981.

aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

ANTÔNIO COTRIM — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 82/81, (Mens. Govern. n.º 89/81), que aprova o Termo de Ajuste ao Convênio SISNIC n.º 1/79, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Indústria e do Comércio, que objetiva estabelecer bases de cooperação para implantação do Projeto "Programa de Apoio ao Desenvolvimento das Microempresas Comerciais do Paraná. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 82/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Ajuste datado de 28 de julho de 1981, ao Convênio SISNIC n.º 1/79, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, e o Ministério da Indústria e do Comércio, através do Conselho do Desenvolvimento Comercial — CDC, visando estabelecer bases de cooperação técnica e financeira para implantação do “Projeto de Apoio ao Desenvolvimento das Micro-empresas Comerciais do Paraná”.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1981.

aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

ANTÔNIO COTRIM — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 83/81, (Mens. Govern. n.º 93/81), que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Cultura e do Esporte, e o Município de Assis Chateaubriand, que objetiva a construção de Módulo Esportivo no referido Município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 83/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 28 de agosto de 1981, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, e o Município de Assis Chateaubriand, objetivando a construção de Módulo Esportivo no referido município.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1981.

aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

ANTÔNIO COTRIM — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 84/81, (Mens. Govern. n.º 94/81), que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio e os Municípios de Apucarana e Tapejara, objetivando aplicação de recursos financeiros em obras de infra-estrutura na área industrial. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 84/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Ficam aprovados os convênios celebrados em 10 de agosto de 1981, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, e os Municípios de Apucarana e Tapejara, objetivando aplicação de recursos financeiros em obras de infra-estrutura na área industrial, nos referidos municípios.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1981.

aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

ANTÔNIO COTRIM — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 85/81, (Mens. Govern. n.º 92/81), que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, e os Municípios que especifica. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 85/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Ficam aprovados os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, e os Municípios adiante mencionados: Campina Grande do Sul e Quatro Barras, em 08/08/81; São José dos Pinhais, em 09/07/81; Araucária e Piraquara, em 17/07/81; Bocaiúva do Sul, em 20/07/81; Contenda, em 21/07/81; Rio Branco do Sul, em 22/07/81; Balsa Nova, em 23/07/81; Colombo, em 06/08/81; Almirante Tamandaré, em 10/08/81; Campo Largo, em 12/08/81 e Mandirituba, em 02/09/81, objetivando aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional restituível do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos, exercícios de 1980 e 1981, em obras nos municípios signatários.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 07 de dezembro de 1981.

aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

RENATO BERNARDI — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 86/81, (Mens. Govern. n.º 100/81), que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração e os Municípios aqui nominados, visando aplicação de recursos financeiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, em obras de interesse metropolitano. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 86/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Ficam aprovados os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração, e os Municípios adiante mencionados: Campina Grande do Sul e Quatro Barras, em 03/09/81; e São José dos Pinhais, em 05/09/81, objetivando aplicação de recursos financeiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, em obras de interesse Metropolitano, nos referidos municípios.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 07 de dezembro de 1981.

aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

RENATO BERNARDI — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 87/81, (Mens. Govern. n.º 105/81), que aprova convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e os Municípios de Castro e Ponta Grossa, objetivando a construção de prédios destinados às repartições policiais nos citados municípios. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 87/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Ficam aprovados os convênios celebrados em 24 de setembro de 1981, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e os Municípios de Castro e Ponta Grossa, objetivando a construção de prédios destinados às repartições policiais nos referidos municípios.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 07 de dezembro de 1981.

aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 88/81, (Mens. Govern. n.º 99/81), que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e o Município de Manguieirinha, objetivando a construção de terminal rodoviário de passageiros, na sede daquele município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 88/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica aprovado o convênio celebrado em 07 de janeiro de 1981, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e o Município de Manguieirinha, objetivando a construção de terminais de passageiros na sede do referido município.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 07 de dezembro de 1981.

aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

RENATO BERNARDI — Relator

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 91/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 96/81, (Mens. Govern. n.º 106/81), que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio e os Municípios de Alto Paraná, Barracão, Guairaça, Pato Branco e Tamboara, objetivando a aplicação de recursos financeiros em obras de infra-estrutura na área industrial. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 93/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 94/81, (Mens. Govern. n.º 104/81), que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios de Ponta Grossa e Wenceslau Braz, objetivando ação conjunta entre órgãos do Estado e Municípios, nas atividades de controle e planejamento do trânsito conforme dispõe o Art. 37 do Regulamento do Código Nacional de Trânsito. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 94/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 93/81, (Mens. Govern. n.º 103/81), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e os Municípios de Campo Largo e Goio-Erê, visando a construção de prédios destinados às repartições policiais nos citados municípios. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 95/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 89/81, (Mens. Govern. n.º 97/81), que aprova convênios celebrados em 15 de setembro de 1981, entre o Estado do Paraná e os Municípios de Guaporema, Mariluz, Paraíso do Norte e Santa Isabel do Ivaí (2), objetivando a aplicação de recursos financeiros em obras de controle da erosão, nos referidos municípios. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 96/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 88/81, (Mens. Govern. n.º 96/81), que aprova os termos aditivos datados de 15 de agosto de 1981, a convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os municípios abaixo relacionados, objeti-

vando a aplicação de recursos financeiros em obras de controle da erosão urbana. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 97/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 101/81, (Mens. Govern. n.º 110/81), que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Município de Fênix, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 98/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 102/81, (Mens. Govern. n.º 111/81), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Santa Mariana, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 99/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 103/81, (Mens. Govern. n.º 112/81), que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando ação conjunta com vistas à execução do Programa Especial para Manutenção da Rede Aeroportuária - PROAEROPORTO no exercício de 1981. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 100/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 104/81, (Mens. Govern. n.º 113/81), que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios que especifica, objetivando ação conjunta com vistas à execução do "Programa Especial para Manutenção da Rede Aeroportuária - PROAEROPORTO", no exercício de 1981. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 101/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 105/81, (Mens. Govern. n.º 115/81), que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios que especifica, objetivando aplicação de recursos financeiros em obras de controle da erosão urbana. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 102/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 106/81, (Mens. Govern. n.º 116/81), que aprova convênios celebrados em 20 de outubro de 1981, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior, e os Municípios de Nova Esperança e Santo Inácio, objetivando aplicação de recursos financeiros em obras de controle da erosão nos referidos municípios. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 106/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 110/81, (Mens. Govern. n.º 125/81), que aprova convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os Municípios de Itambé, Jaguapitã, Marilândia do Sul, Marumbi e São Tomé, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, nas sedes dos referidos municípios. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 107/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 111/81, (Mens. Govern. n.º 126/81), que aprova convênios celebrados

entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio e os Municípios de Castro e Marreleiro, objetivando aplicação de recursos financeiros em obras de infra-estrutura na área industrial. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 108/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 112/81, (Mens. Govern. n.º 124/81), que aprova convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os Municípios de Primeiro de Maio e Ubatã, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 109/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 113/81, (Mens. Govern. n.º 123/81), que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Município de Porecatu, objetivando aplicação de recursos financeiros em obras de controle da erosão urbana no referido município. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 110/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 114/81, (Mens. Govern. n.º 122/81), que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Município de Cruzeiro do Oeste, objetivando aplicação de recursos financeiros em obras de controle da erosão urbana no referido município. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 111/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 115/81, (Mens. Govern. n.º 121/81), que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Município de Cruz Machado, objetivando a ampliação de equipamento do Orfanato São José. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 112/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 116/81, (Mens. Govern. n.º 120/81), que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração e o Município de Piên, objetivando a aquisição de ônibus para transporte de escolares. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 113/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 117/81, (Mens. Govern. n.º 119/81), que aprova convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração e os Municípios de Adrianópolis, Guaraqueçaba e Matinhos, objetivando a aplicação de recursos em obras públicas nos citados municípios. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 114/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 118/81, (Mens. Govern. n.º 118/81), que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Ribeirão do Pinhal, objetivando ação conjunta com vistas à execução do Programa Especial para Manutenção da Rede Aeroportuária - PROAEROPORTO, no exercício de 1981. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 116/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 90/81, (Mens. Govern. n.º 98/81), que aprova convênio celebrado

entre o Governo do Estado do Paraná, em data de 04/12/79, através do Departamento de Trânsito e o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, objetivando atribuir ao DETRAN a fiscalização de regularidade de veículos em relação às infrações cometidas em rodovias federais. — **Aprovado.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 160/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 127/81), que autoriza o Poder Executivo a dar fiança nos empréstimos que vierem a ser contraídos pelo Banco do Estado do Paraná S/A., com o Banco Nacional da Habitação, para serem aplicados através da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. por maioria. — Em discussão.

O SR. DARCY DEITOS — Para discutir Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Diz o Projeto de Lei n.º 160/81, de que pela mensagem do Poder Executivo, solicita autorização para que o Poder Executivo dê fiança nos empréstimos que vierem a ser contraídos pelo Banco do Estado do Paraná com o Banco Nacional da Habitação, para serem aplicados através da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR.

Esta Casa, Sr. Presidente, inúmeras vezes aprecia matérias como estas e que, inclusive, na publicação da ordem do dia e no trâmite normal desta Casa, pelas comissões, se encaixam determinados dispositivos que nos levam a crer de que essa matéria deveria passar sub-repticiamente e que esta Casa, nas entrelinhas não tomasse conhecimento do que realmente, se pretende.

Diz este projeto de lei que é da súmula que está na ordem do dia, o seguinte:

“Fica o Poder Executivo autorizado a dar fiança, aos empréstimos que venham a ser contraídos pelo Banco do Estado do Paraná com o BNH, para serem aplicados através da SANEPAR, até o máximo de sete milhões de UPCs, correspondentes nesta data à Cr\$ 8.675.730.000,00, que destina-se à execução de obras do sistema de abastecimento de água e esgoto em municípios do Estado e a conferir ao BNH os poderes para levantar junto ao Governo Federal as parcelas do fundo de participação.

Diz neste mesmo projeto, Sr. Presidente. Artigo 2.º: “Fica ainda o Poder Executivo, autorizado a contrair empréstimos destinados a suplementar a integralização do fundo de água e esgotos, e a integralização do capital da Companhia de Saneamento do Paraná, até o máximo de 100% do valor previsto no artigo 1.º, bem como garantí-los na forma ali estabelecida. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário”.

Veja de que, mais uma vez, vem uma matéria para esta Casa, para ser apreciada de afogadilho, para ser analisada “em cima dos joelhos”, e que, até a Ordem do Dia”, — não sei quais as razões que levaram, Sr. Presidente, — na “Ordem do Dia”, no esclarecimento dessa matéria, não se colocou que também além do aval que aqui se pretende dar ao Banco do Estado do Paraná, ainda que o Poder Executivo levante mais um empréstimo de sete milhões de UPCs, quase perto de nove bilhões de cruzeiros.

E esta Casa, Sr. Presidente, está cansada de votar autorizações de empréstimos a este Governador do Estado do Paraná, interventor General Ney Braga.

Até há dias atrás, votamos aqui uma matéria, dando autorização ao Poder Executivo para que levantasse um empréstimo de cem milhões de dólares, para que, dentro das justificativas, para que esta Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios,

"Secretaria para promover o candidato oficial à Governança do Estado nas eleições de 82, Sr. Saul Raiz", esta Casa teve que votar; outro dia, numa emenda sub-reptícia, numa matéria totalmente disassociada da que aqui se discutia, deu este Poder, uma manobra de mais 30% sobre o Orçamento de 1981, no apagar das luzes do ano de 1981.

Esta Casa, também, outro dia aprovou, nas entrelinhas, mais uma emenda sub-reptícia aqui apresentada de que, numa matéria totalmente fora da que aqui se discutia, foi apresentada esta emenda, para dar guarida a uma doação, a uma autorização ao Poder Executivo, para que doe ao Memorial JK, seis milhões de cruzeiros.

Então, Sr. Presidente, estranha-se que venha um projeto como este, para ser analisado neste período de convocação extraordinária, e esta Casa tenha que apreciar, de afogadilho, apressadamente, e ainda, Sr. Presidente, eu gostaria de insistir, nisso; por quê é que da Ordem do Dia não constou também que além da fiança que aqui se pretende dar, por quê não constou que se dá autorização para contrair este empréstimo?

Quanto já foi dado de autorização aqui nesta Casa, Sr. Presidente?

Até há dias atrás, quando Sua Excelência o Secretário das Finanças veio a esta Casa prestar esclarecimentos com referência ao empréstimo de cem milhões de dólares, na discussão que ali se travou, ficou provado que as aplicações governamentais, se fazem basicamente em cima de empréstimo. E ainda no ano que vem, no projeto de Orçamento que aqui foi aprovado, se deu, nesta aprovação, a previsão ali de um empréstimo a ser contraído em 1982, de perto de trinta bilhões de cruzeiros, Sr. Presidente.

Então, no nosso entendimento, o Estado está altamente compromissado com os empréstimos, tanto empréstimos externos como internos, e este Poder não tem poder nenhum de fiscalizar o Poder Executivo; Poder Executivo neste Estado que tem uma maioria e usa esta maioria, evidentemente, para aprovar todos os projetos que são de seu interesse, nos leva a crer isso. E naquela discussão que tivemos com o Sr. Secretário, entendemos que o Estado está altamente individado. O perfil da dívida do Estado do Paraná não é esta beleza toda que apregoam aí pelos jornais, os homens da Secretaria das Finanças, os técnicos da Secretaria das Finanças.

Então, Sr. Presidente, o que não posso concordar é que, numa matéria como esta, venha a Casa e se dê mais uma autorização para empréstimos, à companhias que o Poder Legislativo não tem acesso nenhum. É SANEPAR, é TELEPAR, é BANESTADO, é COPEL etc., etc., "par", que um simples requerimento de dúvidas e até, às vezes, uma denúncia de corrupção comprovadas, como o eminente Presidente do meu Partido Waldyr Pugliesi, com documentos, queria informações da COPEL sobre problemas ali levantados com documentos, sequer um requerimento passa por esta Casa, para que possamos examinar essas dúvidas.

É preciso, Sr. Presidente, que haja uma mudança de estrutura. Temos que ter uma Assembléia Nacional Constituinte, para que os poderes legítimos sejam devolvidos ao Poder Legislativo. E que os homens legitimamente eleitos, pelo voto do povo, aqui possam, livremente, exercer o seu mandato e examinar corretamente as contas do Poder Executivo.

O que acontece com o sistema hoje implantado? Quem examina as contas do Poder Executivo, é um órgão chamado Tribunal de Contas. Um órgão que, de acordo com a sua estrutura, estaria vinculado, estaria subordinado ao Poder Legislativo. Mas, quem indica, quem nomeia os conselheiros, os auditores que vão fiscalizar as contas do Poder Executivo é o próprio Poder Executivo.

O Sr. Lineu Turra — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Deputado Darcy Deitos, o nosso aparte, na oportunidade

da intervenção de Vossa Excelência, no projeto que ora se discute, é para chamar a atenção para um detalhe: parece que as coisas, aqui na Casa, muitas vezes, não são feitas com seriedade. Acho que isso pega muito mal. Acho que não interessa a que partido o Parlamentar pertence, o que interessa é trabalhar com seriedade, para valorizarmos os trabalhos desta Casa, e, conseqüentemente, este Poder.

Veja Vossa Excelência, que as coisas são feitas, não sei se até por dissídia, ou até se pode atribuir evidente má fé. Basta se verificar o Parecer que foi dado a esse projeto. Matérias de tão grande importância, para se apreciar de afogadilho. E aí é que digo que existe, por trás disso, até uma má intenção. Porque, se omitiu os objetivos do projeto. Colocou-se apenas, como objetivo do projeto, a intervenção do Estado para conceder-se fiança. Quando, na verdade, existe um outro dispositivo pedindo autorização para contrair um empréstimo correspondente até cem por cento, do valor da fiança — se não me engano, atinge a seiscentos e setenta e cinco milhões de cruzeiros.

Por isso que tenho votado, na Comissão de Constituição e Justiça, sistematicamente com restrição aos pareceres, para poder apreciá-los posteriormente. Porque, não é possível um projeto de envergadura, ali na CCJ., de momento já se poder decidir. E decidir com segurança, com eficiência. E o parecer é o que elucida os objetivos, a constitucionalidade, a legalidade da matéria. Assim, na introdução do parecer, deve constar o objetivo do projeto, no seu conteúdo, e esse Parecer, omitiu essa parte do Projeto, quer dizer, ele faz menção apenas à fiança, e por isto eu, já não tendo mais aquela confiança, infelizmente, nos colegas de Bancadas de Partidos adversos principalmente Situacionista, é que sistematicamente venho votando com restrição e com restrição eu votei esse Projeto, e, agora reconheço até, a minha prudência em assim agindo, porque me reservei aqui para fazer esse reparo.

Quero me parabenizar com Vossa Excelência pela intervenção oportuna que Vossa Excelência está fazendo, e alertando os Srs. Deputados para o fato.

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. DARCY DEITOS — Em seguida, Deputado.

O Sr. Gabriel Sampaio — Vai terminar o seu tempo, Deputado.

O SR. DARCY DEITOS — Não, nós temos ainda uma hora para discutir aqui, eminente Deputado Gabriel Sampaio.

O Sr. Gabriel Sampaio — Trinta minutos?

O SR. DARCY DEITOS — Não, uma hora.

Nobre Deputado Lineu Turra, Vossa Excelência tem realmente honrado a nossa Bancada, no seu trabalho junto à Comissão de Justiça, desta Casa, porque Vossa Excelência levantou muito bem — se analisarmos o Parecer dado pela CCJ, mas em nenhum momento, mas em nenhuma linha diz que se está dando autorização para contrair empréstimo, e o que é mais grave, eminente Deputado, no Artigo 1.º que é o que está aí na Súmula, que, "fica o Poder Executivo autorizado a dar fiança", que só se discutiu isto, eu gostaria de saber quais as justificativas reais, o que se daria em garantia dessa fiança, que tipo de ação, que depósito se faria para garantir esse empréstimo, então, evidentemente que, quando viemos à tribuna...

O Sr. Gabriel Sampaio — Deputado, insisto no aparte porque Vossa Excelência está indo longe demais, Deputado.

O SR. DARCY DEITOS — Em seguida, nobre Deputado.

O Sr. Gabriel Sampaio — Não estou conseguindo prestar atenção mais, por mais que eu me esforce!

O SR. DARCY DEITOS — Vossa Excelência pode ter o entendimento que quiser, eu, darei o aparte, na hora oportuna, a Vossa Excelência. Quero aqui desta Tribuna, colocar o meu pensamento, a minha visão, depois, concederei aparte a Vossa Excelência e Vossa Excelência se colocará na sua visão, sobre a matéria.

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência abordou dez assuntos diferentes, Deputado.

O SR. DARCY DEITOS — Em cima da matéria, Deputado.

O Sr. Gabriel Sampaio — O que que é isto, Deputado? Vossa Excelência falou de todos os assuntos, já.

O SR. DARCY DEITOS — O que é isso? !

Então, o que se dará de garantia para esta fiança? Então vejamos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, de que como em tantas outras matérias aqui levantadas durante este ano, matérias financeiras, projetos como este, Mensagens como esta e que habilmente até na CCJ tenta-se encobrir, é que nos leva a crer de que, coisas sérias são relegadas a segundo plano, e os Srs. Deputados, alguns, que têm a responsabilidade lá naquela Comissão, deveriam ter examinado e deveriam ter dado o Parecer, corretamente. E eu gostaria de dizer que, na Comissão de Finanças da qual faço parte, fui voto vencido porque não concordei com mais esta autorização que estamos dando.

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Agradeço em primeiro lugar, e repito a Vossa Excelência, com o maior respeito que Vossa Excelência me merece, que, realmente estava fazendo um esforço nos últimos 15 minutos para ouvir e entender o que Vossa Excelência queria dizer. Não sei se a nossa platéia aqui, hoje, que com tanta qualidade faz sua presença neste recinto, se entendeu Vossa Excelência, porque a Oposição e aí está talvez um dos maiores pecados da Oposição brasileira, é de abordar ferindo superficialmente os assuntos, com clichês e chavões que já estão a cansar os ouvidos não só dos Parlamentares da minha Bancada, como também do povo brasileiro. Lamentavelmente uma das maiores revistas de circulação nacional, desta semana, a revista "VEJA", faz na "Carta ao Leitor" uma comparação belíssima, dizendo que a Oposição realmente está se perdendo neste País, porque não tem mais do que carimbos, e clichês, e quando eu ouço um aparte dizendo que falta seriedade, eu acho que isso é brincadeira. Realmente a Oposição está um pouco longe demais, Deputado Darcy Deitos. Precisam voltar um pouco à terra, colocar os pés no chão, porque falar em falta de seriedade, é a mesma coisa do que o "biônico" Afonso Camargo falar em "pacto de honra" nesse País ele que é "biônico", espuriamente levado ao Senado, falar na televisão em "pacto de honra", agora vem a sua Bancada falar em falta de seriedade.

Não admito e não aceito, como membro efetivo da Comissão de Constituição e Justiça, que as matérias que passam por aquela Comissão não sejam analisadas com a maior profundidade e com a presença de Senhores Deputados do seu Partido. Portanto não venham a Plenário fazer cirquinho para a platéia ver, porque isso nós não vamos admitir mais. Portanto, Senhor Deputado, se atenha à matéria e analise-a em profundidade. Vossa Excelência está aí a querer tatear o assunto, sem esclarecer em nada o Plenário, porque Vossa Excelência não conhece o assunto sobre o que está falando.

Muito obrigado.

O Sr. Lineu Turra — Deputado Darcy Deitos, só queria dizer que a carapuça serviu para o Deputado Gabriel Sampaio, e ele que faça uso, porque aí está um parecer que foi lavrado, não sei se da sua autoria, que é um parecer mesquinho, porque não retrata...

O Sr. Gabriel Sampaio — Mesquinho na sua opinião, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Faz Soar os tímpanos.

Está com a palavra o Senhor Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — O Deputado Gabriel Sampaio, creio, Senhor Presidente, que temos uma nova figura aqui nesta Casa e que se apresenta para os olhos do Paraná na tarde de hoje. O Deputado Gabriel Sampaio, além de ter sido Procurador do Tribunal de Contas, Deputado, agora se investe na figura do censor para vir aqui e me dizer o que devo falar ou não e quem está cansado eminente Deputado, é o povo brasileiro. Quem está cansado é o povo brasileiro; assaltaram o poder em 64 e não querem dar mais eleições, e Vossas Excelências, se consideram

os donos da Nação. Quem está cansado é o povo, de ser lesado pelo seu Partido e pelo Partido que dá sustentáculo a esse Governo apodrecido tanto do Paraná como o que está lá em Brasília.

Nós cumprimos uma missão histórica, de ser os defensores do povo e temos sabido honrar esse compromisso que assumimos com o povo do Paraná. Não admito que Vossa Excelência venha dizer o que eu deva falar ou não. Estou aqui discutindo numa matéria séria com base naquilo que entendo que é devido...

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência desviou o assunto para 1.000 km de distância.

O SR. DARCY DEITOS — É o seu entendimento, nesse seu QI que já é curto para entender. Eu lamento.

Prossigo, Senhor Presidente, quando o eminente Deputado Lineu Turra fez as colocações que fez, é evidente que feriu suscetibilidades, mas eu gostaria de ler, quer dizer, eu li no início da minha fala, o Projeto de Lei na íntegra, os seus artigos 1.º e 2.º. Quer dizer, solicita autorização a dar fiança e uma autorização para contrair um empréstimo. São duas matérias. Quero ler o Parecer ao Projeto de Lei 160/81: "O presente Projeto de Lei oriundo de Mensagem Governamental, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a dar fiança nos empréstimos que vieram a ser contraídos pelo BNH para serem aplicados através da SANEPAR."

"Analisando-se o Projeto sob o aspecto legal e constitucional, temos que nos termos constitucionais, esta matéria quanto a sua competência a iniciativa, está disciplinada nos artigos 21 item 8.º, letra D, artigo 25 para o primeiro letra "A" e artigo 35 da Constituição Estadual, não havendo qualquer impedimento que possa obstar a sua normal tramitação por esta Casa".

A justificativa apresentada pelo Chefe do Poder Executivo na Mensagem que acompanha o Anteprojeto, esclarece com detalhes a autorização pleiteada. Cabe porém esclarecer que; "a expansão que a SANEPAR vem imprimindo no setor de saneamento em nosso Estado, é deveras impressionante". Conforme o percentual que são apresentados e do conhecimento público por aquela empresa estatal. "O Estado do Paraná, através da SANEPAR, é citado como um dos Estados brasileiros cuja produtividade é digna de citações em relação às demais cidades brasileiras".

"A autorização ora pleiteada, virá dotar aquela empresa de lastro financeiro, para que a mesma continue a desenvolver o seu programa de expansão da rede de saneamento em nosso Estado.

Deixando-se a análise do seu aspecto financeiro para a Comissão de Finanças, que por certo o apreciará, temos que sob o aspecto legal e constitucional, o Projeto está em condições de ser aprovado por esta Casa. Opinando-se favoravelmente.

Então Sr. Presidente, estou discutindo aqui em cima de fato concreto. Está aqui assinado, está aqui o Parecer. Quer dizer, quando dizemos de que a matéria, tenta-se passar a matéria meio na calada Sr. Presidente. É isso que nos trás à tribuna. Quer dizer, ninguém da nossa bancada é contra que se dê condições a qualquer empresa estatal que vá levar benefícios ao povo. Somos contra, às vezes, à forma como são encaminhados os projetos para este Poder dar as autorizações, para que o Poder Executivo possa realizar constitucionalmente as obras que tem por obrigação realizá-las.

O Sr. Aírton Cordeiro — Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Antes de agradecer o aparte que Vossa Excelência me concede, de início gostaria de fazer uma ressalva à afirmação que Vossa Excelência faz da tribuna, no que toca à seriedade dos trabalhos da Comissão de Constituição e Justiça. E me permita de início render a minha homenagem a um Parlamentar do Partido de Vossa Excelência, Deputado Lineu Turra, que tem

sido praticamente, o único Deputado do PMDB a comparecer às reuniões dessa que é considerada a mais importante das comissões técnicas desta Casa.

E só temos conseguido, ilustre Deputado Darcy Deitos, "quorum" para a realização das reuniões dessa comissão, graças à colaboração e à presença de parlamentares do Partido Democrático Social. Com raras exceções, a Oposição tem marcado presença na Comissão de Constituição e Justiça. Logo, não posso aceitar a imputação que faz Vossa Excelência ou que pretende fazer Vossa Excelência, aos membros dessa Comissão, quando coloca em dúvida a seriedade dos debates ali realizados. Porque se esses debates não são mais profundos recentemente, nós devemos dizer com toda a seriedade que eles não o são pela ausência do partido de Vossa Excelência.

As atas aí estão para que a constatação seja feita e Vossa Excelência, como um Deputado que pretende ser criterioso tem o direito e o dever de consultá-las, para chegar a uma conclusão que seja realmente a verdadeira. E como Presidente da Comissão de Justiça desta Casa, não quero fazer a defesa dos Srs. Deputados que têm garantido o "quorum" das reuniões, não. O que quero é dizer aqui que reconheço o empenho desses parlamentares e especialmente do PDS para que essa Comissão possa se reunir, a fim de que as matérias não venham à Ordem do Dia sem o parecer da Comissão Técnica mais importante deste Poder Legislativo.

Constrangeu-me inclusive recentemente, Deputado Darcy Deitos, receber uma Comissão de ilustres personalidades do Ministério Público do Paraná, solicitando a realização de uma reunião da Comissão de Justiça convocada por esta Presidência, em caráter extraordinário e sentimos a peregrinação nos gabinetes de parlamentares para que comparecessem a esta reunião a fim de que ela fosse feita, enquanto o nosso partido fazia a mobilização dos seus Deputados para que lá estivessem.

Então eu repudio a insinuação que faz ou no entender de Vossa Excelência a assertiva que Vossa Excelência faz com referência a seriedade da análise e do debate no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça. E se seriedade falta exclua-se aqui o nome do ilustre Deputado Lineu Turra pela ausência quase que maciça do partido de Vossa Excelência nas reuniões dessa Comissão.

Muito obrigado.

O SR. DARCY DEITOS — Eminentíssimo Deputado Airton Cordeiro, se esse foi o seu entendimento, respeito as suas palavras. Entretanto, eminentíssimo Deputado, me ative especificamente em cima deste projeto. Mas se quer passar por cima... Uma linha sequer Deputado de que se solicitava aqui também autorização para empréstimos, na análise deste projeto, me levou a este entendimento e continuo com este mesmo entendimento.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Darcy Deitos, não quero vir em socorro ao meu partido, ao PMDB, mas neste parlamento muitas vezes às vezes se levantam até por força da maioria que detém o PDS, para atribuir responsabilidade na falta de exercício pleno do mandato. E referência faz abusiva até o Deputado Presidente da Comissão de Justiça, Deputado Airton Cordeiro, em quem eu reconheço um grande esforço para fazer a Comissão funcionar.

Agora, comete uma injustiça que não é própria dele, dizer que a Oposição tem se furtado ao dever de comparecimento da Comissão, quando na verdade a grande parte dos

Deputados do PDS, com honrosas exceções, estão sempre ausentes das Comissões e sobretudo da Comissão de Constituição e Justiça, inclusive aqui do plenário.

Agora, quis Vossa Excelência atingir alguns membros da Comissão, porque quando e frequentemente estamos nesta Comissão, na qualidade não só de Vice-Presidente, mas na qualidade de membro deste Poder, nunca nos furtamos na ausência do Deputado Airton Cordeiro. Se esqueceu Sua Excelência de dizer que estávamos no exterior a convite de Governos do Exterior, no Canadá mais recentemente, para a apreciação de matéria que hoje está sendo discutida aqui.

Aliás, tem sido algumas vezes prática que o partido do Governo mobilize os seus membros quando o Governo tem interesse imediato, apressado, de apreciar determinadas matérias. Já houve casos aqui, nesta mesma Assembléia, de que matérias de relevante importância foram postergadas, passou o prazo. Inclusive de emenda constitucional, por falta de presença da maioria.

Lamento vir, de público, repelir esta injusta agressão à nossa bancada e às demais bancadas desta Casa. Ainda que ressentido deixo a ressalva de sua presença constante na Comissão de Justiça, mas não é a prática que tem acontecido lá e aqui neste plenário também.

Deputado Darcy Deitos, enquanto se discute um projeto para um aval de oito bilhões, seiscentos e setenta e cinco milhões, setecentos e trinta mil cruzeiros, se arvoram alguns membros do Partido do Governo em dizer que há amplo debate de matérias financeiras nesta Casa, a Ordem do Dia está repleta de projetos encaminhados pelo Executivo em que um só destes projetos demandaria uma discussão muito mais larga, num espaço de tempo muito maior do que está sendo colocado "goela abaixo" deste Poder Legislativo.

Muitas vezes até, sem o preparo adequado de matéria de natureza técnica.

Esta posição, Deputado, quanto deverá o Estado do Paraná? Qual será o valor da dívida do Estado do Paraná? Quase ninguém sabe isto, inclusive aqui neste Poder, até porque a flutuação de nossa moeda é uma das maiores violências contra o contribuinte paranaense e de todo o Brasil.

Agora, com relação específica à matéria que Vossa Excelência discute, veja, quanto vai custar, - isto a SANEPAR andou dizendo na época que subiu o custo da água, uma família média hoje que tem água em sua casa, gasta de mil cruzeiros a mais. Isto representa, Deputado, praticamente dez por cento de um salário mínimo. E quanto dinheiro está sendo feito, nesta base, para outros setores da administração indireta?

Quando a Oposição se atem a esta situação de fato, os homens que sustentam politicamente o Governo para que, insatisfeitos com a posição judiciosa da Oposição, se manifestam de maneira agressiva. Não podemos nos ater pura e simplesmente à siglas partidárias, mas precisamos, isto sim, exercer a fiscalização sobretudo no aspecto financeiro e orçamentário dos recursos públicos. É por esta razão que nós, do Parlamento não temos o direito de ficar verboroseando, por aí, e deixar de apreciar esmiuçadamente as matérias de natureza financeira que vêm para este Poder.

Quero cumprimentar a Vossa Excelência porque a minha intervenção foi quase que exclusivamente, no sentido de resguardar o posicionamento de alguns Deputados da Oposição que provavelmente poderiam estar ausentes a quem se referiu, inclusive o Deputado Airton Cordeiro.

Muito obrigado.

O SR. DARCY DEITOS — E Vossa Excelência o fez muito bem,

eminente Deputado Fidelcino Tolentino. E eu só gostaria de lembrar que aquela comissão, o partido situacionista tem maioria, e se não me falha a memória são 13 membros, e eles têm 7.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Tanto lá na comissão, como aqui no plenário, pode funcionar sozinho independentemente da vontade da Oposição. É o que está acontecendo a nível federal também.

O SR. DARCY DEITOS — Agora, ninguém poderá tolher o nosso direito, o direito da Oposição, de discutir a matéria, de analisar, e denunciar aquilo que está errado. É a nossa visão. É claro que sobre o assunto pode-se ter várias visões; mas quando o assunto é matéria financeira, 1 mais 1 são 2. Quer dizer não dá três. Quer dizer então, não tem o que discutir. E eu posso discutir em cima de fatos. E o que fiz hoje aqui na tribuna foi discutir em cima de um fato, em cima de um parecer que a mim não convenceu e que esta Casa não poderia, principalmente a nossa bancada, avaliar em branco, votar em branco, e ser conivente, com um Poder Executivo constituído ilegítimamente. Não através do voto do povo, mas através dos interesses de meia dúzia que tomaram o poder em 64 nesta Nação.

Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão.

O SR. AIRTON CORDEIRO (Para discutir) — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Primeiramente devo esclarecer ao Deputado Darcy Deitos que democracia pressupõe regime das maiorias. A democracia comporta a maioria e comporta a minoria; e se consubstancia basicamente na vontade da maioria para administrar os interesses populares. Se nas comissões técnicas ou se neste Plenário, o Partido Democrático Social tem maioria, ele a possui basicamente porque a vontade soberana do povo do Paraná outorgou-lhe este direito. Não é uma maioria conquistada com demagogia. Não é uma maioria, Sr. Presidente, Srs. Deputados, conquistada com as palavras que são jogadas ao ar, sem nenhuma responsabilidade. Não é uma maioria que caiu do céu, para o Partido Democrático Social, muito ao contrário, esta maioria se fundamenta num trabalho executado ao longo de muitos anos, com o apoio de quem quer que seja, mas especialmente daqueles que têm consciência de que servir significa trabalhar; de que trabalhar não é apenas falar; de que trabalhar não é apenas comparecer à tribuna desta Casa, e balbuciar palavras que não têm nenhum compromisso com a realidade. Então a nossa maioria é absolutamente séria, Sr. Presidente. E enquanto formos maioria, nós vamos fazer prevalecer o nosso direito de maioria, que é princípio basilar da democracia. Ou não se pretende Democracia? Ou se pretende que a minoria sufoque a maioria, como se faz agora na Polônia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em que a classe trabalhadora polonesa oprimida por uma minoria, está impedida de externar o seu pensamento. Ou se pretende que aqui no Brasil tenhamos a reedição dos exemplos dos Estados totalitários, lá do Leste europeu, ou daqui mesmo da América. Ou nós queremos democracia, ou nós queremos um arremedo de democracia. Ou nós lutamos pela democracia, ou nós nos conformamos por aqueles que estão a propugnar com a farsa democrática.

E se nós estamos sinceramente empenhados em encontrar a democracia para este País, nada mais sagrado do que respeitar

o direito da maioria.

E se somos a maioria, repito, nas comissões técnicas desta Casa e neste plenário, o PDS é a maioria, porque, recebeu do povo do Paraná, limpamente, pelo voto secreto, direto, pelo voto livre de todos os paranaenses, sem o apelo demagógico daqueles que buscam, simplesmente, criticar o Governo e pensando que criticando as ações governamentais, ainda conseguem sensibilizar as camadas mais populares até, deste Estado e deste País.

E aqui venho muito feliz, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque ontem no Congresso Nacional o nosso partido deu uma relevada demonstração de unidade, sobretudo nesta hora em que está sendo processado o debate nacional sobre reforma eleitoral.

E foi muito feliz o Deputado Luiz Gabriel Sampaio. Como é que nós podemos entender que os homens que hoje estão na Oposição, criticam a Situação, se ajudaram a fortalecê-la nos últimos 2 anos, 3, 4 anos passados. Manipulando, inclusive, os mecanismos que os levaram a postos maiores desta República.

Onde é que está a legitimidade neste posicionamento. Onde é que está a autenticidade deste posicionamento Srs. Deputados.

E esta matéria especificamente que nós estamos tratando, ela tem uma importância relevante para o Paraná. Não para o Paraná do PDS; não para o Paraná dos partidos de oposição. Para o Paraná do seu povo, que sabe o que é o sacrifício de não ser bem governado, porque, este povo já não foi bem governado.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Nobre Deputado Ailton Cordeiro. Agradeço a Vossa Excelência a oportunidade de dialogar, também, sobre o assunto.

Vossa Excelência está muito feliz na tribuna esta tarde, no momento em que faz uma análise do problema democrático brasileiro.

Enquanto Vossa Excelência, com a seriedade que é peculiar no seu comportamento de homem público, analisa o problema da democracia e do parlamento, alguns poucos ficam sussurrando sem lhe pedir um aparte. Um comportamento anti-democrático e anti-parlamentar.

Mas, Vossa Excelência sabe que os homens públicos com seriedade na vida pública, respondem a altura àqueles que realmente têm comportamento intelectual até necessário para discutir.

Na vida pública, todos nós respondemos com seriedade as colocações corretas e sérias que nos são formuladas.

Quando os cães ladram, nós deixamos de lado os cães, porque, pretendemos discutir com seriedade, assuntos que interessam à população do Paraná.

E democracia, realmente, se faz com direito da maioria de exercer o seu mandato, mas, também, se faz com o direito da minoria de se pronunciar a respeito de qualquer assunto. Mas, sobretudo, numa hora política importante para o Brasil, quando nós vivemos uma quadra da história deste País importante para todos nós que somos políticos e que queremos o pleno restabelecimento do Estado de Direito, e que queremos uma democracia efetiva no Brasil, nós verificamos que democracia e parlamento fortes só existem se houver seriedade no exercício do mandato Parlamentar.

É preciso que a maioria se comporte com seriedade; mas é preciso também que a minoria se comporte com seriedade.

Ouvimos há pouco, um aparte do Deputado Fidelcino Tolentino, imputando à Bancada do PDS, por exemplo, o desejo apenas de socorrer a vontade governamental, quando estamos

presentes, nesta tarde, para dar maioria e para dar condições de votação a matérias tão importantes e tão relevantes, como estas que nós iremos discutir.

Ainda, agora, estamos aqui mais para um apelo, para que possamos atender um apelo da Liderança, para votar uma matéria de suma importância para a justiça deste Estado.

A Bancada do PDS, aqui está, para dar à valorosa classe dos Promotores Públicos do nosso Estado, aos agentes da Justiça no Estado do Paraná, as condições para o pleno exercício de sua nobilitante função.

Sabemos que não existe justiça neste País, e nos entristecemos com o veto que o Presidente da República após à Lei Orgânica com relação ao problema dos Promotores de Justiça; mas, aqui no nosso Estado, o Governador Ney Braga dá mais uma demonstração de compreensão e de apoio a uma classe que é de vital importância para o funcionamento da justiça do nosso Estado.

Estamos, portanto, aqui, cumprindo com o nosso dever. Não estamos aqui para fazer maioria a pedido do Governador Ney Braga, que é o Líder político e Líder Administrativo do Estado e do nosso Partido.

Mas temos pena, Sr. Deputado, temos, confesso, temos preocupação com o futuro democrático deste País, quando verificamos homens despreparados a discutir matérias tão importantes quanto a matéria do saneamento do Estado do Paraná.

O que é que se queria da Comissão de Justiça da Assembleia Legislativa, que tem a obrigação de analisar o Plano de Lei sob o seu aspecto constitucional, e sob seu aspecto legal?

Gostar-se-ia que a CCJ, fizesse uma análise do custo de obra, ou de quais distritos, povoados ou municípios do Estado do Paraná seriam atendidos com este auxílio que será formulado através de uma ratificação de um convênio já existente em 1972, convênio firmado entre o BNH e o Governo de Estado de então, de 1972, que deu oportunidade para que Curitiba fosse a Capital do Paraná, que tem o maior índice da sua população atendida com o saneamento básico? Ou sequer evitar que o PLANASA que é um plano de justiça social neste Brasil, porque dá possibilidade, através do financiamento, das grandes cidades, para que se leve água para as populações interioranas onde o sistema de abastecimento de água é deficitário?

Em Curitiba, o abastecimento de água, dá lucros. Mas, Manguaçu, Mariópolis, Jardim Olinda, ou outra cidade pequena, o sistema é deficitário e o PLANASA, como concepção de Governo é um plano que dá possibilidade, tirando recursos das grandes populações urbanas deste País, para que se leve água tratada, saúde, para as populações interioranas.

O que se poderia discutir, hoje, aqui, era se o PLANASA realmente é um plano correto, é um plano que vai atingir ou está atingindo suas metas de fornecer água tratada a 80 por cento da população do Paraná até 1990, que vai dotar mais de 45 municípios do Paraná do sistema de esgotamento sanitário.

Poder-se-ia até discutir, eminente Deputado, se nós vivendo realmente um processo federativo ou não; poder-se-ia fazer uma indagação aqui, a respeito desse projeto, se realmente é importante a existência do BNH como órgão financiador desses setores. Seriam colocações realmente cabíveis e análises sérias que honrariam este Parlamento e que fariam com que o povo do Paraná se regosiasse de ter esta Casa.

Mas o que verificamos? Verificamos, realmente, os clichês, a que se referiu o Deputado Gabriel Sampaio: "pobre de um País que quer a democracia, com a pobreza dos argumentos aqui

apresentados".

O SR. AIRTON CORDEIRO — Agradeço, Deputado Luiz Alberto, pelas palavras de Vossa Excelência.

Concedo o aparte ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O Sr. Erondy Silvério — Agradeço a Vossa Excelência e solicitei o aparte, logo em seguida, para não prejudicar o pronunciamento de Vossa Excelência que, como hábito, orador primoroso, é um dos mais importantes que estamos assistindo na Casa...

O SR. AIRTON CORDEIRO — Bondade de Vossa Excelência.

O Sr. Erondy Silvério — ... porque responde a ataques injustos, de setores da Oposição, nesta Casa.

Bem disse Vossa Excelência, num trecho de seu discurso, que não estamos aqui legislando para o Paraná do PDS. Estamos legislando para o povo do Paraná. Povo que terá, até o final deste Governo, 80 por cento dos seus municípios servidos com água tratada. Sem falarmos na Capital do Estado, onde 84,42 por cento de sua população, já tem água tratada, através do PLANASA, através dos convênios assinados entre o Município de Curitiba, SANEPAR e PLANASA.

E o Governo o que está pedindo a esta Casa? Autorização legislativa para garantir empréstimo, para continuar esse trabalho em favor da saúde do povo do Paraná.

E o que recebe o Governo, nesta oportunidade? Ataques dos mais virulentos, dos mais injustos e até inadequados. Porque, se procedermos um levantamento dos requerimentos e apelos dos Deputados da Oposição, ao Poder Executivo, no sentido de que se proceda a extensão da rede de água aos municípios deste Estado, e também o sistema de tratamento de água, aos municípios deste Estado, vamos verificar que este empréstimo que a SANEPAR vai fazer do BNH será insuficiente para atender apenas aos requerimentos, às sugestões, dos Membros da Oposição. E eles sabem disso, mas querem atacar o Governo. Eles querem é dar uma demonstração de que são Oposição nesta Casa.

Vossa Excelência lembrou muito bem, quando disse que as minorias, às vezes, pretendem esmagar as majorias. E lembrou do heróico povo polonês. Não vimos, lamentavelmente, alguns dos setores da Oposição que bateram palmas, que soltaram foguetes, que deram urras nesta Casa, quando foi derrubada a ditadura cruel de Anastacio Somoza. Foi requerido, através da Oposição, um voto de congratulações ao povo da Nicarágua. Foi requerido, através da Oposição, e o PDS aprovou o requerimento, apelando ao Itamarati que rompesse relações diplomáticas com o Governo de Anastacio Somoza. Determinados Deputados da Oposição, costumam defender a Oposição paraguaiá. Quer dizer, os comunistas paraguaios, os comunistas da Nicarágua, os comunistas da América Central. Mas, não vejo ninguém da Oposição se levantar em favor do heróico povo polonês, que luta por sua independência, pelo seu direito de auto-determinação. Não vimos ninguém.

E nesta oportunidade, quero dizer a Vossa Excelência que a nossa Bancada apresentará requerimento de solidariedade ao povo polonês, a quem tanto devemos, a quem tanto o Paraná deve, a raça polonesa que tanto contribuiu para o desenvolvimento de nosso Estado.

Onde está a sinceridade da Oposição?

Ontem, ao encaminhar, erroneamente, uma Questão de Ordem, de um requerimento, em que pretendia o Líder da Oposição manifestar o seu desagrado pela questão da invasão de

Curitiba, quinta, em 17/12/81

terras, em Vila Formosa, esqueceu o Líder do PMDB de dizer que, na hora da agitação, ele estava lá, em companhia do seu colega de Bancada, mas, quando o Governo do PDS encontrou uma solução justa e humana, eles deixaram de comparecer para referendar, com as suas presenças, a justiça, a humanidade da solução apresentada pela Prefeitura; ainda vem aqui dizer que o Prefeito de Curitiba decidiu sob pressão? Pressão de quem? De meia dúzia de comunistas? Decidiu, por um levantamento sócio-econômico de cada invasor da área, onde ficou comprovado que, alguns, que eram manipulados pelos esquerdistas desta cidade, até propriedade têm, apenas 82 famílias necessitavam realmente do amparo do Poder Público Municipal, e o tiveram, e obtiveram, porque o nosso Governo é sério, porque o nosso Governo não usa da demagogia, porque o nosso Governo, principalmente os membros da nossa Bancada escutam calados os ataques virulentos, os impropérios até que são atirados contra a nossa Bancada, mas cumprimos a nossa obrigação, estudamos as Mensagens, oferecemos Pareceres técnicos corretos, irrefutáveis, e, no instante preciso nós estamos aqui, incorporados, para dar ao Paraná, as leis que o Paraná necessita para o seu desenvolvimento. E não aceitamos que um Sr. Deputado da Oposição vá à tribuna e diga "PDS não está na Casa, não tem "quorum" sequer para aprovar a Ata. Ora, nós sabemos que a Oposição possui 26 Deputados, e com 20, haverá o "quorum" necessário para que se arme o circo, para que se arme o palco onde os artistas vão exibir a sua virulência contra o Governo. Não há necessidade dos Deputados do PDS, para que a Casa tenha "quorum", se não teve, é porque a Oposição também é relapsa, também não cumpre com o seu dever, mas, no momento em que se vota uma tese de suma importância para o Estado, nós estamos aqui, incorporados.

Eu agradeço a oportunidade que Vossa Excelência me deu, e quero cumprimentá-lo mais uma vez, com sinceridade, porque Vossa Excelência é daqueles Parlamentares que honram qualquer Parlamento, como tem honrado a nossa Bancada, Vice-Líder que é, da nossa Bancada.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Nós temos realmente plena consciência da extensão das palavras de Vossa Excelência, e confesso que estou inteiramente com Vossa Excelência, particularmente quando fala sobre o problema internacional, que nos toca, que nos diz de perto, porque ele repercute em todo o mundo, e porque esta Casa testemunhou a Cuba e, nesta hora de tanta tristeza e de tanto sofrimento para os poloneses que aliás têm uma grande colônia no Paraná, nós não ouvimos, realmente, nenhuma manifestação de contrariedade, da Oposição.

Mas, Vossa Excelência, como o Deputado Luiz Alberto, Deputados que têm vivência dos assuntos do Paraná, falaram sobre a propriedade desta Mensagem e o alcance social desta Mensagem do Governador Ney Braga. Eu, felizmente, ainda ontem à noite compulsava publicações da SANEPAR, e buscava saber o que é que a SANEPAR tem feito pelo Paraná - uma Empresa nova, Srs. Deputados, com 18 anos de idade, que fechou o seu ano de 1980 com 200 milhões de cruzeiros, de prejuízo porque a sua tarifa está aquém do custo real do fornecimento de água, mas, uma Empresa que ainda assim, até março de 1979, desde que se vem implantando saneamento básico no Estado, há 103 anos, vejam bem, Srs. Deputados, há 103 anos foram executadas 520.000 ligações domiciliares no Paraná, das quais, 430.000, de água, e 90.000 de esgoto sanitário. Agora, vamos ao detalhe, ilustres parlamentares: - de março de 79, quando assumiu o Governo deste Estado pela segunda vez, o

Governador Ney Braga, a setembro deste ano, a SANEPAR passou a operar, nada menos do que 220 mil novas ligações, das quais 180 mil de água e 40 mil de esgoto e convém lembrar que Curitiba como Capital, há menos de 5 anos passados, tinha 20 por cento de esgoto só e hoje devemos estar beirando o percentual que se aproxima dos 70 por cento de esgoto, índice inédito no Brasil. Isto se deve a uma administração séria.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência concede um aparte?

O SR. AIRTON CORDEIRO — Em seguida, nobre Deputado.

Deduzindo as ligações acrescentados devido à incorporação dos sistemas de Maringá que a SANEPAR passou a operar recentemente, pode-se dizer que ao longo dos últimos dois anos e meio, acrescentamos em novas ligações domiciliares, 1/3 daquilo que foi implantado durante mais de um século, durante 103 anos. Neste intervalo quase um milhão de pessoas a mais já foram beneficiadas com o saneamento básico no Paraná. A SANEPAR opera sistemas de abastecimento de água em 219 municípios em 30 distritos, totalizando 249 sistemas de água e 32 sistemas de esgotamento sanitário.

Em março de 1979, a população atendida pelos sistemas de água era de 2 milhões 406 mil, 615 habitantes e atualmente esta população é de 3 milhões, 399 mil, 930 habitantes.

Quanto ao esgoto em 1979, a população beneficiada era de 620 mil e 75 paranaenses e atualmente é de 875 mil, 225 paranaenses.

A SANEPAR tem hoje em andamento 40 obras de saneamento básico dentro de um programa intenso que prevê aplicação ainda em 81 de 4 e meio bilhões de cruzeiros com um índice de crescimento demográfico das cidades do Paraná. A SANEPAR é hoje como diz realmente o Parecer da Comissão de Justiça, uma das maiores empresas de saneamento do País, com patrimônio líquido superior a 5 bilhões de cruzeiros.

O dado é da revista VISÃO, "quem é quem na economia brasileira", de agosto de 1981, a quarta empresa de saneamento do País e a segunda em termos de investimentos realizados.

Lembrou bem Vossa Excelência, Deputado Erondy Silvério, quando afirmou que talvez o que interessa seja realmente ver a SANEPAR não crescer, ver o povo não ser atendido, ver o povo sem água, ver o povo sem esgoto, ver o povo com menos saúde, ver o povo à mingua por falta de assistência do poder público.

Ora, poderíamos discutir exaustivamente outras tantas matérias que estão na Ordem do Dia desta Casa, mas a Oposição principia exatamente por esta que tem um fundo social extraordinariamente forte, um apelo social sem tamanho. A televisão nos mostra quase todos os dias: os alimentos contaminados e contaminados porque o esgoto é jogado nos rios, nos córregos, nos riachos e daquela água, nós temos os líquidos para regar especialmente os hortigranjeiros. Não se pode portanto, deixar de afirmar que é com tristeza, que comete um equívoco a Oposição ao tentar mostrar que a matéria não é boa, não é proveitosa.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência concede o aparte solicitado?

O SR. AIRTON CORDEIRO — Eu consederei, apenas peço a

Vossa Excelência que me permita concluir meu raciocínio.

E depois Vossa Excelência terá o tempo que quiser para discorrer sobre o que Vossa Excelência entender.

Então, quando o Governador Ney Braga encaminha a esta Casa uma mera solicitação para o Banco do Estado do Paraná dar

fiança à SANEPAR, a fim de que ela contraia um empréstimo, um financiamento, uma operação com o Banco Nacional de Habitação, quando simplesmente isto ocorre. Será que há motivo para que se crie uma polêmica desse porte? Será que há motivo para que se ponha inclusive em dúvida a seriedade do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, aprovada sim, pela maioria do PDS? Maioria esmagadora, porque a maioria do PMDB estava ausente. Porque nem os votos contrários do PMDB puderam ser constatados e eu não quero ser injusto, mas tenho impressão que lá estava tão somente o Deputado Lineu Turra. Tenho esta impressão, não quero ser injusto.

O Sr. Lineu Turra — Só que não foi voto em contrário, foi apenas, apenas reservando o direito de discutir e rejeitar em Plenário.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Exatamente. Vossa Excelência votou favoravelmente com restrições. Mas num Parecer Sr. Presidente, em que nós tão somente discutimos a constitucionalidade, a legalidade da iniciativa. E hoje nós estamos aqui para discutir o mérito. E o mérito, Sr. Presidente, é inegável, é indiscutível, por tudo que já se falou desta tribuna, deste plenário.

Concedo o aparte ao Deputado Fidelcino Tolentino, que realmente não compareceu às últimas Sessões da CCJ, porque se encontrava ausente do País, porque também é, um Deputado assíduo àquela Comissão.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Dizia Platão Deputado: “que as sentenças injustas, são menos doídas do que as justas”.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Então Vossa Excelência está com aqueles que afirmam que “preferem a injustiça à desordem”.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Eu não disse que eu prefiro isso, estou dizendo que Platão dizia. Deputado, quero me ater à matéria e não é a discussão sobre esse empréstimo, não é uma mera fiança, não. É só ler o artigo primeiro do projeto proposto pelo Governo que se vai chegar à conclusão, de que fica o Poder Executivo autorizado a dar fiança aos empréstimos contraídos ou que venham a ser contrários pelo Banco do Estado e a conferir ao Banco Nacional de Habitação os poderes para levantar junto ao Governo Federal as parcelas do Fundo de Participação dos Estados que lhe couberem na forma da legislação em vigor e na insuficiência ou extinção levantar junto aos órgãos do Governo Estadual e bancos os recursos provenientes de impostos estaduais, bem como os saldos dos depósitos bancários suficientes para responder pelo débito corrigido e os demais encargos contratuais decorrentes dos empréstimos concedidos pelo Banco Nacional de Habitação ao Banco do Estado.

Vossa Excelência veja a preocupação da Oposição. O Estado ao fazer um pedido destes, o Executivo ao fazer um pedido destes para a Assembléia dá a impressão de insolvência, Deputado Ailton Cordeiro. Isso deixa claro no texto do próprio artigo primeiro. E como se não bastasse ainda o § único estabelece o seguinte: “os poderes previstos nesse artigo só poderão ser usados pelo Banco Nacional de Habitação”.

Veja, o Governo Federal, o Banco Nacional de Habitação não tem confiança no próprio aval do Governo do Estado do Paraná ou não teria confiança nesta maior companhia de saneamento do Estado do Paraná com mais de cinco bilhões, como diz Vossa Excelência, de ativo realizado.

Então é uma situação que nos deixa preocupados. Não a nós, meros servidores de parcela da vontade do povo paranaense, absolutamente. O que nos acode é o dever de fiscalizar, de observar, inclusive de ler, porque se Vossa Excelência argumenta com esta fluência aí da tribuna, mas não percebe a preocupação

da Oposição, é porque Vossa Excelência também está premonido contra os argumentos expostos pela Oposição.

Agora, ou o BNH não tem confiança no aval e exige todos essas cláusulas do artigo primeiro, é porque evidentemente o Estado não está em boas condições ou o Banco do Estado presumivelmente poderá não pagar a fiança a qual está sendo dada.

Esta é a preocupação da Oposição. Mas isto não basta. Tem ainda no artigo segundo: “fica o Poder Executivo autorizado a contrair empréstimos destinados a suplementar a integralização do Fundo de Água e Esgoto até 100 por cento do previsto no artigo primeiro”.

Vossa Excelência veja, num aval e aí é que está a objetividade da discussão, Deputado. No mérito, se o Governo do Estado está movendo o Poder Legislativo a lhe conceder autorização para afiançar oito bilhões e seiscentos e setenta milhões, no artigo segundo autoriza o próprio Governo a fazer um empréstimo do dobro dessa quantia, vale dizer, de 17 bilhões e trezentos milhões de cruzeiros.

Está escrito aqui no artigo primeiro e no artigo segundo, Deputado. Então veja Vossa Excelência que a Oposição tem uma missão, não digo mais nobre, mas uma posição de resguardo dos interesses do povo do Paraná. Quando Vossa Excelência diz que a SANEPAR realizou inúmeras obras, eu só tenho uma coisa entre tantas a dizer a Vossa Excelência. Desde 1968, a Rede de Água e de Esgoto de Cascavel, está sob a direção da SANEPAR e somente nos últimos cinco anos é que ela começou a implantar o sistema em Cascavel.

Agora, grande parcela do dinheiro dispendido no sub-solo ou na purificação de água, na potabilização de água, no encanamento e na rede de saneamento grande parcela foi para Foz do Iguaçu, eu acredito até que coisa de cinco bilhões na época foi dispendido para Foz do Iguaçu, para implantar o sistema de construção da Usina Binacional. E o Estado, aqui mesmo nós discutimos muitas vezes, que o Estado não poderia arcar sozinho com uma obra que era do Governo Federal. O Governo Federal já assevera os Estados, já suprime os recursos para que as populações mais carentes possam ter agitação dos seus negócios através da Prefeituras.

Ainda recentemente esta Assembléia aprovou um projeto de Lei relativo ao aumento de mais 1 por cento da arrecadação de “inter vivos” e 2 por cento do “causa mortis”, para dar suficiência de fundos às Prefeituras e ao Estado do Paraná.

O que nos preocupa é esta voragem fiscal, é esta alienação de direitos e garantias para a gestão dos próprios negócios públicos do Estado do Paraná. Ou vai pensar que a Oposição desconfia que o Governo vai meter a “mão no jarro” e levar para casa? Não é esta a preocupação nossa. Porque se vivermos realmente num regime democrático, onde se estabeleçam não só o diálogo, mas os confrontos e os conflitos e que eles sejam reparados por uma Justiça, é exatamente neste sentido que nós estamos a levantar os argumentos de preocupação.

Quanto ao mais, fica ao critério da interpretação de cada um. A preocupação da Oposição é unicamente ajustar as distorções que nós, através da leitura pura e simples dos textos de projeto de lei, nos faz interpretar.

Agradeço a gentileza de Vossa Excelência de me concede o aparte.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Não me recorde, Deputado Tolentino, de ter ouvido Vossa Excelência ler o parágrafo único do artigo primeiro, deste anteprojeto de lei. O parágrafo único diz o seguinte:

“Os poderes previstos neste artigo só poderão ser usados pelo Banco Nacional de Habitação, na hipótese do Banco do Estado do Paraná S.A., ou o Governo do Estado, não terem efetuado no vencimento, o pagamento nas obrigações assumidas nos contratos de empréstimos celebrados com o Banco Nacional de Habitação?”

Curitiba, quinta, em 17/12/81

Vossa Excelência, se não estou equivocado, já exerceu, ao longo de sua atividade profissional, funções em estabelecimento bancário...

O Sr. Fidelcino Tolentino — Perfeitamente.

O SR. AIRTON CORDEIRO — E Vossa Excelência sabe que não há empréstimo sem garantia. Não há operação de financiamento sem que se garanta ao órgão financiador, o resgate da dívida. O artigo primeiro é claro ao oferecer esta garantia, mas, ao mesmo tempo, para salvaguardar os interesses do Estado, faz as ressalvas necessárias no seu parágrafo único, que foi omitido por Vossa Excelência.

Veja Vossa Excelência, Deputado Fidelcino, que não se trata nem de longe, se pretender aqui constatar que o Banco do Estado não esteja em boa situação, ou que o Governo do Paraná não esteja em boa situação financeira, prevendo-se a possibilidade de ele não pagar a dívida. Não. Isto faz parte de contrato de financiamento, é normal, é elementar. Vossa Excelência sabe disso.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência permite dialogar um segundo com Vossa Excelência?

O SR. AIRTON CORDEIRO — Concedo, mas pediria só brevidade, porque o Deputado Del Ciel nos solicitou um aparte.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Serei rápido.

Veja este parágrafo claro que condiciona, e nem precisaria ser inserido no contexto do projeto...

O SR. AIRTON CORDEIRO — Discordo de Vossa Excelência.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência tem o direito de discordar, só quero justificar, porque, na medida em que o Governo do Estado, através do Banco, não tem condições de solver a fiança prestada, ele já seria indiscutivelmente acionado por medidas judiciais.

Aí então vem outro argumento, ou o próprio Banco Nacional da Habitação, que também é um banco e sabe das condições do Banco do Estado do Paraná e do próprio Governo do Estado, não tem confiança, ou acha que entrando na Justiça a Justiça não possa lhe restabelecer aquela aplicação financeira.

Este o argumento que nos acode, Deputado. Só isto. Esta é a posição de nossa bancada.

Agradeço a Vossa Excelência.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Concedo o aparte ao eminente Deputado Del Ciel.

O Sr. Del Ciel — Muito obrigado.

Eminente Deputado Airton Cordeiro, que as nossas primeiras palavras sejam em busca de lhe promover a justiça e a honra pela postura de Vossa Excelência, como Presidente da CCJ e membro de várias outras Comissões Técnicas deste Poder.

Fico preocupado, como também se mostrava Vossa Excelência, quando deparamos com assuntos de tamanha importância para a vida administrativa e social do nosso Estado do Paraná.

Preocupo-me ainda mais, eminente Parlamentar, quando constato o registro de um grande conflito de filosofia administrativa, defendida por homens - os mais variados políticos, muito especialmente dos partidos oposicionistas.

Vossa Excelência sabe da nossa origem política, em nossa cidade tivemos, hoje senador, pretendente ao Governo do Estado do Paraná, que fez em seu Governo, uma opção de entregar os serviços de água e esgotos à SAS de Londrina e SANEPAR, durante a sua administração, com uma grande parcela da Cidade contrariada na oportunidade, inclusive nós, que ocupamos uma cadeira na Câmara Municipal de Londrina, mas entendia o Chefe do Executivo de então, que através da entrega do SAS à SANEPAR, teria ele acesso aos recursos do PLANASA para promover justamente, obras relacionadas ao setor de saneamento básico, na cidade de Londrina.

E quando vejo nesta Casa um conflito se estabelecer, de filosofia administrativa, tendo conhecido a decisão deste Parlamento pelo menos nos últimos seis anos, com a nossa participação, aprovando empréstimos, como aprovamos no Governo passado, para que pavimentasse estradas por todo o interior do Estado; para que se levasse o asfalto negro para permitir ao homem do interior a retirada do produto da terra, luta do seu sacrifício, do seu suor, do homem que produzia e que precisava remeter o produto do seu trabalho, para outros cantos do nosso País.

E hoje, quando tratamos de uma matéria, que visa justamente, como muito bem focalizou Vossa Excelência, numa ótica realmente incorrigível, quando tratamos de sanear vales, de levar água, de coletar esgotos; quando tratamos da saúde do povo, vemos se erguer vozes de preocupações, não com os destinos da economia do nosso Estado do Paraná; temos consciência de que as preocupações se registram porque onde chega o Governo presente através da água, do serviço de esgoto, de saneamento de vales, de atendimento de casas, de conjuntos habitacionais, para trabalhadores e favelados, algo também de crítica oposicionista, em nosso Estado, e também, muito especialmente, em nossa cidade.

Porque entendem, certamente, que o homem que veio do campo deveria estar habitando os barracos às margens dos rios, do córregos, e dos vales da cidade grande, vejo então, eminente parlamentar, um grande conflito de filosofia administrativa, entre líder e liderados, que pretendem assumir responsabilidades de dirigentes do Estado e que nem sequer elegeram ainda uma prioridade e uma filosofia administrativa.

Felizmente, Deputado Airton Cordeiro, habitamos um Estado que tem ainda uma grande capacidade de endividamento; um Governo que confia no seu povo; que sabe do poder de geração de recursos do povo do Estado do Paraná; tem capacidade de assumir compromissos com capacidade de endividamento.

Se os recursos aí existem, se o Estado tem técnicos competentes e responsáveis, com o amparo da classe política, que buscam esses recursos para dar solução aos problemas do povo, que sabemos, subnutrido, em uma grande parcela. E o que será deste povo, se impedir que até eles chegue o saneamento básico, para impedir pelo menos que os vírus das piores moléstias estejam residindo e dando abrigo, justamente no lar dos mais necessitados deste País?

Felizmente o Estado do Paraná pode, na realidade, buscar empréstimos e oferecer o que vem eleger como garantia, porque este Estado pode assumir compromissos, porque tem com que pagar; tem Governo e tem povo que trabalha.

Muito obrigado, eminente Deputado Airton Cordeiro.

Encerro a nossa participação neste pronunciamento, tomando o escasso tempo de Vossa Excelência, até descumprindo o Regimento Interno que trata da parte que deve ser breve e cortês, mas que se fazia necessário esse nosso registro, muito especialmente com essa nossa preocupação. E também para fazer justiça a Vossa Excelência, pelo brilhantismo, pela honradez, pela postura com que vem se conduzindo, não só aqui em plenário, mas também na Comissão de Constituição e Justiça.

Muito obrigado.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Ilustre Deputado Del Ciel,

Vossa Excelência, não só pelo simples fato de ser Parlamentar, tem autoridade para fazer abordagem político-administrativa que fez. Mas, Vossa Excelência, representa um município nesta Casa, que tem primado pela assistência às populações mais carentes. E Vossa Excelência sabe que Londrina enfrenta um gravíssimo problema de saneamento. E quem sabe, uma ponderável parcela destes recursos se destinem a Londrina, também.

Então, Vossa Excelência tem também, a autoridade

administrativa como Vice-Prefeito daquele município, para fazer a colocação que fez.

Com brilhantismo, conhecimento, especialmente, com este sentimento daqueles que precisam do amparo do Poder Público.

Enquanto Vossa Excelência falava, o Deputado Luiz Alberto de Oliveira me solicitava um aparte, e nós concedemos com muito prazer.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Só para dizer a Vossa Excelência, nobre Deputado Airton Cordeiro, o seguinte raciocínio.

Se eventualmente esta Assembléia negasse a possibilidade de aval e da fiança do Governo do Estado através do Banco do Estado do Paraná a este plano que ocorreria, certamente o BNH aplicaria o recurso em outros Estados.

Conseqüentemente, todos nós que conhecemos a estrutura administrativa do País, sabemos que em muitos aspectos, ela é injusta. Que depende de uma reforma tributária nacional, para definir exatamente as funções dos Estados Membros, dos Estados Federados e dos municípios, teríamos o desprazer de verificar que o Estado não teria recursos para a execução das obras tão necessárias à nossa população.

Seguramente, estaríamos praticando um verdadeiro crime contra a população do Estado do Paraná.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Permita-me só um minuto, Deputado Luiz Alberto, para aproveitar a lembrança que Vossa Excelência faz, a referência, a colocação que faz, me fez voltar um pouco no tempo. E faz com que eu me reencontre com o meu mandato de Vereador em Curitiba.

Em 1977, Deputado Luiz Alberto e Srs. Deputados, Curitiba recebia 600 milhões de cruzeiros a fundo perdido, do Governo Federal. Dinheiro contratado pelo Governo Federal, pelo Banco Mundial.

E o então Prefeito de Curitiba, Saul Raiz, encaminhou mensagem à Câmara Municipal, para tão simplesmente solicitar a autorização para assinar um convênio e receber, de graça, 600 milhões de cruzeiros, para aplicação em obras públicas. E sabe Vossa Excelência, querem saber Vossas Excelências que se encontram no plenário, qual foi o posicionamento da Oposição, então naquele bipartidarismo asfixiante?

Um voto maciço contrário. Contrário que Curitiba recebesse 600 milhões de cruzeiros, de graça.

Por que? Pergunto eu. Naquela ocasião eu não tive a resposta e até hoje não tive.

Por isso, Vossa Excelência é muito feliz quando menciona que se o Paraná não aproveitar esses recursos, outros Estados irão aproveitá-los, e daí não faltaria uma voz da Oposição para acusar o Governo do Estado de omissão...

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — ... para dizer que o Governador Ney Braga não tem presença nacional, para dizer que o Paraná não está recebendo recursos, empréstimos do Governo Federal, seguramente para dizer que o governo do Estado não está remunerando bem seus funcionários, porque não consegue recursos para a execução de suas obras.

Eu creio que uma matéria de vital importância não pode ser analisada tão superficialmente. E acredito, eminente Deputado Airton Cordeiro, que os homens honrados da Oposição, nesta Casa, haverão de reanalisar o seu posicionamento e considerar a importância da matéria e votar não a favor de uma Mensagem Governamental, mas votar a favor que se leve, que se dê instrumentalização necessária ao Governo do Estado, para levar um plano de água, de esgoto, de tratamento de fundo de vale, como disse o brilhante Deputado Del Ciel, a todos os municípios do Paraná.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Agradeço, Sr. Presidente, os

apartes que, sem dúvida, bastante enriqueceram este modesto pronunciamento nosso, e para concluir, afirmo que a aprovação desta matéria não significa o referendado da Casa a uma Mensagem do Governador Ney Braga, tão somente.

Significa o atendimento a uma aspiração legítima do povo deste Estado, para que o índice de mortalidade dos paranaenses seja cada vez menor, pela incidência da água não tratada e do esgoto a céu aberto.

O Sr. Gilberto Carvalho — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Agradeço, meu caro Deputado Airton Cordeiro, mas não poderia deixar de pedir este aparte, para cumprimentar Vossa Excelência pela brilhante exposição que faz nesta tarde, com referência a essa Mensagem Governamental, dizendo a Vossa Excelência que a criação do PLANASA tem um cunho social muito grande, e bem falou o Deputado Luiz Alberto, que se perdermos essas oportunidades, acabarão culpando o Governo de omissos.

Não poderemos deixar de criar condições ao Governo para que ofereça a sua contrapartida, para que traga os recursos do BNH, visando atender as regiões ainda não atendidas. Sabemos nós, que viemos do interior, que já tivemos oportunidades de administrar um Município como Vereador e como Prefeito, de um município que tinha dois poços funcionando, mas esses poços comuns e não artesanais, e não tinha condições de perfurar porque não dava água em toda a extensão da área urbana, e precisamos fazer uma captação. Quanta dificuldade naquela época, porque não existia essas condições que temos hoje, de contrapartida, de trazer dinheiro do BNH, com muito sacrifício, sacrificando o povo de um município pequeno, nós tivemos que executar e com alguma ajuda da SANEPAR, com seus poucos recursos também, conseguimos executar um serviço.

Pode faltar numa cidade a luz, pode faltar tudo, mas a água é o essencial. Não podemos, de forma alguma, deixar de dar o atendimento e criar condições para que o Governo ofereça a sua contrapartida, trazendo mais recursos ao Paraná, visando não só atender todas as cidades paranaenses, mas também dar condições de ampliação às redes que já pedem, aqui em Curitiba, que pedem em Londrina, Ponta Grossa, Cascavel e grandes centros.

Por isso, cumprimento Vossa Excelência pela brilhante exposição que faz nesta tarde.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Agradeço a cortezia de Vossa Excelência; Deputado Gilberto Carvalho, e encerro agradecendo a atenção dos Srs. Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Continua em discussão.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Para discutir) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Preliminarmente, busquei de maneira preclara, cronometrar 23 minutos em que se discutiu assuntos dos mais estranhos, e se navegou até a Polônia, Paraguai, Nicarágua e encontramos vários esgotos neste mundo a fora.

E, por esta razão, me permita, Sr. Presidente, iniciar também pelo genérico, para cair no específico, afinal.

De plano, é preciso dizer que nós sempre colocamos total dúvida quanto à maioria existente hoje no Parlamento brasileiro e também no Paraná. Maioria, entendemos, quando conquistada dentro, efetivamente, do canal da democracia, dentro da amplitude da liberdade, dentro da seriedade de normas eleitorais.

Mas, não podemos, e a Nação sabe disso, reconhecer legitimidade numa maioria que traz a marca negra da bionicidade; que configura de maneira materializada, o resultado de uma Lei Falcão.

Conquistar maioria com uma Lei Falcão, Sr. Presidente, Srs. Deputados...

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. NELTON FRIEDRICH — Darei oportunamente, com muito prazer.

O Sr. Erondy Silvério — Gostaria que Vossa Excelência me concedesse aparte, nesta oportunidade. Não interrompo mais, Vossa Excelência.

O Sr. Gabriel Sampaio — Peço que Vossa Excelência me inscreva para um aparte.

O Sr. Erondy Silvério — ... quando Vossa Excelência não reconhece a voz das urnas. Vossa Excelência tem bola de cristal, dizendo que a maioria é fictícia.

Gostaria nesta oportunidade, que Vossa Excelência me concedesse um aparte.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Já concedi, pelo que entendi.

E concluo, em cima do aparte, e que, na verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um democrata, a não ser um democrata sonolento, que depois de 17 anos começam a se espreguiçar e demonstrar os seus predicados democráticos, teriam orgulho de ser maioria, oriunda de todas essas deficiências. E todas essas marcas, essas cicatrizes, na democracia brasileira, gerando Lei Falcão, gerando bioncidade, gerando uma série de medidas para manter essa maioria.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando estávamos ainda ao final do último pleito, eu lia, em primeira página do jornal "O Estado do Paraná", em que o Deputado aqui presente, Luiz Alberto de Oliveira, entraria com uma CPI para apurar as corrupções no pleito eleitoral que recentemente terminara.

Estou procurando esta CPI e não a encontro.

Sei que se dizia respeito a Parlamentar que hoje, ocupa uma Secretaria, é titular de Secretaria. E não foram nem Deputados só da Oposição que acusavam os mecanismos corruptos utilizados. Era Deputado da ARENA, que propunha uma CPI para apurar essa situação toda.

E me lembro de outro parlamentar que falava de multinacionais que utilizaram um determinado político, hoje também Secretário, mas agora em recreio democrático, porque está em Brasília, com mais 314, para dizer "amém", que também estaria sendo patrocinado por multinacionais.

Lembro-me inclusive, que corria na época, que tínhamos dois partidos de situação aqui no Estado: ARENA e DER.

Pois bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta é a maioria. A maioria que receia o pleito e receia as urnas. E dá ao povo o "pacote de abril", elabora, nos bastidores da maternidade da ditadura, o chamado "pacote de novembro".

Esta é a maioria...

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência está fugindo ao debate. Vossa Excelência faz acusações infundadas. Está covardemente fugindo ao debate.

Se Vossa Excelência for, realmente, o homem coerente com o que está falando...

O SR. JOSÉ TAVARES — (Pela Ordem) Sr. Presidente, peço a Vossa Excelência que faça expungir das notas taquigráficas as acusações levianas que o Líder do PDS faz ao Líder do meu Partido, e em segundo lugar, que assegure a palavra ao Líder do nosso Partido, porque nós ouvimos calados tudo o que foi dito aqui hoje e queremos ter pelo menos o direito de dizer aquilo que nós pensamos.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Vou responder à Questão de Ordem.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Palavra de Ordem, eu quero, sob o Artigo 97.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Está com a palavra o Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, não precisa expungir, eu mesmo retiro a palavra "covarde", desde que Sua Excelência venha à luta e nos conceda a palavra, para o debate, como o Deputado Ailton Cordeiro concedeu.

O SR. PRESIDENTE — Continua com a palavra o Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, é da minha prática e da índole deste Parlamentar e de toda a bancada oposicionista, conceder tantos apartes quantos possam ocorrer, sendo possível, mas como eu sei que serei engrandecido pelos apartes dos Deputados que me solicitaram, preciso ao menos completar o meu raciocínio, e pretendo portanto, continuar, Sr. Presidente.

Desejo dizer inclusive que, a ótica que nos move em termos democráticos, talvez seja um pouco diversa da pretendida pela maioria, porque nós, na verdade, entendemos e simplesmente somos, no caso, avalistas das conquistas que a inteligência humana alcançou, como no caso, por exemplo, do estado de direito, onde efetivamente as maiorias têm uma origem e portato, uma legitimidade, porque num estado de direito o Poder é legítimo, porque a Nação, através do povo, escolheu o Presidente da República, o Vice-Presidente, o Prefeito da Capital, o Governador do Estado e assim por diante, portanto, não podemos nem confundir, neste instante, o Poder que está aí que na nossa opinião é ilegítimo, porque não está o Poder instituído no País, delimitado pela Nação, e temos portanto aqui, como dizíamos antes, num aparte ao Deputado Renato Bernardi, um estado de fato e não de direito, porque acima de tudo o próprio estado de direito obriga o respeito aos direitos humanos como ponto basilar, mas os direitos humanos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não são enunciados liberais e formalísticos, que podemos encontrar numa Constituição, quando diz que "todo poder emana do povo e em seu nome é exercido", e sabemos que não é, quando sabemos que está na Constituição que "todos são iguais perante a Lei", e na prática, alguns são mais iguais que outros; isto não é estado de direito, e portanto, não há o Poder legítimo, não há maioria legítima.

Sr. Presidente, o estado de direito tem, como princípio basilar, o respeito aos direitos humanos, e direitos humanos não são enunciados formais, são muito mais que isto, é a prática da justiça social. Qual é o conteúdo dos direitos humanos?

É inclusive permitir que o povo possa se conscientizar para lutar e conquistar novos horizontes. Isto é possível, hoje, no País?

Sr. Presidente, eu ouvi aqui falarem da Oposição, referindo-se ao apoio que dávamos a Nicarágua. Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, 45 anos de ditadura somozzista, o que se pretendia que se fizesse?

Também ouvi aqui, Sr. Presidente, que nós, da Oposição, somos céleres em apoiar a oposição paraguaia constituída de comunistas. Ora que falsidade, Sr. Presidente, o comunismo no Paraguai é interessante, o Professor Hoerst, da Universidade Católica de Assunción, Presidente do Partido Democrata, ex-colega do Governador Ney Braga, quando tinha princípios do Partido Democrata Cristão, teve 102 prisões no Paraguai, por ter sido Presidente do Partido Democrata Cristão. Esse, é comunista. Tiraram-lhe um testículo, nas torturas do Governo de Stroessner, e acusam a nós, de apoiar os comunistas como esse Professor universitário com 42 anos de atividade catedrática e até hoje não aposentado, pelo contrário, pela quinta vez expulso do País e presentemente encontrando-se na Venezuela?

Os direitos humanos do Paraguai, da Nicarágua ou da

Polônia, Sr. Presidente, estamos aqui e em qualquer lugar, a referendar os direitos humanos.

E a propósito disto, temos até aqui, uma solicitação, um requerimento que foi feito pelo próprio Deputado Deni Schwartz, que por razões pessoais não se encontra esta semana, requerimento inclusive datado do dia 14 em que ele exatamente, neste requerimento, requer manifestação de protesto ao Governo polonês, pela restrição das liberdades democráticas e populares.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, visível falar no governo polonês, em que a comunidade internacional do Ocidente se manifesta tão premente contrária à situação da Polônia e interessante, não ouvi nada disso quando em 1964, a mesma coisa aconteceu no País chamado Brasil.

Ora, Sr. Presidente, a tutela, a opressão, a exceção que existe na Polônia presentemente é a mesma que existe no País chamado Brasil, desde 1964. Aonde estão os conteúdos sociais dos Direitos Humanos que este País subscreveu em 1949? Onde estão os Direitos Humanos? Onde estão? Eu pergunto, Sr. Presidente, onde esta Walesa, mas eu pergunto onde está Lula, onde está o Sindicato Independente deste País?

A resposta do regime do PDS, é a resposta da tomada de sindicatos, da prisão de líderes sindicais, da Lei de Segurança Nacional, da exceção e da tutela, da opressão e da violência.

Não vejo nenhuma diferença, Sr. Presidente, não vejo nenhuma diferença, Sr. Presidente, e já li vários articulistas nos últimos dias e alguns deles colocaram exatamente isso: a opressão ao trabalhador polonês não tem diferença da opressão ao trabalhador brasileiro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós ...

O Sr. Erondy Silvério — Fala isso lá para os teus botocudos, não para gente inteligente.

O SR. JOSÉ TAVARES — (Pela Ordem) O nobre Líder do PDS está ferindo o Regime, está perdendo a compostura que ele sempre teve nesta Casa, porque o nosso Líder está falando verdades. Vossa Excelência tem que ficar olhando para cá e não para trás e assegurar a palavra ao Deputado que está na tribuna, Sr. Presidente, o que é isso, Sr. Presidente? Ou Vossa Excelência age como magistrado.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Já terminou a Questão de Ordem de Vossa Excelência?

O SR. JOSÉ TAVARES — Estou invocando a Vossa Excelência que cumpra o Regimento, só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa vai responder a Questão de Ordem de Vossa Excelência.

O SR. JOSÉ TAVARES — Peço agora essa Questão de Ordem para evitar que eu tenha que requerer novas Questões de Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) A Mesa vai responder à Questão de Ordem de Vossa Excelência.

O nobre Deputado Nelson Friedrich está na tribuna e encaminhando a votação de um projeto de lei referente à mensagem encaminhada pelo Governo.

O SR. JOSÉ TAVARES — Eu sei disso, Sr. Presidente. Assegure a palavra ao Deputado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa faz um apelo, Sr. Deputado, que se atenha à discussão do requerimento em pauta.

O SR. JOSÉ TAVARES — Vossa Excelência não impôs a mesma orientação, quando os Deputados do PDS estavam também divagando, Sr. Presidente. Dois pesos e duas medidas?

O SR. NELTON FRIEDRICH — Continuando, Sr. Presidente. A democracia dá "cassa à palavra", Democracia desigual,

a Democracia do "volta ao assunto" é a Democracia da maioria.

O Sr. Quielse Crisóstomo — A Democracia me concede um aparte?

O SR. JOSÉ TAVARES — (Pela Ordem) Sr. Presidente, a impressão que eu tenho, é que estão tumultuando a Sessão, estão provocando. Eu ouvi hoje se falar em seriedade no exercício do mandato parlamentar. Isto não está ocorrendo, Sr. Presidente.

Vossa Excelência tem que assegurar a palavra.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Concedo a palavra ao Deputado Quielse Crisóstomo.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Gostaria que o nobre orador que faz uso da palavra, dissesse o número do Artigo do Regimento Interno que está sendo infringido, para que ele possa fazer o pedido da palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — Tem procedência a Questão de Ordem levantada por Vossa Excelência.

Continua com a palavra o orador que se encontra na tribuna.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Eu agradeço e lembro que Vossa Excelência acaba de criar mais uma omissão, não perguntando ao Deputado que levantou a Questão de Ordem, em nome de que artigo ele está invocando.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Artigo 151, parágrafo quinto do Regimento Interno.

O SR. NELTON FRIEDRICH — O atraso é sempre o atraso.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Com a palavra o Deputado Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Faço um apelo a Vossa Excelência, para que os Deputados de todos os Partidos que quiserem fazer os apartes, o façam na forma do Regimento Interno, porque fica muito difícil até para a gente absorver a cultura exposta nos apartes.

Este é o apelo que deixo à Mesa, no sentido de regularizar o andamento dos trabalhos.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — (Pela Ordem) Requeiro a Vossa Excelência que desconte o tempo dessas Questões de Ordem do Deputado Nelson Friedrich, para que ele possa conceder os apartes solicitados.

O SR. PRESIDENTE — É improrrogável a discussão da matéria e continua com a palavra o orador que se encontra na tribuna.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, quero concluir essa parte genérica, quando falávamos da Polônia dizendo até do que consta dessa justificativa desse requerimento do Deputado Deni Schwartz. O povo brasileiro tem acompanhado...

O SR. PRESIDENTE — Nobre Deputado, Vossa Excelência está na tribuna para discutir uma Mensagem encaminhada. Agora Vossa Excelência anuncia que vai discutir o requerimento do Deputado Deni Schwartz. Eu solicito de Vossa Excelência que se atenha à matéria que está em discussão.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, eu estava na

verdade, falando sobre o estado de direito e parei quando peguei o item sobre os "Direitos Humanos". E como cronometrei precariamente mais de 23 minutos, que foram utilizados para falar na Polônia, na Nicarágua e no Paraguai, pensei que teria o mesmo direito.

Mas, se Vossa Excelência não entender, vou ter que voltar então à matéria, reconhecendo o espírito "altamente democrático" de Vossa Excelência, que representa a maioria nesta Casa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Falar efetivamente na questão do saneamento: o problema da água, é falar dos direitos humanos, porque só quem não vislumbra o conteúdo social dos direitos humanos, é que pode ignorar essa situação.

E é por isso que, o estado de direito que falávamos, para chegar ao projeto, tem também um princípio básico: a constitucionalidade.

É a constitucionalidade que cria o estado de direito. E sabemos a que nível foi elaborada a Constituição no Brasil — através da outorga de alguns sábios estrelados, iluminados, que se reuniram na "Granja do Riacho Torto", para fazer o "direito" funcionar no Brasil.

Não havendo, portanto, o estado de direito, e sim o estado de fato, não havendo respeito aos direitos humanos, não havendo a legitimidade.

Nós queremos concluir que ...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela Ordem) Eu requeiro a Vossa Excelência que faça cumprir o que dispõe o artigo 25, inciso sete do Regimento Interno. Já que o orador não quis conceder o aparte para os assuntos genéricos.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Procede a questão de Ordem levantada por Vossa Excelência.

Diz o artigo 25, inciso VII: "Interromper o orador que se desviar da questão e falar contra o vencido. Falar em consideração aos Poderes Constituídos, advertindo-o, chamando-o à ordem e retribuindo a palavra".

Continua com a palavra o nobre Deputado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela Ordem) Apenas quero me referir ao início do Inciso VII: — "Ao orador que desviar do assunto discutido".

Quando ao restante, é problema de Vossa Excelência, se Vossa Excelência considera que ele faltou com atenção, respeito aos Poderes Constituídos, é um julgamento da Mesa.

Eu apenas exijo o cumprimento ao Regimento Interno, porque estamos discutindo uma mensagem governamental e é sobre isso que Vossa Excelência concedeu a palavra ao orador que se encontra na tribuna.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa ao nobre Deputado que leu o inciso, para que fosse esclarecido e continua com a palavra o orador que se encontra na tribuna.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço a esta Presidência e conheço essa técnica de querer evitar que se possa desenvolver um raciocínio, como também a lei aplicada aos privilegiados também nesta Casa.

Há pouco tivemos o vice-Líder Airton Cordeiro, que navegou não nas águas da SANEPAR, mas navegou no Paraguai, querendo afogar a oposição agora.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, ou Vossa Excelência determina o cumprimento do Regimento, ou a sessão não poderá continuar.

O SR. LINEU TURRA — (Pela Ordem) Sr. Presidente, acho que está havendo aí um deliberado propósito de interromper o

orador. Ele está falando sobre água, sobre SANEPAR. Eu não sei se a SANEPAR trata de água, o orador está falando sobre água, agora, se a SANEPAR não trata de água e nem de esgoto, aí o orador está fora do assunto.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Continua com a palavra o nobre Deputado Nelson Friedrich, desde que obedeça o Regimento Interno da Casa.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Sr. Presidente, Pela Ordem.

Requeiro a Mesa, pela ordem, que suspenda a sessão por falta de decoro parlamentar, por falta de decoro inclusive de um membro que estava na Mesa.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa suspende a sessão.
(É suspensa a Sessão).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está reaberta a sessão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem, Sr. Presidente, requeiro a Vossa Excelência a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa defere e irá proceder a chamada nominal dos Srs. Deputados. Solicita do Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).
45 Srs. Deputados responderam à chamada. Há "quorum" para votação.

Esta Presidência encarece aos Srs. Deputados que, no encaminhamento da votação, se atenham à matéria específica que está sendo debatida. Reconhece também que tem sido muito liberal nesta Casa, mas para que nós possamos dar continuidade aos nossos trabalhos, a Presidência informa aos Srs. Deputados que agora irá aplicar o Regimento Interno.

Portanto, encareço aos Srs. Deputados que se atenham à matéria em discussão.

Está com a palavra, restando trinta minutos para usar da tribuna, o Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, pretendo portanto me ater à matéria. Faço só uma única observação. É que Vossa Excelência se encontrava na tribuna anteriormente, e como disse, foi liberal e passivamente aceitou que se fugisse à matéria em tela.

E foi esta razão que fomos obrigados a ir mais longe. E ficamos até impossibilitados agora, em função do seu apelo, que desejamos acatá-lo, e fazer referência a algumas outras agressões que sofremos, como a questão de Vila Formosa. Quando lá estivemos desde a primeira hora, inclusive com o Prefeito, na ausência do Prefeito e principalmente falando com o Juiz...
O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa informa ao nobre Deputado Nelson Friedrich, que acabou de fazer um apelo no sentido de que se atenha à matéria em discussão.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Continuo, Sr. Presidente. É preciso que analisemos que este projeto, 160/81, teve um sério desvirtuamento, porque não ouvi aqui, do Deputado Darcy Deitos, que veio à tribuna, qualquer referência ofensiva à ação, à proposta, ao comportamento da SANEPAR.

É óbvio, portanto, que não podemos, ao discutir este projeto, nos calar quando se desvirtua totalmente a única questão básica levantada pelos Deputados da Oposição, quer pelo que estava na tribuna, ou pelos apartes diversos, foi exatamente sobre a mensagem em si.

Quando no artigo primeiro faz as referências que já foram citadas, como por exemplo: a conferir ao BNH poderes para levantar, junto ao Governo Federal, as parcelas do Fundo de Participação dos Estados, que lhe couberem, na forma da legis-

lação em vigor e na sua insuficiência, ou extinção, levantar junto aos órgãos do Governo Estadual e Bancos, os recursos provenientes de impostos estaduais, bem como saldos dos depósitos estaduais, suficientes para responder pelo teto corrigido e demais encargos contratuais decorrentes dos empréstimos concedidos pelo BNH ao BANESTADO.

A maior estranheza — e aí senti o que motivou a vinda do Deputado Darcy Deitos, com muita objetividade, colocar aqui exatamente no artigo segundo, foge da pretensão que deveria ser, efetivamente, do projeto. Ao menos porque, até na súmula que consta da Ordem do Dia, há uma especificidade que é a de avalizar, autorizar uma avalização. E não houve nenhum Deputado da Oposição contrário a esta situação, a esta pretensão do Executivo.

Agora, o que se estranhou é que o artigo segundo dá autorização ao Poder Executivo a contrair empréstimos destinados a suplementar a integralização do fundo de água e esgotos e a integralização do capital até no máximo cem por cento valor previsto no artigo primeiro, bem como garanti-los na forma estabelecida.

Não é questão de aval tão somente. Está se autorizando, no mesmo montante, mais custos financeiros. Não só o aval de oito bilhões ...

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. NELTON FRIEDRICH — ... mas, mais ainda, a possibilidade de contrair este empréstimo em até mais oito bilhões.

O que significam oito bilhões hoje? É 10 por cento do total do Orçamento do Estado para 1981. Significa praticamente mais de cinco por cento sobre o total do Orçamento de 1982. Isto foi o que entendi, a força motriz que levou a Oposição a vir à tribuna, estranhando exatamente esta situação.

E, acima de tudo, temos todo o direito e a razão de ter, não digo dúvidas, mas apreensões, por que dúvidas e apreensões? Não porque não se deseja água ao paranaense.

Ora, um partido que se desdobrou durante 17 anos, com uma resistência democrática, e que coloca no seu programa, nos seus princípios fundamentais, a justiça social, os direitos humanos que tratam destes problemas, porque estes são problemas que agidem o País...

Tenho aqui, comigo, o último levantamento feito pelo Centro de Investigações sobre Prioridades Mundiais, de Washington, que levanta os indicadores sociais em 141 países. Diz ele: "Brasil, rico em recursos, e pobre de riquezas". O Brasil ocupa o 54.º lugar na classificação universal da chamada qualidade de vida. Maior área, maior população e maior produto interno bruto, somos o oitavo colocado na América Latina, atrás da Argentina, Cuba, Uruguai, Venezuela, Chile, Panamá e Costa Rica.

Temos nos batido, ao longo destes anos, sobre uma prioridade primeira que é a distribuição de riquezas deste País, para dar ao homem o direito elementar que é de comida, que é o direito de sobrevivência.

Seríamos nós contrários à expansão da SANEPAR, para levar a água tratada e evitar o processo de saneamento indispensável num País que é uma vergonha, segundo os indicadores mundiais da qualidade de vida?

Não, Sr. Presidente. Não vamos tergiversar a questão...

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. NELTON FRIEDRICH — Não vamos querer colocar no raciocínio e na boca dos homens da Oposição o que eles não pensaram e nem disseram.

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. NELTON FRIEDRICH — Darei, ao concluir.

Temos uma posição clara como tivemos no caso de Vila Formosa. Lá precisa de água, de esgoto, de saneamento. Por que? Porque entendemos que antes do direito de prioridade, está o direito de moradia.

Isto não é subversão, isto não é criar caos e nem desordem. É, ao contrário, querer a estabilidade do País, da vida do paranaense. Para dar ao paranaense e ao povo brasileiro as condições mínimas de vida, que geram a paz social, porque a paz é filha legítima da justiça.

Por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nada se ouviu aqui à ação da SANEPAR, mas já estivemos na tribuna estranhando o comportamento na SANEPAR, por exemplo.

E aí a apreensão que temos, quando no relatório de atividades de 1980, a empresa estatal chega ao absurdo de gastar dois milhões de cruzeiros só para imprimir o relatório. Parece uma insignificância até, à primeira vista, mas apenas mil exemplares foram impressos. Só o custo industrial chegou próximo a dois milhões de cruzeiros.

Tal o lixo, tal o processo de policromia, tal enfim o exagero numa época destas, num País em que a SANEPAR, que cobra aquilo que popularmente se diz "o olho da cara", ali na conta da água do cidadão paranaense, tenha este tipo de extravagância.

É sobre estas questões que temos as nossas cautelas. Como homens da Oposição, que não queremos assinar em branco nada, como não assinamos em branco aqui um empréstimo de cem milhões de dólares, que foi aprovado por esta Casa recentemente, sem um plano de aplicação. Plano este que o Secretário das Finanças se comprometeu de público a remeter para nós, quando do debate na Comissão Específica e permanente da Casa.

Nós, da Oposição, queremos água e queremos saúde, queremos saneamento, queremos a distribuição de rendas. Mas não avalizamos e assinamos no escuro, se não tivermos a certeza de propósitos. Porque estamos, na verdade, como o povo, cansados de ver o supérfluo, a extravagância, a superficialidade, serem utilizadas pelo Governo que aí está. Exemplo bem pequeno mas muito sintomático, do relatório de atividades da SANEPAR, de 1980.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estranhei muito quando o Vice-Líder Airton Cordeiro, e em vários apartes de homens do PDS, procuraram colocar no banco dos réus a Oposição, por não querer água, saneamento e outras coisas; não era nada disso, Sr. Presidente. A cautela que temos é a cautela que a prática nos obrigou a fazer; ou nós estamos nesta Casa para fiscalizar com todas as limitações que o Estado criou no País, por um poder ilegítimo, porque não temos poder, porque aqui é na verdade uma sub-agência do Executivo, é na verdade um sub-poder, é uma verdade um poder paraplégico. Mas, mesmo assim, nas limitações impostas pela força, por uma Constituição outorgada, assim mesmo queremos é fazer com que haja a fiscalização em torno disso.

E é isso que foi feito pelo Deputado Darcy Deitos, e pelos demais Deputados do PMDB, que o apartearam, com referência ao Projeto 170/81.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, eu, invocando o Regimento Interno da Casa, peço a Vossa Excelência que advirta ao orador que se encontra na tribuna, para que se mantenha no assunto, uma vez que se trata, Sr. Presidente, de uma autorização do Poder Executivo, para que o Banco do Estado do Paraná conceda um aval a um empréstimo a ser feito à SANEPAR, pelo BNH. E realmente o ilustre orador, o ilustre Líder do PMDB, está novamente se desviando do assunto.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa lembra ao no-

bre orador que já fez este apelo ao orador que está na tribuna.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, no nosso entendimento, é óbvio que não fugimos da questão. Mas gostaria, porque tenho apenas alguns minutos, de conceder o primeiro aparte ao Deputado que me solicitara primeiramente, Erondy Silvério, que não se encontra, e em segundo lugar, ao Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Nobre Deputado Nelson, para ficarmos estritos aos termos regimentais, e aliás o cumprimento da lei é um apanágio do Estado de Direito, vou resumir meu aparte à colocação do projeto de lei em exame nesta Casa.

Deixo à vontade Vossa Excelência para se inscrever em explicações pessoais, para fazer as colocações que quiser a respeito de comportamento, de corrupção eleitoral, na eleição passada, que reafirmo nesta oportunidade.

Entretanto, gostaria de dialogar com Vossa Excelência, com relação ao parágrafo segundo do Plano de Lei. Veja Vossa Excelência, na medida em que vieram os recursos do BNH, e Vossas Excelências falam em oito milhões e tanto, eu gostaria até de resumir a uma linguagem melhor, em razão da técnica legislativa, estamos dando a possibilidade do Governo, de adquirir recursos através de financiamento do BNH, da ordem de sete milhões de UPCs. São esses recursos que serão pagos, pelo Governo do Estado, na medida em que forem usados em obras em favor do povo do Paraná.

Naturalmente, com a vinda dos recursos ao Paraná e com a realização das obras correspondentes aos recursos financiados pelo BNH, a SANEPAR, que é uma sociedade de economia mista, terá um aumento do seu capital.

O parágrafo segundo, da proposta governamental, se refere exatamente a isso, dá possibilidade à SANEPAR de fazer a elevação do seu capital, em razão do financiamento que virá e em razão das obras que serão executadas.

Vossa Excelência sabe que entra no ativo da empresa, o exercício de uma obra, um Distrito de Toledo, por exemplo, ou numa localidade da região Oeste ou Noroeste, do Estado do Paraná. Creio que há um equívoco de entendimento, com relação à possibilidade, para autorização legal da possibilidade do artigo segundo.

Por outro lado, veja Vossa Excelência, ainda para aduzir mais um dado ao seu raciocínio, me rendo à sua disposição de fiscalizar. Aliás, entendo que a Oposição é feita para fiscalização dos atos e atitudes governamentais. Tanto assim o é, que a nossa Bancada, o PDS, ofereceu apoio ao requerimento de Vossa Excelência, com relação ao relatório que a SANEPAR fez publicar ao final do ano. Vossa Excelência não deve estar esquecido disso.

Acho que Vossa Excelência tem, na condição de líder do PMDB, e os seus companheiros de bancada, o direito de fiscalizar as atitudes governamentais.

Mas, me rendo às colocações que são feitas dentro de um lógica de consenso, dentro de estudos criteriosos feitos pela Oposição. Creio que Vossa Excelência tem todas as condições em, na crítica, auxiliar o Governo. Não o governo como pessoa física, como posição partidária, mas o Governo como entidade social, destinada à consecução do bem comum.

Agora veja Vossa Excelência a colocação que é feita a respeito do aval que o Governo oferece. Estamos vivendo num País onde, praticamente, não existe federação.

Se o Governo do Estado, realmente não for buscar estes recursos do BNH, e Vossa Excelência sabe como são executadas as obras de sistema de abastecimento de água no Paraná, 50 por cento com financiamento do BNH e 50 por cento com recursos próprios do Governo do Estado do Paraná.

Sabe Vossa Excelência que manuseia tanto o orçamento do Estado, sabe que uma das Secretarias, uma das atitudes governamentais que mais foi implementada nestes últimos orçamentos, foi exatamente o setor de saneamento básico. São recursos vultosos, que o Governo está fazendo no setor tão importante da nossa população carente do Estado do Paraná.

É justo, eminente Deputado Nelson, que se nega ao Estado do Paraná a possibilidade de conseguir recursos do Banco Nacional da Habitação, dentro de uma sistemática que na prática, não há outra solução.

Ou Vossa Excelência gostaria que o Governo do Estado fosse buscar dólares no exterior para execução de obras de saneamento?

Realmente, essas colocações precisam ser feitas, dentro de um consenso e até dentro de posições supra partidárias.

Eram essas as colocações que gostaria de fazer e se Vossa Excelência me honrar, eu até dialogaria, a respeito do projeto de lei em si.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço o aparte, e quando Vossa Excelência disse que ia se ater para respeitar a lei, porque a lei respeitada está ligada ao respeito da democracia, concordo.

Mas, também Pio XII, nos ensinou que não vive dignamente o cidadão que só pede pensar e agir dentro das normas que lhe impõem um Estado opressor.

O Sr. Luiz Alberto — Permita-me. Não cometa essa injustiça comigo. Vossa Excelência sabe que o Regimento Interno desta Casa é de 1946, Deputado Nelson Friedrich, que não há absolutamente nada a respeito do Estado que se implantou no País após 64.

Vossa Excelência é um Deputado brilhante, não desconheço isso, e não vai querer fantasiar a realidade aqui.

Vossa Excelência não pode usar essa expressão, porque inclusive não combina com o seu comportamento e sua cultura.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Eu só gostaria, para entrar no aparte, de que, embora o Regimento possa ser de 46, o comportamento interpretativo tem sido de 1968 para cá.

O Sr. Luiz Alberto — Os Srs. Parlamentares, que são os componentes da Mesa, foram eleitos com o voto de Vossa Excelência, para dirigir os destinos desta Casa. Eu acredito que o Deputado João Mansur é um Deputado que prestou relevantes serviços à causa pública paranaense, e não merece de Vossa Excelência, novinho na política, colocações desta forma, com relação ao seu comportamento.

O SR. NELTON FRIEDRICH — A colocação que fiz foi generalizada, e aceita quem entender que a carapuça lhe convém ou não.

Mas, entrando no mérito da sua questão, gostaria de dizer não estamos negando; e não é a posição de nossa Bancada de negar uma pretensão destas. Agora, por esta razão, inclusive o próprio Deputado Lineu Turra encaminhará um pedido para vermos a matéria por itens, porque a nossa questão é exatamente o artigo segundo.

Porque, se Vossa Excelência coloca que o artigo segundo apenas complementa o primeiro, pelo que entendi, não caberia ao texto da lei proposto pelo Executivo, que “fica ainda o Poder Executivo autorizado a contrair empréstimos”, bastaria então o texto ter sido bem expressivo, claro, de que o Poder Executivo “fica autorizado a utilizar os empréstimos para os quais foram dados avais do artigo primeiro, para suplementação e integralização do fundo de água e esgoto”.

Mas, deixa aqui, e aí a questão interpretativa muito evi-

dente, de que "O Poder Executivo fica autorizado a contrair empréstimos destinados a suplementar a integralização do fundo até o máximo de 100 por cento previsto no artigo anterior, bem como garantí-los NA FORMA ALI ESTABELECID", e não no aval ali solicitado.

Estas dúvidas que entendemos dão uma amplitude muito grande ao Executivo, para fazer e desfazer sem que o Legislativo seja consultado nestes novos empréstimos.

E digo mais. Vossa Excelência indagava: "Mas quer a Oposição que o Governo vá buscar dólares?"

Eu gostaria de saber: os cem milhões de dólares, vão para o que? Porque talvez seria dispensável o aval e a autorização para novos empréstimos. Se soubéssemos, efetivamente, de uma maneira planejada, sistematizada, onde seriam aplicados os cem milhões de dólares que esta Casa autorizou recentemente — porque nem sabemos a que juros, a que condições, ou onde vamos buscar os cem milhões de dólares, mas o Governo já tem na mão a autorização.

E talvez até pior do que a autorização dos cem milhões de dólares, é aquela emenda enxertada, "de carona" que o Líder da maioria encaminhou nesta Casa, anti-regimental, e aqui se fala tanto em Regimento — anticonstitucional — e se alega tanto a Constituição, que "de carona" enxerta uma emenda, autorizando o Governo a utilizar mais 30 por cento sobre os trinta que já possui de manuseio do Orçamento do Estado.

Em outras palavras, é a institucionalização desta Casa como uma mera Casa que vai fazer o referendo, e se possível, intercalando uma declaração ou outra de utilidade pública, desta ou daquela entidade.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Mas Vossa Excelência não sabe onde serão aplicados os recursos dos cem milhões de dólares?

O SR. NELTON FRIEDRICH — Pelo que a Bancada do PMDB ouviu do Secretário das Finanças nesta Casa, que assumiu o compromisso de mandar uma cópia do Plano de Aplicação, e esse plano não chegou, não sabemos.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Os recursos não foram contratados ainda.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Este diálogo está ficando interessante.

Vossa Excelência acaba mostrando a nudez da "coisa".

Ninguém sabe o que se vai fazer com cem milhões de dólares. A Assembléia avalizou, endossou, referendou "de vendas".

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Eminentes Deputados do Partido de Vossa Excelência até fizeram elogio à palestra e ao diálogo do Secretário de Finanças, quando aqui veio explicar o perfil da dívida externa do Paraná e explicar aos eminentes Deputados da Oposição onde seriam aplicados os recursos advindos do Banco Central, a juros que Vossa Excelência sabe, são juros mais baratos do que os da praça internacional e que serão aplicados no Paraná, para conter o processo e êxodo rural que é uma preocupação que pauta a vida de Vossa Excelência, como representante de uma região minifundiária.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço e só pretendo concluir, Sr. Presidente, dizendo que, se participamos dos debates, ouvimos atentamente, questionamos o Secretário das Finanças, mas na verdade a última grande preocupação lá esposada, de que precisávamos, do plano de aplicabilidade. Este plano não veio.

Esta a razão maior, entre outras, de que a Bancada do PMDB votou contrariamente.

Mas, Sr. Presidente, quero concluir dando o aparte ao Deputado Gabriel Sampaio, para, se possível, breve, porque

tenho pouquíssimos minutos, apenas.

O Sr. Gabriel Sampaio — Apenas porque Vossa Excelência se referiu que quando o Deputado Darcy Deitos ocupava a tribuna, iniciamos a interferência naquela ocasião, porque o Deputado, de uma forma diferente de Vossa Excelência, não abordava o projeto como Vossa Excelência, mas sob o aspecto de que tinha sido feito, a nível técnico da Casa, mais precisamente da CCJ, um exame apressado. E até certo ponto, segundo alguns adjetivos usados por alguns eminentes componentes de sua Bancada, de uma forma até irresponsável.

Isso veio, realmente, causar como motivo maior, a nossa intervenção naquela ocasião.

Pediria a Vossa Excelência, então, nesses poucos minutos que lhe restam, dizendo que a decisão da CCJ não atende aos legítimos interesses e reclamos da Bancada de Vossa Excelência, porque lá estava o Deputado Lineu Turra que votou favorável, com restrição, reservando para o Plenário outras considerações, mas que, sobretudo, com relação ao objetivo daquela Comissão que é examinar a constitucionalidade e a legalidade.

O que não foi verificado por aquela Comissão com relação ao projeto que, hoje, está na Ordem do Dia, em Segunda Discussão.

O SR. NELTON FRIEDRICH — O próprio Parecer é por demais claro e respondo a Vossa Excelência.

"O presente projeto de lei, oriundo de Mensagem Governamental, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a dar fiança nos empréstimos que virem a ser contraídos pelo BNH para serem aplicados através da SANEPAR".

E aí passa a analisar, sob a ótica legal e constitucional. Faz a justificativa elogiando o trabalho da SANEPAR, deixando a análise dos demais assuntos para as outras comissões.

Portanto, o que se referiu é de que, ao se deduzir pelo menos do Parecer, a CCJ limitou-se a analisar e dar parecer sobre o Artigo Primeiro.

Esta foi a questão levantada pelo Deputado Darcy Deitos, e oportuna. E por esta razão o Deputado Lineu Turra pretende fazer uma análise minuciosa.

O Sr. Gabriel Sampaio — O Artigo Primeiro, Deputado, envolve o projeto como um todo. Porque, as exigências para que a SANEPAR receba mais recursos para aplicar em obras e saneamento, evidentemente, inclusive, através da legislação em vigor, obriga que o capital seja maior. Os artigos subsequentes são pertinentes à matéria.

Então, a análise foi feita sob o objetivo maior que era a concessão autorizatória para o aval do Banco do Estado, mas que envolve, evidentemente, outros aspectos. Entre eles, a condição da SANEPAR elevar seu capital, para que tenha condições de contrair o empréstimo.

É óbvio que a análise foi feita sobre o artigo primeiro, que é o objetivo principal do projeto.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Mas Vossa Excelência, pela própria concepção dos institutos da fiança, de empréstimo, vai entender que há uma diferença extraordinária entre o que é fiança e o que é empréstimo.

E o artigo primeiro fala de fiança, o segundo, reporta-se a empréstimo.

Sr. Presidente, esta colocação é a fiança para o empréstimo. E esta é a posição sincera de quem quer fiscalizar, porque tem alguns receios de que a prática tem provado que são pertinentes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, que

pede a prorrogação da sessão por mais duas horas. Em votação — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, solicitando seja encerrada a discussão do Projeto de Lei 160/81. **Aprovado.**

Está encerrada a discussão.

Em votação o Projeto de Lei n.º 160/81.

O SR. LINEU TURRA — (Pela Ordem) — De acordo como Artigo 165, do Regimento Interno, indago a Vossa Excelência se a proposição vai ser colocada em votação artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa defere.

Em votação o Artigo 1.º — **Aprovado.**

Em votação o Artigo 2.º — **Aprovado.**

O SR. LINEU TURRA — (Pela Ordem) É o artigo 2.º que Vossa Excelência está colocando em votação? O primeiro já foi. Muito bem.

Agora, qual é o artigo que Vossa Excelência está colocando em votação?

O SR. PRESIDENTE — É o artigo 2.º.

O SR. LINEU TURRA — O parágrafo único não foi votado?

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa informa ao nobre Deputado que o parágrafo único está englobado no Artigo 1.º, que já foi aprovado.

Está em votação o Artigo 2.º — **Aprovado.**

O SR. LINEU TURRA — Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela Ordem) Solicito chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

47 Srs. Deputados responderam à chamada nominal. Há "quorum" para votação.

A Mesa irá proceder a verificação de votação requerida.

Em votação o Artigo 2.º — 27 Deputados aprovam; 15 Deputados rejeitam. — **Aprovado.**

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela Ordem) Peço a Vossa Excelência que só conste em Ata, que a Bancada Opositora votou favoravelmente ao artigo primeiro, pela seriedade, pela importância, pela tempestividade e seriedade do que foi proposto, e do Artigo segundo, em função das dúvidas e pelas razões levantadas na tribuna.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Em votação o Artigo 3.º — **Aprovado.**

Está aprovado o Projeto de Lei n.º 160/81.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 161/81, de autoria do Poder Executivo, (Mens. Govern. n.º 129/81), que revoga os incisos IX e X do Art. 3.º da Lei n.º 6364, de 29 de dezembro de 1972 (Lei Orgânica do ICM). Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 164/81, de autoria do Poder Executivo, (Mens. Govern. n.º 131/81), que cria a Carteira da Previdência Complementar dos Servidores do Poder Judiciário, institui o Valor de Referência de Custas e altera dispositivos da Lei 6149, de 09 de dezembro de 1970, bem como adota outras providências. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., na forma do SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade. — Em discussão.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Para discutir) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na discussão do primeiro turno deste projeto de lei, invocávamos ontem aqui nesta tribuna, que o projeto em si, recebeu um parecer da C.C.J., ao mesmo tempo que propôs uma emenda substitutiva do projeto original encaminhado pelo Poder Judiciário, através de Mensagem do Poder Executivo.

Na colocação de votação, Sr. Presidente, não se estabeleceu o critério estabelecido também nos preceitos constitucionais vigentes. No meu modo de entender, já está comprometida a estabilidade da votação do primeiro turno, tendo em vista que não houve ressalva, não houve acatamento no processo de votação, e assim, Sr. Presidente, vindo este projeto à segunda discussão hoje na Ordem do Dia, consta a matéria que ontem não constava, ou melhor, o Substitutivo que ontem deixava de fazer parte do corpo de discussão da matéria da Ordem do Dia, hoje vem como se tivesse na primeira discussão.

Entretanto, a Assembléia votou e aprovou ontem apenas o projeto global sem fazer menção do Substitutivo. Como se tratava da constitucionalidade e neste turno se discute o mérito do projeto, tenho o entendimento possivelmente isolado, de que o Substitutivo precisa ser apreciado na sua constitucionalidade, se é que ele vai ser colocado em discussão e em votação.

Isto, preliminarmente.

Em segundo lugar, temos que voltar na questão do mérito, para deixar consignado nas nossas ponderações que algumas colocações feitas aqui ontem, preliminarmente, se referem à fixação de valores das custas baseada no preço principalmente dos atos dos Tabeliães e sobretudo dos Cartórios de Registro de Imóveis.

Além disso, Sr. Presidente, o projeto, o substitutivo apenas copia aquilo que veio no projeto original, mas poderíamos discurrir inclusive em alguns foros judiciais, especialmente nas Escrivanias dos feitos Cíveis.

Há uma distorção, um distanciamento da própria realidade econômica, social e financeira do povo brasileiro, especialmente nas comarcas do interior.

Abordávamos ontem, aqui, Sr. Presidente, a dificuldade que têm as partes de buscar a prestação jurisdicional nos foros das comarcas diversas, principalmente dos municípios de baixa renda "per capita".

Mas, como se trata, Sr. Presidente, de um problema examinado por uma comissão que esgotou a matéria e buscou uma ponderação entre as diferentes comarcas do Estado, e como se trata também de uma matéria estritamente judiciosa, não faríamos neste breve relato, mais alusões a ela. Conquanto, deixamos aqui esta imagem de que precisavam ainda ser revistas, mas que neste turno, já de discussão em segunda fase, seria absolutamente difícil de ser ponderado.

Alguns aspectos, Sr. Presidente, que gostaria de abordar de forma ligeira e específica, a questão das custas notariais. Os tabelionatos e registros de imóvel. No projeto original, adota um determinado critério e se nós buscarmos subsídios no valor máximo de custas cobradas hoje, para as escrituras, evidentemente que vamos esbarrar numa afronta até à dignidade dos notários esparramados por este Paraná a fora.

Hoje se cobra um máximo em números redondos, de cinco mil e quinhentos cruzeiros para a lavratura de contratos definitivos de compra e venda ou a escritura definitiva de compra e venda do imóvel. E o Registro de Imóvel, que é apenas uma restrita anotação, também cobra o mesmo valor, de tal maneira que a pessoa adquirente de um imóvel no valor de cem mil cruzeiros, paga Cr\$ 5500,00 de escritura, mais Cr\$ 5500,00 de registro, mais um por cento de imposto intervivo. Veja Vossa Excelência, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que esta anomalia se de um lado prejudica os cartórios, e é "in extremis", de dúvida que prejudica. O projeto procurou fazer um saneamento buscando alterar numa escala de valores gradativos

do preço de aquisição para que fossem sobre estes preços de aquisição, taxada uma quantia relativa às custas dos trabalhos desta escrivanha.

Veja por exemplo na proposta do Judiciário, as escrituras sem valor declarado, estabelece uma custa de mil cruzeiros, no substitutivo apresentado pela CCJ, o valor vai a mil e quinhentos cruzeiros. Não há porque se questionar no substitutivo essa pequena alteração.

Mas do projeto original para escritura, estabelece o valor de venda até 25 mil cruzeiros; a escritura custará dois mil cruzeiros, e o registro, dois mil cruzeiros.

De 25, a 50 mil cruzeiros, do valor do imóvel, as custas chegariam a 4 mil cruzeiros, pelo projeto original. No Projeto da CCJ, de 25 a 50, taxado em três mil cruzeiros pela proposta original, o substitutivo inicia as custas, depois dos mil e quinhentos cruzeiros sem valor, inicia-se de zero a 50 mil cruzeiros, a quantia de 4500 cruzeiros, de custas.

Qual o imóvel que hoje se adquire por cinquenta mil cruzeiros? Não acredito que em distritos de qualquer município, do Estado do Paraná, exista ainda imóvel com valor inferior a 30 ou 50 mil cruzeiros.

Então, praticamente o substitutivo deseja estabelecer o teto mínimo de 4500 cruzeiros para as custas de lavraturas das escrituras. No projeto encaminhado pelo Judiciário, a escala progressiva de custas nos parece muito mais justas, na medida em que um imóvel é adquirido por 50 a 100 mil cruzeiros, o valor fica fixado em quatro mil cruzeiros. E de 100 a 250 mil o projeto original estabelece em cinco mil cruzeiros.

No substitutivo ele desconsidera de 50 a 250, engloba todos os imóveis que vão de 50 a 250 mil cruzeiros, o valor da escritura será, pelo substitutivo, de seis mil cruzeiros. Na proposta do Judiciário, é diferenciada entre quatro e cinco mil cruzeiros. Os imóveis, de 250 a 500 mil cruzeiros, que nos parece a faixa de maior incidência para as populações de menor renda, o projeto original estabelece seis mil cruzeiros de custas. Entretanto, no substitutivo, a pretensão é de oito mil cruzeiros.

Nesses dois aspectos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que quero trazer à colocação deste debate, este raciocínio. As camadas populacionais do Paraná, mormente os operários, especialmente os pequenos agricultores, bancários, escriturários, a faixa de aquisição fica estabelecida mais ou menos nesta orla de valor aquisitivo.

E é exatamente onde se tem o maior volume de trabalho dos notários, dos tabeliães. E dos registros de imóveis também.

Aí, Sr. Presidente, nos parece que começa im conflito de interesses, o interesse dos notários e o interesse da economia popular, dos cidadãos adquirentes destes imóveis.

É a ponderação que desejamos fazer, é verdade que faço às cadeiras da Assembléia, praticamente.

Mas, deixo consignado aqui, Sr. Presidente, esta proposta de que dificilmente estaremos corrigindo as distorções hoje existentes e que necessariamente precisam ser reestruturadas.

Mas, pelo projeto substitutivo, há uma incidência exacerbada na fixação de custas, para os cartórios. Seja ele tabelionato, seja ele registro de imóveis.

Na proposta do Judiciário, os imóveis adquiridos entre 500 mil e 1,5 milhões de cruzeiros, que também é uma grande faixa de negócios existentes hoje na sociedade. O valor proposto pelo Tribunal é de sete mil cruzeiros para escrituras, e o mesmo valor para registros.

Entretanto, na proposta do substitutivo, destes sete mil cruzeiros, a pretensão chega a dez mil cruzeiros. E veja, Sr. Presidente, aumenta não apenas três mil para as escrituras, mas aumenta outros três mil cruzeiros para os registros.

De tal maneira que, um imóvel avaliado ou adquirido por um milhão de cruzeiros, na proposta do Judiciário, custaria 14 mil cruzeiros, sendo sete mil de escrituras e outros sete mil cruzeiros, de registros.

Entretanto, na proposta substitutiva, este valor aumenta, além de baixar o teto do valor aquisitivo de 1,5 milhão para 1 milhão de cruzeiros, estabelece o valor de dez mil cruzeiros para escritura e o valor de dez mil cruzeiros para os registros.

Além do que, o adquirente, no ano que vem, vai ter que pagar mais dois por cento de Cisa, que hoje ainda é cobrado na base de dois por cento. Fica quase impossível de se realizar negócios legítimos, negócios na esfera da sociedade.

Esta a razão primordial, Sr. Presidente, porque estou fazendo este levantamento de valores, de escalas de custos que as partes terão de dispendar.

No projeto do Judiciário, entre 1,5 milhão a 3 milhões de cruzeiros do valor do imóvel, o preço sairia oito mil cruzeiros.

Entretanto, Sr. Presidente, no substitutivo extrapola dos oito mil cruzeiros e pretende fixar um valor de doze mil cruzeiros para cada escritura, e outros doze mil para registros e mais dois por cento sobre o valor do imóvel.

De tal maneira que uma escritura relativa a um apartamento de 1 ou 2 quartos, que fixa nesta faixa, dificilmente poderá ser adquirido por um cidadão de vida abaixo da média, de renda média.

E, com relação aos valores maiores, se o projeto do Judiciário estabelece um teto máximo de 15 mil cruzeiros para cada escritura, o projeto substitutivo proposto pela C.C.J. fixa em quinze mil cruzeiros a faixa do valor entre 1,5 e 2,5 milhões de cruzeiros de valor do imóvel.

Nestas condições, há que se ter ainda em mente que os valores aqui previstos no projeto através de seu Artigo 20, será corrigido semestralmente.

Nestas condições, já no mês de maio, terá um acréscimo previsível de 40 por cento. Então, a escritura que custaria no mês de janeiro, dez mil cruzeiros, no mês de maio custaria 14 mil cruzeiros.

É evidente, é lógico que não poderíamos também discordar de uma realidade, e impedir que as taxas fossem cobradas progressivamente à medida que as ORTN também fossem reajustáveis.

Porque, se assim não o fizéssemos, os cartórios não teriam condições de funcionalidade. Por outro lado, Sr. Presidente, as procuações hoje, pelo Regimento, são fixadas, as "ad-judicia", por volta de 50 mil cruzeiros.

É um absurdo. Não paga sequer o papel e a tinta da máquina que lava uma pequena escritura destas. Nas demais procuações, o preço gira em torno de 60 mil cruzeiros, redondos.

Evidentemente que na proposta do Tribunal, esses valores serão corrigidos para 250 cruzeiros, a procuração "ad-judicia" e para 400 cruzeiros as demais procuações.

Pelo substitutivo, pretende-se saltar dos 250 propostos para os 400 pretendidos, e dos 400 de outras procuações, para 500.

Não há muita diferença, e no meu entendimento, esta proposição poderá ser aceita, porque todas as partes que vão a cartório buscar o estabelecido de uma procuração, ou subestabelecimento, evidentemente que têm negócios de relevante valor, e não seria justo que um cartório não pudesse cobrar pelo menos este valor nas procuações.

As procuações "em causa própria — e aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, chamo a atenção para um aspecto do substitutivo — as procuações "em causa própria" estabelecem um valor proporcional às escrituras. Desses valores essas procuações fixam as custas em 50 por cento do preço cobrado para as escrituras.

No Substitutivo, se uma escritura pública de compra e venda é fixada pelo valor de 15 mil cruzeiros, de custas, uma procuração "em causa própria" relativa a esse mesmo imóvel, cobra-se no projeto original, sete mil e quinhentos cruzeiros. Entretanto, pela escala exacerbada de valores que o

substitutivo apresenta, uma procuração "em causa própria", vai elevando as suas custas até Cr\$ 22.500,00, o que, pelo projeto original, é limitado em sete mil e quinhentos cruzeiros.

Então, Sr. Presidente, são essas as distorções mais berrantes que, no meu entendimento, precisavam ser colocadas à consideração dos eminentes Srs. Deputados.

O Registro de Imóveis é outra aberração, muito maior do que a proposta desta Emenda Substitutiva.

Veja-se por exemplo, além correlatas aos Tabelionatos, há ainda uma outra que se refere aos registros de Contratos de Condomínios. Hoje, o valor do registro desses contratos é fixado pelo Regimento de Custas, na irrisória, mesquinha, quantia de 750 cruzeiros, em números redondos.

Hoje, pelo projeto, essas custas são fixadas no teto máximo de sete mil e 500 cruzeiros, que é proporcional ao valor do condomínio, ao valor do Contrato de Condomínio.

Pelo Substitutivo, este valor chega até — e reconheço que seriam poucos os contratos dessa ordem — 45 mil cruzeiros.

Estas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, são as divergências gritantes que o Substitutivo traz. Além disso, tem o aspecto — no meu entendimento — de violar a filosofia do próprio projeto, na fixação da Carteira de Pensão ou de Aposentadoria, para os notários, para as diversas Escrivanias de Foto Judicial ou extra-Judicial.

Sabemos que existem titulares de Cartórios que, hoje, se aposentam com um salário mínimo ou 1,2 salários-mínimos.

Difícilmente uma pessoa tem interesse de se aposentar. E, quando se aposenta compulsoriamente, é levado a uma constrição, a uma posição insuportável. Não só para ele, titular, como também e principalmente à sua família.

Esta questão precisava ser resolvida há muito tempo. E nós mesmos apresentamos aqui, diversas propostas para o Governo examinar. E até agora não tenham sido levadas em consideração. Somente com este projeto, trabalhado cuidadosamente, pelo menos no curso de dois anos, pode este Poder receber uma Mensagem que pudesse solucionar pelo menos preliminarmente, esta questão da Carteira de Aposentadoria.

E me parece que o aspecto mais fundamental, mais significativo deste projeto, e se refere, especificamente, principalmente a esta questão, à questão da justiça social daquelas pessoas que estão na iminência de se aposentar, ou daqueles que já aposentaram e precisam de um respaldo financeiro para poder ter uma vida condigna com sua subsistência, com sua vida ao longo de sua existência.

E esse substitutivo, conquanto castra a metade do valor previsto na receita, poderemos inclusive estar de acordo com esta alteração. E quer me parecer, o próprio Poder Judiciário, fonte de exames e de estudos detidos, deste projeto, nos pareceu estar também franco a este diálogo.

Por esta razão, entendemos a necessidade de um exame mais profundo deste projeto. Ele deveria ter vindo a esta Assembleia com muito mais prazo para ser discutido, para ser examinado, para ser debatido, inclusive com as classes que estão aí, justamente pressionando para que esse projeto tenha uma destinação de veracidade na sua situação.

Essas ponderações, Sr. Presidente, eu precisava trazer aqui a esta tribuna, e não vou me alongar mais, porque me parece desnecessário, primeiro porque os Deputados, alguns apenas, ouviram a essência do projeto, outros, descuidados como sempre, se ausentaram do plenário porque talvez não toquem profundamente ao interesse que eles representam.

Eu deixo aqui, Sr. Presidente, essas ponderações, e faço um apelo aos eminentes Srs. Deputados: votaremos favoravelmente ao projeto. Vou rejeitar, uma questão até de consciência, o Substitutivo, pelas razões básicas que aqui levantamos e enfatizo mais uma vez, Sr. Presidente, o problema da constitucionalidade que amanhã, numa demanda judicial poderá ser agüida no foro competente.

Muito obrigado.

O SR. NELSON BUFFARA — (Para discutir) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Projeto de Lei 164/81, tem por objetivo, entre outras coisas, outros argumentos, criar uma Carteira de Previdência Complementar, dos serventuários da Justiça. Os recursos, o que é importante salientar, 5 por cento virão das custas dos próprios serventuários, visando uma pensão mais condigna e uma aposentadoria mais justa. Assim é que, para exemplo, eu queria enumerar para os Srs. Deputados, para que eles votassem conscientemente, o que é a situação de hoje, desses serventuários.

Em Curitiba, que é a Comarca final, por exemplo, na sede, o titular, a viúva perceberia 13 447 80, e auxiliar, 11 560 00.

Distritos, por exemplo, Piraquara: titular, 11:560,00; auxiliar, 9.690,00.

Nas comarcas intermediárias, na sede: titular, 12.185,00; auxiliar, 10.305,00.

No distrito: 10.315,80 o titular, enquanto que o auxiliar perceberia 9.056,40.

Comarca inicial, na sede, o titular perceberia 8.422,80, e o auxiliar, 7.796,00.

No distrito, titular, 7.796,00, e o auxiliar, 5.915,00.

Enfim, com a criação desta Carteira, Sr. Presidente, Srs. Deputados, iremos propiciar e corrigir uma verdadeira aberração hoje existente. Queremos enfatizar que essa Mensagem Governamental vem, de perto, atingir os interesses dos serventuários da Justiça que de há muito reclamam por uma situação mais justa e mais condigna, razão pela qual entendemos ser muito oportuna e da mais alta justeza esta Mensagem e o seu encaminhamento ao Poder Legislativo, que ora iremos votar favoravelmente, por entendermos ser justa e sobretudo, humana.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira. (Declina).

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Para discutir) Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Pretendo não me alongar muito, dado o adiantado da hora mas não poderia deixar de fazer algumas considerações com referência a essa Mensagem encaminhada pelo Poder Judiciário, através do Poder Executivo.

Como bem frisou o nobre Deputado Nelson Buffara, virá criar, propiciar condições para que possa oferecer uma pensão mais condigna às viúvas de serventuários, condições também de uma aposentadoria, utilizando recursos do próprio Serventuário da Justiça, que sai através de suas custas.

Anotei, enquanto falava o Deputado Fidelcino Tolentino, dizendo das custas irrisórias e mesquinhas. Em 1970, foi aprovado o Regimento de Custas e de 70 para cá foi só o que pudemos assistir, e de que na realidade hoje não existe o Regimento de Custas e acontece o que todos assistimos no Paraná. O Juiz de Direito, o Corregedor da Justiça não sentem condições de exigir do serventuário que compõe o Regimento de Custas, e o que vem com esta mensagem e com este substitutivo apresentado, é só normalizar o que na realidade está sendo cobrado.

Tivemos oportunidade de fazer um levantamento de algumas regiões do Paraná, levantamento de incidência média no Estado do Paraná, quando aos valores das transações imobiliárias.

1 — Até Cr\$ 50.000,00 — 5 por cento — totalizando cinco por cento.

2 — Até Cr\$ 100.000,00 — 13 por cento — totalizando 72 por cento.

3 — Até Cr\$ 200.000,00 — 07 por cento — totalizando 79 por cento.

4 — Até Cr\$ 400.000,00 — 07 por cento — totalizando

86 por cento chegando até os dois milhões e meio, 1 por cento das escrituras e daí para frente, cada quinhentos mil cruzeiros tem as custas a 500 cruzeiros.

Se era só o que se pretendia, não sei quem vai ser beneficiado, se é aquele que na realidade precisa e é maior o número de contribuintes que sabemos que a partir de janeiro terão cobrados o dobro do valor de hoje.

Sabemos que nunca se passa a escritura pelo valor real, e o serventuário tem que se louvar naquele valor que vai escrever e não só a lavratura de uma escritura. As partes quando procuram o Cartório, o serventuário é que tem a responsabilidade da manutenção e segurança da família brasileira.

Confia-se no serventuário, principalmente no interior, onde ele vai aos outros Cartórios tirar as certidões e depois lavra-se as transcrições na sede dos distritos para as comarcas, do registro civil, do despacho do promotor, ao juiz de paz.

Tudo isso, Sr. Presidente, justifica a necessidade desta lei e queriam criar o FUNREJUS, tirando desta contribuição do serventuário, para criar um fundo que proporcionasse a construção de casas aos juizes e promotores.

Nós achamos uma necessidade, precisa, mas com outros recursos, não dos serventuários.

Espero que a Casa compreenda e que dê essa Lei que os serventuários há tanto tempo reclamam e que há oito anos lutamos para ver aprovada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara: "Requerimento com base no artigo 156, parágrafo 1º, inciso II do Regimento Interno, tendo em vista que já falaram sobre a matéria três oradores, requero encerramento de discussão do Projeto de Lei 164/81".

Está em votação. APROVADO. Está encerrada a discussão Em votação o Projeto de Lei 164/81.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Para encaminhar) Sr. Presidente, a Bancada do PMDB solicitou ao Deputado Lineu Turra, e especialmente ao Deputado Fidelcino Tolentino, uma análise aprofundada desse importante projeto. E embora sem muita audição ao percorrer da tribuna o pensamento de quem estudou profundamente a questão, o Deputado Fidelcino Tolentino tem de nós o apoio e portanto, recebe da Bancada o estímulo pelo exaustivo trabalho que fez.

No entanto, ficou claro na discussão da matéria, que o Projeto originário seria evidentemente, menos oneroso às partes, ao cidadão paranaense, que buscasse ora a elaboração da escritura, da procuração enfim, todas essas atividades do setor. Por outro lado, ouvimos há pouco o ilustre Deputado que esteve na tribuna, fazendo referência de que mais de 50 por cento das escrituras teriam um valor de 50 mil cruzeiros. O que não queremos colocar dúvida, mas estranhamos, porque sabemos hoje do valor da especulação, do quanto que chega a transação imobiliária ou outro tipo de atividade que possa gerar uma escritura pública.

É por esta razão o apelo que fez o Deputado Fidelcino Tolentino, que votássemos com o projeto originário que foi paulatinamente trabalhado, recebendo sugestões por parte do Poder competente e que esse substitutivo além de nós avançarmos ainda mais no ônus para o cidadão que demandar a justiça ou os trabalhos cartoriais, vamos na verdade criar um outro problema, também já levantado — que é o vício de origem que passaríamos a imprimir ao Substitutivo que é o da inconstitucionalidade.

Por estas razões, o nosso voto fica bem claro aqui, sentindo já a importância de se aprimorar e de se atualizar valores a serem cobrados pela atividade cartorial. Cito mais esta questão. Mas, acima de tudo, quando o Estado vai promover essa sangria

através da majoração de cem por cento, nos impostos específicos, vamos ainda mais com esse substitutivo.

Por essa razão, queremos colocar a nossa posição, para que fique nos Anais e até fazer uma convocação aos Srs. Deputados, que se essa matéria merecia um estudo muito maior e talvez nem seria oportuna no final desse período de convocação extraordinária. O fundamental seria que nos debruçássemos mais em cima da questão. Por essa razão, entendemos que seria neste instante, válido, que ficássemos com o Projeto originário.

Se ele não é o ideal, mas na nossa opinião é menos oneroso e, portanto, menos ruim. Embora tem também nesse Projeto originário, deficiências. Há pouco nós comentávamos inclusive com o Líder do PP, Deputado Dácio Leonel, que também fez um aprofundado levantamento e encontrou uma série de deficiências no Projeto original. Mas a nossa posição é de que ele ainda é menos ruim e menos prejudicial do que o Substitutivo.

E por essa razão, a nossa posição ficaria com o Projeto original.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está em votação o Substitutivo.

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, devo dizer que, evidentemente, sem que pretenda discutir, a tese levantada pelo eminente Deputado Fidelcino Tolentino, da tribuna, eu já dizia ao nobre Líder do PMDB que concordava em vários aspectos.

Realmente, examinando-se profundamente o aspecto das custas, encontramos distorções as mais variadas.

Mas não se pode nefar também que encontraremos, desde que rejeitado o Substitutivo, de que encontraremos prejuízos altamente profundos e marcantes também do lado dos Tabeliães, também do lado daqueles que se pretendeu, com este substitutivo, trazer alguns benefícios.

Talvez, se conseguíssemos contornar todo o problema aqui criado, através de pequenas mudanças que pudessem ter sido feitas com um tempo maior de estudo, é possível que chegássemos a um denominador comum.

O Deputado Gilberto Carvalho, fez uma observação com referência aos humildes, aos mais pobres, aqueles que buscam mais os cartórios para as pequenas escrituras. E nós, inclusive aqui, conversávamos com membros da bancada do PMDB, a respeito das escrituras normais e naturais, e até dávamos o valor de 500 mil cruzeiros, porque hoje uma data qualquer já custa 350 a 400 mil cruzeiros.

Mas na verdade, não se pode esquecer o problema do interior, que ainda tem as suas datas de terra, os pequenos municípios na faixa dos 20, dos 30, dos 40, 50 mil cruzeiros, razão pela qual aceito a ponderação inclusive do eminente Deputado Gilberto Carvalho, quando nos traz um dado estatístico de um campo que ele conhece, dando um percentual acima de 50 por cento exatamente para este campo de escrituras.

E isto confirmado, inevitavelmente nas custas de escrituras haveria, sem dúvida alguma, um benefício ainda que pequeno, mas favorecendo aqueles mais necessitados.

São vários aspectos, mas me permita, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a grande preocupação que pude sentir da parte do tabeliães, da parte dos cartórios, ela não está efetivamente fixada no campo dos valores das escrituras, das custas, das pro-cuações.

Está sim, alicerçada exatamente nos recursos para a Carteira de Previdência complementar dos servidores do Poder.

Exatamente neste campo é aí que se alicerça e aí que estão as diferenças fundamentais, exatamente quando se procurou tirar percentuais em favor desta carteira, é que se nós rejeitarmos o substitutivo nós vamos trazer um grave prejuízo para a classe nesse campo, não das custas. Esqueceu-se de falar mais amiúde, exatamente nos valores dos percentuais em favor da carteira de previdência complementar. Aí é que está o mapa da mina.

E no momento em que a Casa venha a rejeitar o Substitutivo, assim pelo menos eu entendi, nós estaremos trazendo um prejuízo. E nós desta Casa conhecemos o problema, porque nós também temos o FEPPA, com o qual nós contribuimos.

O que nós deveríamos, isto sim, é ter gritado talvez com grande veemência quando tivemos a majoração terrível do próprio imposto intervivos e do imposto também de transmissão causa mortis.

Nestas condições, respeitando todas as posições aqui assumidas, e também já consultando e de plena consonância com os meus companheiros da bancada do partido popular, nós votaremos favoravelmente ao projeto com o Substitutivo apresentado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está em votação o Substitutivo.

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram se conservar como estão. — Aprovado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem) Peço a Vossa Excelência Sr. Presidente, verificação de votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está Vossa Excelência com a palavra.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Antes que Vossa Excelência atenda o requerido, eu requiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e solicita do Sr. 1.º Secretário, chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede a chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Responderam a chamada 41 Srs. Deputados.

Há "quorum" para a votação. A Mesa irá proceder a verificação de votação requerida pelo nobre Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Antes que Vossa Excelência coloque em votação e faça a verificação, eu só indagaria para evitar que se coloque mais um possível vício no processo de votação, qual seria a interpretação do artigo 158, que diz que nenhum Deputado presente poderá se abster de votar, salvo a letra "b", se se tratar de causa em que tenha interesse individual. Como sabemos que alguns parlamentares e não temos nada contra isso, são titulares ou têm parentesco direto e interesse na questão, qual seria a interpretação da Mesa para nós não onerarmos a questão com mais um pequeno vício, com base no Regimento Interno, em função do artigo 158?

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Preliminarmente, sem

consultar o Regimento Interno, eu tenho a informar ao nobre Deputado que isto cabe a cada Deputado manifestar o interesse. Porque esta Presidência desconhece se algum Deputado tem parte interessada no assunto que está sendo discutido.

Os Srs. Deputados que aprovam o Substitutivo Geral, queiram levantar-se.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Pela Ordem, só para que eu possa entender. O projeto foi já aprovado?

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está sendo votado o Substitutivo.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — A primeira votação do Substitutivo? Eu indago de Vossa Excelência. A primeira votação do Substitutivo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Perfeitamente.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Os Srs. Deputados que rejeitam o Substitutivo Geral, queiram levantar-se.

30 Srs. Deputados aprovam, 9 Srs. Deputados rejeitam. — Aprovado o Substitutivo Geral, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 165/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 133/81), incluso no Anexo I. Grupo P-Profissional da Lei n.º 7424, de 17 de dezembro de 1980, a categoria funcional de Assistente de Engenharia, padrão I, código P-18, com 8 (oito) cargos. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., por maioria e da C.F., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 166/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 134/81), que transforma a gratificação de produtividade de que trata o Art. 1.º da Lei n.º 6569, de 25 de junho de 1974, em de representação para os Membros do Ministério Público, e em consequência, passar para 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento básico do cargo, a vantagem atribuída a esse título ao Procurador Geral da Justiça pela Lei n.º 7443, de 29 de dezembro de 1980. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., por maioria e C.F., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 169/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 135/81), reajusta com base no Salário-Mínimo Regional, o valor das pensões concedidas às viúvas de ex-Deputados conforme as Leis n.ºs 4763, de 05 de novembro de 1963 e 54/63, de 22 de novembro de 1963. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., na forma do SUBSTITUTIVO GERAL por unanimidade, e da C.R.H., por unanimidade. — Aprovado o Substitutivo Geral, artigo por artigo.

Sobre o referido projeto, três emendas devidamente apoiadas, nos seguintes termos: (Lê)

EMENDA N.º 01 ao SUBSTITUTIVO GERAL
AO PROJETO DE LEI N.º 169/81

Acrescente-se no Art. 1.º:

Parágrafo único — A viúva de ex-parlamentar contribuinte do FEPPA, receberá 1 (um) salário-mínimo a mais na tabela acima, guardada a mesma proporcionalidade.

Sala das Sessões, em 17 de dezembro de 1981.

a) ANTÔNIO FACCI

Apoio: WALDYR PUGLIESI, GILBERTO AGIBERT FILHO, NESTOR BAPTISTA, CYRO MARTINS, DARCY DEITOS, EZEQUIAS LOSSO, ADALBERTO DAROS,

FIORI LUIZ, EDILSON ALENCAR, NELTON FRIEDRICH, NILSO SGUAREZI, JOSÉ TAVARES, CARLOS ZANLORENZI, ROSÁRIO PITELLI, GILBERTO CARVALHO.

JUSTIFICATIVA:

O Parlamentar contribuiu para o seu Fundo Estadual de Previdência Parlamentar (FEPPA) a fim de garantir a seus dependentes recursos dignos para a sua sobrevivência em caso de falecimento, por esta razão, entendemos nada mais justo que diferenciar o beneficiário do ex-parlamentar contribuinte do FEPPA, daqueles que não tiveram a oportunidade de organizarem-se em Fundo Previdenciário Parlamentar.

EMENDA N.º 02 ao SUBSTITUTIVO GERAL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA AO PROJETO DE LEI N.º 169/81

O Art. 2.º — Passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2.º — As viúvas dos ex-Presidentes, ex-Interventores Federais e ex-Governadores do Estado do Paraná que tenham exercido o cargo por mais de 1 (um) ano, passam a perceber pensão mensal equivalente a 12 (doze) salários-mínimos”.

Sala das Sessões, em 17 de dezembro de 1981.

a) WERNER WANDERER

Apoiamento: PAULO CAMARGO, AUGUSTO CARNEIRO, GILBERTO CARVALHO e DAVID CHERIEGATE.

EMENDA N.º 03 AO PROJETO DE LEI N.º 169/81

Inclua-se onde couber:

“Art. — A Tabela dos Vencimentos dos Cargos de Provimento Efetivo da Assembléia Legislativa do Estado, passa a ser a seguinte, com vigência a partir de 01 de janeiro de 1982:

NÍVEL	VALOR
1	Cr\$ 99.347,00
2	Cr\$ 91.021,00
3	Cr\$ 83.374,00
4	Cr\$ 75.006,00
5	Cr\$ 68.909,00
6	Cr\$ 63.352,00
7	Cr\$ 58.296,00
8	Cr\$ 51.751,00
9	Cr\$ 47.421,00
10	Cr\$ 43.453,00
11	Cr\$ 39.817,00
12	Cr\$ 37.296,00
13	Cr\$ 33.613,00
14	Cr\$ 30.636,00
15	Cr\$ 28.072,00
16	Cr\$ 25.723,00
17	Cr\$ 23.572,00
18	Cr\$ 21.600,00

Art. — A Gratificação de Produtividade atribuída aos cargos de nível superior é fixada, a partir de 01 de janeiro de 1982, em Cr\$ 21.526,00.

Sala das Comissões, em 17 de dezembro de 1981.

aa) GABRIEL SAMPAIO
ANTÔNIO FACCI
GABRIEL MANOEL
ERONDY SILVÉRIO
DAVID CHERIEGATE

JUSTIFICATIVA:

A presente Emenda objetiva equiparar os vencimentos dos Funcionários deste Poder aos dos Poderes Executivo e Judiciário, conforme determina o Art. 64, da Constituição Estadual.

Em votação a Emenda n.º 01 — Aprovada.

Em votação a Emenda n.º 02. — Aprovada.

Em votação a Emenda n.º 03. — Aprovada.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n.º 37/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 39/81), que dispõe sobre um novo Estatuto da Polícia Civil do Estado, com parecer FAVORÁVEL da COMISSÃO ESPECIAL, com EMENDAS, por unanimidade. — (O Projeto, Parecer e Emendas serão publicados no turno da segunda discussão). — Em votação.

O SR. JOSÉ TAVARES — Para encaminhar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, na qualidade de relator, da Comissão Especial constituída para analisar o Estatuto da Polícia Civil, e tendo em vista que inúmeras emendas foram apresentadas quer por este Deputado, como por outros Deputados da Bancada do PDS, as quais por unanimidade foram acolhidas pela Comissão em questão, quero, nesta oportunidade, deixar aqui a posição da bancada que tenho a honra de pertencer, a bancada do PMDB.

É a seguinte, como por ocasião da 1.ª Discussão se analisa o aspecto meramente constitucional e como o objeto em discussão, em votação, no caso o projeto e as emendas, foram aprovadas pela Comissão a que me referi e analisados inclusive os aspectos constitucionais, nós vamos votar favoravelmente, reservando-me no direito de amanhã, por ocasião da segunda discussão, analisar o mérito do projeto e das emendas.

Gostaria, entretanto, de aproveitar já a oportunidade de fazer um apelo aos nobres e dignos Deputados da bancada do Governo, no sentido de que passem a se preocupar um pouco até amanhã, com relação às várias emendas apresentadas e aprovadas pela Comissão Especial, porque, segundo consta, com base em algumas informações obtidas hoje aqui neste Plenário, algumas das emendas que a Comissão aprovou por unanimidade, seriam rejeitadas por orientação, ou até por determinação da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná.

Por conseguinte quero formular o meu apelo aos nobres Deputados do Governo para que, amanhã, possamos discutir, analisar e votar estas emendas que, no nosso entendimento, são emendas, — e creio que também é do entendimento do Deputado Gabriel Sampaio e do Deputado José Domingos, este Presidente, outro membro da Comissão Especial, os quais também aprovaram as emendas possamos nós aqui amanhã fazer justiça com uma classe que tanto criticamos, que realmente tem muitos e muitos erros.

A hora, Sr. Presidente, é mais do que oportuna para que possamos corrigir distorções e fazer justiça com uma classe que, efetivamente, necessita dessas melhorias para que nós possamos ter uma polícia como nós imaginamos. É esta a posição da nossa bancada, e eu gostaria de contar amanhã com o apoio do eminente Deputado José Domingos e do Deputado Gabriel Sampaio, para que nós possamos ver aprovadas as emendas que eles juntamente com este Deputado e os demais membros componentes daquela comissão, aprovamos durante a fase em que o projeto passou por aquela comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está em votação o Projeto de Lei Complementar n.º 37/81. — Aprovado por unanimidade.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Agibert Filho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da jovem Ceres Cunha Krukoski, ocorrido nesta Capital, vítima de trágico acidente. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando voto de regozijo ao Professor Alvacir Alfredo Nicz, pela publicação da obra “A Liberdade da Iniciativa na Constituição. — Aprovado. — Ao Depar-

tamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Chierigate, constante do expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final para os Projetos de Resolução aprovados em sessão de hoje, em 3.^a discussão, sem emendas no decurso de suas votações. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, consubstanciado em pedido de informações sobre a remessa de 5.200 sacas de cimento para a Prefeitura Municipal de Carlópolis. — Aprovado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

2 Srs. Deputados aprovam; 3 Srs. Deputados rejeitam. Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 18, sexta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 160, 161, 164, 165, 166 e 169/81.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n.º 37/81.

Levanta-se a sessão.